



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Lucas Eduardo Costa

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS RECENTES EM PILAR (AL)

Maceió, Alagoas

2022

LUCAS EDUARDO COSTA

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS RECENTES EM PILAR (AL)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Geografia: Organização do Espaço Geográfico.

Orientadora: Profa. Dra. Marta da Silveira
Luedemann

Maceió, Alagoas

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C837t Costa, Lucas Eduardo.
Transformações socioespaciais recentes em Pilar (AL) / Lucas
Eduardo Costa. – 2022.
103 f. : il. color.

Orientadora: Marta da Silveira Luedemann.
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 97-103.

1. Construção civil. 2. PETROBRAS. 3. Política pública - Pilar (AL). I.
Título.

CDU: 911.3:32(813.5)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos tiradores de areia do Pilar.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ter me amparado nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha mãe, Maricélia, por ser a base da minha educação moral, ética e humana; uma mulher forte, justa e simples. Obrigado por tudo, por ter sido mãe, pai e minha melhor amiga.

Agradeço a minha irmã, Bárbara, pelos exemplos de coragem e determinação.

Agradeço a minha esposa, Marcélia, por ter estado comigo nas noites de frio e nas vigílias.

Agradeço a minha orientadora, professora Marta, pela paciência e generosidade.

Agradeço aos meus colegas de curso, Roberto e Débora, por terem compartilhado comigo as aflições e as glórias.

Agradeço ao meu amigo João Paulo, por ter me ensinado a simplificar e a resistir; e ao Jarbas, pelas colaborações.

Agradeço aos professores: Domingos Sávio e José Messias Bastos; e as professoras Luciane Marisco, Isa de Oliveira Rocha e Nivaneide Melo, pelos ensinamentos e contribuições acadêmicas.

Agradeço aos demais professores e profissionais do PPGG, em particular ao Washington Gaia.

Agradeço ao Cícero Canuto, ao Cláudio Correia, ao Henrique Pinheiro, a Izabelle Lages, ao João Carlos, ao Marcelo Silva, ao Rafael Barros e ao Sérgio Moraes.

Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram ou auxiliaram na pesquisa e no desenvolvimento deste trabalho.

“Esta cidade que muito tem crescido, sim
Em tamanho e em desenvolvimento
Seu comércio e suas praças em cada bairro
Quem vem ao Pilar, digo e sustento
Olha e fica um pouco admirado
E quem sai daqui, volta apressado
Por causa do seu encantamento”

(Trecho extraído do cordel “Pilar 150 anos de
progresso e crescimento - Autor: Feitosa Pé-D’água)

Resumo: Nos últimos anos o município de Pilar (AL) tem sido palco de metamorfoses socioespaciais significativas, consubstanciadas pela economia e política locais, responsáveis pela nova dinâmica instituída após a ruptura com a estrutura exclusivamente agrária, concentrada na produção canavieira pela Usina Terra Nova. Através dos recursos oriundos dos royalties da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) da Petrobras, realizam-se investimentos para o fomento do desenvolvimento econômico local, a criação do Banco do Povo (Banco Pop) e do CardBr, um cartão disponibilizado para os servidores públicos municipais utilizarem em lojas conveniadas do município, são exemplos de mecanismos direcionados para o apoio aos microempreendedores. A política fiscal adotada pela gestão municipal tem atraído indústrias de diversos setores, como a alimentícia e a química, situadas no parque industrial às margens da BR-316, o poder público municipal, executivo e legislativo, composto em grande parte por indivíduos com algum grau de conexão com o ramo empresarial, tem se posicionado para atender as demandas dos comerciantes, em ações diretas, como a criação do shopping popular e a concessão de empréstimos durante a pandemia. Nota-se em Pilar, uma importante mudança demográfica, dadas as condições de trabalho, deslocamento e custo de vida, há tendência à fixação e à atração populacional, caracterizando uma alteração no movimento migratório. Além disso, os programas federais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), substituído em 2020 pelo Programa Casa Verde e Amarela, tem movimentado a cadeia produtiva da indústria da construção civil, desde a extração de areia no rio Paraíba do Meio até a proliferação de construtoras locais, contribuindo para o crescimento urbano e para o aumento da especulação imobiliária. O comércio, em franca expansão, tem possibilitado a geração de emprego e renda, em um cenário de profunda intervenção estatal, a partir da oferta de qualificação profissional, da cessão de crédito e financiamento público, já o turismo está sendo valorizado com as novas construções, como o espaço cultural, e as reformas, como a do Santo Cruzeiro, da orla lagunar e do Cine Pilarense, um pequeno centro de convenções localizado no centro da cidade. Percebe-se que a transição econômica e política que ora ocorre no município de Pilar é fruto das transferências constitucionais, programas e repasses estaduais, conjugados com uma gestão pública municipal voltada para o desenvolvimento local. Em Pilar, algumas obras finalizadas e outras em curso, denotam a ambição da administração pública, o Complexo Educacional e Esportivo é o maior do Estado, o Hospital do Futuro, em fase de construção, será o maior hospital já construído por um município em Alagoas, e um teleférico, em fase licitatória, que ligará o Santo Cruzeiro à orla lagunar, são exemplos das transformações recentes ocorridas em Pilar que tem alavancado os seus indicadores socioeconômicos.

Palavras-chave: Pilar-AL; construção civil; Petrobras; políticas públicas.

COSTA, Lucas Eduardo. **Recent socio-spatial transformations in Pilar (AL)**. 113 sheets. Dissertation (Master in Geography). Institute of Geography, Development and Environment, Federal University of Alagoas. Maceió, 2022.

Abstract: In recent years, the municipality of Pilar (AL) has been the scene of significant socio-spatial metamorphoses, consolidated by the local economy and politics, responsible for the new dynamics established after the rupture with the exclusively agrarian structure, concentrated in sugarcane production by the Terra Nova Plant. By means the resources from royalties from Petrobras Natural Gas Processing Unit (UPGN), investments are made to promote local economic development, the creation of the Banco do Povo (Pop Bank) and the CardBr, a card made available to the municipality servants to use in associated stores in the municipality, are examples of mechanisms aimed at supporting micro-entrepreneurs. The tax policy adopted by the municipal management has attracted industries from various sectors, such as food and chemicals, located in the industrial park on the margins of the BR-316 highway, the municipal, executive and legislative public power, composed largely of individuals with some degree of connection with the business sector, has positioned itself to meet the demands of merchants, through direct actions, such as the creation of the popular mall and the granting of loans during the pandemic time. In Pilar, an important demographic change can be observed, given the working conditions, displacement and cost of living, there is a tendency to settle and attract population, characterizing a change in the migratory movement. In addition, federal programs, such as the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), replaced in 2020 by the Casa Verde e Amarela Program, have moved the production chain of the civil construction industry, from the extraction of sand in the Paraíba do Meio river to the proliferation of local construction companies, contributing to the growth of urban development and the increase in property speculation. The trade, in frank expansion, has made possible the generation of employment and income, in a scene of deep state intervention, from the offer of professional qualification, of the credit assignment and public financing, already the tourism is being valued with the new constructions, such as the cultural space, and renovations, such as the Santo Cruzeiro, the lakefront and Cine Pilarense, a small convention center located in the city center. It is clear that the economic and political transition that is now taking place in the municipality of Pilar is the result of constitutional transfers, federal and state programs, combined with municipal public management focused on local development. In Pilar, some works already finished and others in progress, denote the ambition of the public administration, the Educational and Sports Complex is the largest in the State, the Hospital do Futuro, under construction, will be the largest hospital ever built by a municipality in Alagoas, and a cable car, in the bidding phase, which will connect Santo Cruzeiro to the lagoon shore, are examples of the recent transformations that have taken place in Pilar that have leveraged its socioeconomic indicators.

Keywords: Pilar-AL; construction industry; Petrobras; public policy.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Regiões Geográficas Intermediárias de Alagoas	24
Figura 2 – Mapa Político-Administrativo de Pilar/AL	25
Figura 3 – Área de abrangência e influência dos principais bairros da parte baixa de Pilar (AL)	32
Figura 4 – Reforma da Praça Dr. Rubens Canuto em 2019	34
Figura 5 – Bandeira do Município de Pilar/AL	36
Figura 6 – COCAL – Coco Alimentar de Alagoas S/A	37
Figura 7 – Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos	41
Figura 8 – Acúmulo de lixo nas margens da laguna Manguaba	43
Figura 9 – Localização do comércio na Chã do Pilar	44
Figura 10 – Área canavieira do Estado de Alagoas	51
Figura 11 – Instalações da Usina Terra Nova	54
Figura 12 – Obra de saneamento na Rua Dr. Antônio Serafim Costa, na Chã do Pilar	56
Figura 13 – Feira do Pilar e mercado da farinha na segunda metade do século XIX	60
Figura 14 – Mapa da Bacia Sergipe-Alagoas	65
Figura 15 – Concentração dos poços de petróleo e gás em Alagoas	66
Figura 16 – Localização do Campo Pilar	67
Figura 17 – Construção do Hospital do Futuro Regional do Vale do Paraíba às margens da BR-316	73
Figura 18 – Regiões turísticas de Alagoas	75
Figura 19 – Câmara Municipal de Pilar (AL)	76
Figura 20 – Via Sacra e Imagem de Nossa Senhora do Pilar no Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto	78
Figura 21 – Construção irregular sobre a laguna Manguaba	79
Figura 22 – Extração de areia do leito da laguna Manguaba	82
Figura 23 – Trabalhadores na remoção de areia retirada do leito do rio Paraíba do Meio	83
Figura 24 – Cartão dos servidores públicos municipais de Pilar (AL)	89

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Evolução do IDHM de Pilar/AL entre 1991 e 2010.....	28
Gráfico 2 – Evolução da população residente de Pilar entre 1990 e 2020	29
Gráfico 3 – Royalties recebidos pelo município de Pilar entre 1999 e 2021	70

Lista de quadros

Quadro 1 – Presença no poder da família Canuto (proprietários da Usina Terra Nova).....	48
Quadro 2 – Principais programas executados pela gestão pública municipal no período 2020/2021	57
Quadro 3 – Repasses estaduais para a prefeitura municipal de Pilar em 2021	69
Quadro 4 – Transporte público em Pilar – julho de 2021	93

Lista de tabelas

Tabela 1 – Mapa dos engenhos de Pilar em 1854	39
Tabela 2 – Usinas de Alagoas em 1944.....	40
Tabela 3 – Usinas de cana-de-açúcar produzindo em Alagoas na safra 2000 e na safra 2016	53

Lista de abreviaturas e siglas

- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
- ANM – Agência Nacional de Mineração
- ANP – Agência Nacional de Petróleo
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CELMM – Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba
- Cocal – Coco alimentar de Alagoas
- CTR – Central de Tratamento de Resíduos
- DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
- Fiea – Federação das indústrias do Estado de Alagoas
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- Gecoc – Grupo estadual de combate às organizações criminosas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
- ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
- MMboe – Milhões de barris de óleo equivalente
- MME – Ministério de Minas e Energia
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
- PIB – Produto Interno Bruto
- PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
- Produban – Banco da Produção do Estado de Alagoas
- RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
- Sedetur – Secretaria do estado de desenvolvimento econômico e turismo
- UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Justificativa	13
1.2	Teoria e método	14
1.3	Organização da pesquisa	21
2	GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PILAR (SÍTIO E SITUAÇÃO)	24
2.1	Localização geográfica e formação dos bairros históricos	24
2.1.1	Sítio e situação: cidade baixa e cidade alta (Chã), proximidade de Maceió e Rio Largo	29
2.1.2	Centro	32
2.1.3	Engenho Velho	33
2.1.4	Pernambuco Novo	35
2.2	Aspectos econômicos	35
2.2.1	Os engenhos antigos	37
2.2.2	A indústria têxtil	40
2.2.3	A pesca	42
2.2.4	O comércio local	44
2.3	Aspectos políticos	46
2.3.1	Principais personagens da política local	47
2.3.2	A evolução da política pilarense	49
3	A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE PILAR	50
3.1	Cana-de-açúcar	50
3.1.1	Usina Terra Nova	52
3.2	Comércio e serviços	55
3.2.1	O serviço público	55
3.2.2	O serviço privado	58
3.2.3	O comércio de bens não duráveis	59
3.2.4	As feiras	60
3.3	Setor de alimentos	61

3.3.1	A indústria de laticínios	62
3.3.2	A produção de massas	62
3.3.3	A produção agropecuária	63
3.4	A exploração de gás pela Petrobras	64
3.4.1	Histórico	66
3.4.2	Capacidade de produção	68
3.4.3	Os royalties	68
3.5	A indústria da construção civil	71
3.5.1	As construtoras locais	72
3.5.2	Emprego e renda	73
3.6	Turismo	74
3.6.1	Turismo cultural	76
3.6.2	Turismo religioso	77
3.6.3	Turismo ecológico	79
4	CADEIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	81
4.1	A exploração de areia	81
4.1.1	Histórico	84
4.1.2	Panorama atual	85
4.2	Comércio de material de construção	86
4.3	O Banco do Povo	87
4.3.1	O cartão dos servidores públicos municipais	88
4.4	Políticas de governo Federal, Estadual e Municipal	89
4.4.1	O Programa Minha Casa Minha Vida, condomínios e atração populacional para Pilar	90
4.5	Nova dinâmica populacional na Chã do Pilar	92
4.6	Aplicação dos royalties do petróleo no município e política	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada trata das transformações em curso no município de Pilar, Estado de Alagoas, a partir de aspectos econômicos e políticos, condutores dessas mudanças, sentidas principalmente no comércio, na indústria e no extrativismo, setores dinâmicos e em crescimento, em movimento intenso na última década e que alteraram significativamente o espaço geográfico pilarense, com destaque para a intensificação da urbanização, alterações no padrão demográfico, além dos consequentes desdobramentos na qualidade de vida da população pilarense, verificada através da melhoria nos indicadores socioeconômicos. Foi verificado que os gestores da prefeitura, desde a gestão (2017-2020) seguindo a atual (pacto de poder entre usineiros, comerciantes, setor imobiliário e da construção civil), estão utilizando os *royalties* para transformar Pilar em cidade regional, através de melhorias urbanas, investimentos em serviços, atração de setores produtivos da indústria em geral, com estatizações (escolas, terras), obras de infraestrutura e de serviços diversos, como veremos ao longo dessa dissertação.

O trabalho foi pautado no campo de conhecimento da geografia econômica, uma área abrangente que possibilita compreender o espaço geográfico por meio de fatores econômicos como a produção, a apropriação dos recursos naturais, modificados pelo trabalho humano para suprir as demandas populacionais. A geografia econômica é responsável por identificar os mecanismos de atuação dos agentes econômicos no território, que constroem e modificam o espaço geográfico, como o Estado e as empresas, que organizam e definem a economia a partir da demanda e da oferta de bens e serviços.

No caso pilarense, os agentes econômicos têm sido importantes desde o início da formação do território, particularmente o Estado, que teve atuação indispensável para a instalação, manutenção e desenvolvimento fabril. O recorte histórico da industrialização de Alagoas mostra que a economia alagoana baseou-se inicialmente na produção agrícola, maiormente na produção canavieira, também destacou-se o setor têxtil, e já na segunda metade do século XX o turismo, a agropecuária, a indústria extrativa e a indústria da construção civil, (FIEA, 2018, p. 28) “os engenhos de açúcar, a indústria têxtil e a agroindústria açucareira/alcooleira, deram início ao processo de industrialização do Estado de Alagoas, por volta de 1850 [...]”.

O espaço geográfico é histórico e dinâmico, como argumenta Souza (2016, p. 38) “a organização espacial está sempre mudando [...]”, por isso cada porção do espaço se transforma à medida que os processos mudam, especialmente através da técnica, da

tecnologia, da produção, assim é construído o espaço, porque as relações socioespaciais são características das atividades humanas. Tanto a organização do espaço alagoano como a organização do espaço pilarense mudaram no decorrer do tempo, consequência das ações humanas. Em Pilar, a construção do espaço geográfico apoiou-se na produção de açúcar, ou seja, em uma atividade econômica responsável pelo surgimento dos primeiros núcleos urbanos, pela composição demográfica e pela evolução política.

No município de Pilar, as mudanças espaciais são resultado desses processos históricos e de um conjunto de ações que tem caracterizado o início de uma ruptura com o passado marcadamente agrícola, latifundiário, coronelista, onde prevalecia a dependência econômica, o atraso econômico, que resultaram em desempenhos baixíssimos nos indicadores sociais, determinantes para a pobreza crônica e a concentração de renda, essa centralidade produtiva impôs uma estrutura política no município. A Usina Terra Nova foi por muitas décadas esse local centralizador, pela importância econômica na geração de emprego e renda, e política com a ocupação dos espaços políticos pelos usineiros locais.

Com o advento da crise do setor sucroalcooleiro em meados da década de 90, marcada pela falência do Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban) e pela dívida contraída pelo Estado de Alagoas, algumas usinas faliram ou reduziram a produção. No caso da Usina Terra Nova, que não opera na moagem desde 1995 quando encerrou a produção de açúcar e álcool, houve continuidade no plantio da cana-de-açúcar com o fornecimento da produção para outras usinas (1996), a partir de 2021 algumas áreas foram arrendadas.

Com o loteamento de áreas rurais, antes ocupadas por canaviais, houve expansão do tecido urbano, assim o poder público acompanhou esse crescimento realizando investimentos em infraestrutura urbana, conseqüentemente o valor do solo nessas áreas aumentou, bem como nas áreas adjacentes ainda sob o domínio dos proprietários da usina. Neste caso, fica evidente a atuação desses agentes como especuladores imobiliários, que usufruem da valorização dos imóveis e terrenos em áreas longínquas do centro urbano, além disso veiculou-se na imprensa estadual (07/08/2019) que a Usina Terra Nova voltaria a funcionar em 2019, gerando empregos diretos e indiretos, por meio de uma parceria entre o governo estadual e a prefeitura de Pilar.

As transformações recentes em Pilar são efeito de um processo que envolve os governos Federal, Estadual e Municipal, através das políticas de habitação e distribuição de renda, além dos repasses estaduais e das transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), imprescindível para a maior parte dos municípios alagoanos. Além disso, contribuem para esse processo as novas conjunturas políticas, com a

participação de comerciantes locais no poder legislativo, a diversificação produtiva, com a instalação de novas empresas. Esses fatores convergem para elevar o município a um novo patamar, com a melhoria nos índices de desenvolvimento humano, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 81,94% da população pilarense era vulnerável à pobreza (2000), esse quantitativo foi reduzido para 67,21% (2010), a taxa de mortalidade infantil era 51,11 por mil (2000) e diminuiu para 25,60 por mil (2010), bem como o Índice de Gini que era 0,53 (2000) e passou para 0,51 (2010) e o IDHM que era 0,418 (2000) e avançou para 0,610 (2010).

Por conseguinte, é essencial destacar o papel da gestão pública municipal, principal responsável pela alocação dos recursos provenientes dos *royalties* da exploração de gás pela Petrobras e de outros repasses e transferências, investindo em infraestrutura e serviços, aplicando-os no desenvolvimento de Pilar. Além disso, as políticas de desenvolvimento econômico foram capazes de estabelecer novas diretrizes, como a criação do Banco Pop, do CardBr, as políticas de incentivo fiscal, doação de terrenos para a instalação de indústrias no polo multisetorial, investimentos em turismo, comércio, educação e desenvolvimento social.

Na última década Pilar tem passado por uma transformação devido à decadência da Usina Terra Nova e a formação das novas diretrizes produtivas: exploração de gás natural (que resulta nos *royalties*) e construção civil. Até o surgimento da crise no setor sucroalcooleiro a economia pilarense era dependente da indústria canavieira e de outras atividades econômicas secundárias menos relevantes, a falta de diversificação econômica e a concentração de riquezas foram responsáveis pelos níveis precários de qualidade de vida da população pilarense, reponsabilidade recaí também em outros fatores, como o atraso econômico de Alagoas, terra dos usineiros.

As mudanças políticas foram fundamentais nesse processo, haja vista os cargos públicos, tanto no poder legislativo quanto no poder executivo, estão ocupados por indivíduos que tem estreita ligação com o ramo empresarial, assim as necessidades dessa classe podem ser atendidas prontamente ou são respaldadas pelos instrumentos legais, através do poder político representado. Os usineiros acompanharam a mudança e se tornaram personagens comprometidos publicamente com a nova realidade pilarense, ainda que os laços entre as instituições públicas e a usina sejam mantidos discretamente, a política em Pilar não se restringe a utilização dos espaços políticos para beneficiar grupos privilegiados, por outro lado, evidencia-se o direcionamento de esforços para atender às demandas dos pilarenses.

Percebe-se desse modo, que as transformações que têm ocorrido em Pilar são simbólicas e indicam o encerramento de um ciclo econômico baseado quase exclusivamente

na produção canavieira e o início de um ciclo orientado pela indústria extrativa a partir da exploração de gás natural e pela diversificação econômica que abrange o comércio, o serviço público, o turismo e a construção civil. Frise-se que a atuação do estado, através do governo municipal, tem sido indispensável e extremamente decisiva para o cenário econômico atual.

As alterações no espaço geográfico constituem a parte visível dessas mudanças, a mais evidente delas é a urbanização vista a partir da construção de condomínios residenciais, indústrias e edificações públicas em áreas rurais, na cidade alta/tabuleiro. O município também atraiu novos habitantes, devido ao baixo valor do solo, a proximidade com Maceió e Rio Largo.

As políticas públicas da administração municipal, com ênfase na educação, se realizaram através da estatização de escolas, a Escola Vovó Joana foi transformada na Creche Rosilene Mota (atende a mais de 100 crianças do bairro Pernambuco Novo), onde foram investidos R\$ 1 milhão, já o Colégio Ágape foi transformado na Creche Afonso Cavalcante da Silva, inaugurada em 15/03/2022; a Delegacia da Polícia Civil no bairro Chã do Pilar, por sua vez, foi transformada em anexo da Escola Embaixador Renato de Mendonça.

Os investimentos em educação na atual gestão municipal, contemplaram ainda a reforma e a ampliação da Escola Oséas Cardoso (2021) com investimentos de cerca de R\$ 1,5 milhão; a construção do Centro Bilingue (primeira escola bilingue pública de tempo integral de Alagoas), a construção do Complexo Educacional Petrônio Viana, onde funcionam 3 escolas que atendem a 800 alunos. Foram incorporados ao serviço de educação municipal: convênio para a aquisição de 800 *Chromebooks*, junto ao *Google for Education*; projetos e programas para incentivo à matrícula de alunos e à manutenção dos alunos na escola. Estas ações interferiram positivamente na qualidade do serviço prestado.

Na área da saúde foram realizados: a celebração de convênio de cooperação e fomento com aporte do governo estadual para a reabertura da entidade filantrópica Hospital Nossa Senhora de Lourdes e Maternidade Dr. Armando Lages em 2017, possibilitou desde então 1.200 cirurgias e 300.000 exames; as reformas em 6 prédios do Programa Saúde da Família (PSF). Foram construídos os prédios: Unidade Básica de Saúde José Manoel dos Santos (2019), Unidade Básica de Saúde João Ferreira da Silva (2018).

A prefeitura promove políticas sociais através dos programas: o Programa Prato Cheio (2017), que atende a 3 mil pessoas diariamente; o Programa Bolsa Viva Bem Pilar, criado em 2017, atende a quase 4 mil famílias pilarenses (tendo transferido até 2021 aproximadamente R\$ 7,5 milhões), o Programa Plantando o Futuro (2017), em parceria com o governo estadual e a iniciativa privada, voltado para a agricultura familiar. Os programas Plantando o Futuro e

Prato Cheio estão integrados através de acordos de produção e fornecimento realizados pela prefeitura. Os produtores rurais do Plantando o Futuro, receberam terrenos e assistência técnica, ambos gratuitos, e a produção comprada pela prefeitura. Esta produção destina-se ao Complexo Nutricional Adelmo Macaxeira (também construído pela prefeitura) para ser distribuída através do Programa Prato Cheio, em escolas públicas e para famílias carentes.

Outros projetos de cunhos diversos estão sendo desenvolvidos, como: o Programa Empreenda Mais, criado em 2021, a gestão pública facilita o acesso ao crédito para que os pilarenses abram o próprio negócio (investidos R\$ 500 mil). Há também entrega de escrituras imobiliárias através do Programa Documento na Mão, a prefeitura em parceria com o Poder Judiciário de Alagoas oportuniza a regularização documental no cartório para famílias de baixa renda, até julho de 2021 foram entregues cerca de 2.500 escrituras.

Com relação às políticas nos setores turístico, cultural e esportivo, há ações diversas, tais como: construção do Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto (2020); construção do Espaço Cultural Mestra Bida (2021); construção do Complexo Esportivo Professor Edson Maia de Queiroz (2021); e a reforma do Cine Pilarense (fechado na década de 80).

A criação do Banco Pop, primeira iniciativa de banco estatal municipal no Estado de Alagoas, tem o objetivo de fornecer crédito ao microempreendedor individual (MEI)¹ pilarense sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito e com juros baixos (0,9% a.m.). Esse banco, durante a pandemia de Covid-19, foi responsável por repassar o auxílio emergencial, nos valores entre R\$ 2,5 mil a R\$ 7,5 mil, a 50 empreendedores.

Obras aprovadas para serem construídas: Hospital do Futuro Regional do Vale do Paraíba; Shopping Popular Delson Benvindo; o monumento Cristo Redentor de Pilar² (similar em tamanho e forma ao do Rio de Janeiro); teleférico para o complexo turístico-religioso; parque industrial (além do polo multisetorial já existente desde 2015); doação de terreno e urbanização de área para construção de kartódromo de padrão internacional; parque aquático (em fase de elaboração do projeto); Bosque José Soares Camelo localizado no bairro Padre Cícero; Complexo Predial Luiz Américo Costa que abrigará o Centro Especializado em

¹ Microempreendedor Individual (MEI) refere-se a um empresário individual criado a partir da Lei Complementar N° 128, de 19 de dezembro de 2008, portanto o MEI possui CNPJ, emite nota fiscal e é beneficiário da Previdência Social, o limite de faturamento anual do MEI é de R\$ 81 mil (2021).

² Através da Lei 829/2021, de 30 de dezembro de 2021, foi autorizado a abertura de crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem utilizados na primeira etapa da construção do monumento Cristo Redentor de Pilar.

Reabilitação Luiza Lopes³ (CER), o Centro de Atenção Psicossocial⁴ (CAPS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Outras ações dão apoio ao turismo em Pilar: recebeu o selo internacional *safetravels*, da Sedetur, que certifica a aptidão do município para receber turistas estrangeiros; o bagre foi reconhecido como Patrimônio Imaterial do Estado de Alagoas; e a Festa de Nossa Senhora do Pilar foi colocada no circuito oficial de turismo do estado. Esses fatos em conjunto com as obras de reforma, como a do Santo Cruzeiro, e construção, como do complexo cultural e religioso, nas quais foram investidos R\$ 3,5 milhões através de uma parceria firmada entre o governo estadual, a Sedetur e a prefeitura de Pilar, condicionam Pilar para assumir a posição de um importante polo turístico na região.

Pelo fato de aumentar o número de obras e intervenções em Pilar, no último quinquênio, a gestão da prefeitura tem utilizado alguns *slogans* como: “orgulho para Alagoas, modelo para o Brasil”. O prefeito Renato Rezende Rocha Filho (gestão 2021-2024), segunda geração de políticos na família, tem impulsionado a sua carreira política para a disputa de cargos políticos na esfera estadual, e cogita-se inclusive a sua candidatura para o governo do Estado de Alagoas (2022), conforme as pesquisas de intenção de voto na imprensa estadual.

Sobre a produção de energia alternativa, foram investidos pelo grupo Alagoas Ambiental R\$ 8 milhões para a construção da primeira usina de gás metano de Alagoas, na Central de Tratamento de Resíduos Metropolitana (CTR Metropolitana) instalada em Pilar e que opera o aterro sanitário desde 2015. É possível observar que o fim do lixão, após a construção da CTR Metropolitana melhorou a qualidade ambiental da cidade.

Contudo, alguns problemas continuam recorrentes em Pilar. A cidade cresce, mas é notória a falta de planejamento urbano, como demonstro adiante, há a intensificação do desordenamento urbano em várias áreas, sobretudo causando problemas relacionados à mobilidade urbana e à qualidade dos serviços prestados por órgãos públicos ou por concessionárias.

Por fim, as transformações recentes que ocorrem em Pilar, nos aspectos econômico, político e geográfico, são orientadas pelo poder público municipal, de fomento ao desenvolvimento econômico e social. Também é necessário considerar as transferências

³ Foram disponibilizados R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para a construção do CER por meio de Crédito Adicional Especial (Lei nº 766/2020) com recursos próprios do município.

⁴ Foram disponibilizados R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a construção do CAPS por meio de Crédito Adicional Especial (Lei nº 766/2020) com recursos próprios do município.

constitucionais, em especial o Fundeb R\$ 34,3 milhões (2021) e o FPM R\$ 28,2 milhões (2021), e os repasses estaduais, destacando o ICMS R\$ 84 milhões (2021), o IPVA R\$ 1 milhão e os *royalties* R\$ 457 mil (2021), que constituem a receita própria do município.

1.1 Justificativa

Na última década o município de Pilar (AL) passou por mudanças socioespaciais significativas, consubstanciadas pela economia e política locais, responsáveis pela nova dinâmica instituída após a ruptura com a estrutura produtiva do setor canavieiro, representado pela Usina Terra Nova. As práticas dos gestores municipais têm a intenção de ampliar a oferta de bens e serviços, e tornar o município atrativo para a população alagoana e para investimentos de várias ordens. Neste sentido há um esforço em transformar Pilar de cidade local para cidade regional.

Através dos recursos e transferências, principalmente os oriundos dos *royalties* da exploração de petróleo e gás pela Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) da Petrobras, realizaram-se investimentos para o fomento do desenvolvimento econômico local, como a criação do Banco do Povo (Banco Pop) e do CardBr, um cartão disponibilizado para os servidores públicos municipais utilizarem em lojas conveniadas do município, são exemplos de mecanismos direcionados para o apoio aos microempreendedores e o esforço público para manter a renda no próprio município fortalecendo a economia local.

A política fiscal adotada pela gestão municipal tem atraído indústrias de diversos setores, como a alimentícia e a química, situadas no polo multisetorial, o poder público municipal, executivo e legislativo, composto em grande parte por indivíduos com algum grau de conexão com o ramo empresarial, tem se posicionado para atender as demandas dos comerciantes, em ações diretas como a criação do shopping popular e a concessão de empréstimos durante a pandemia. Nota-se em Pilar o crescimento da população com a imigração, dadas as condições de trabalho, deslocamento e custo de vida, há tendência à fixação e à atração populacional, caracterizando uma alteração no movimento migratório. Fato observável pelo movimento pendular, no fluxo de pessoas entre Pilar e Maceió.

Além disso, os programas federais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tem movimentado a cadeia produtiva da indústria da construção civil, desde a extração de areia no rio Paraíba do Meio até a proliferação de construtoras locais, contribuindo para o crescimento urbano, com o aumento da especulação imobiliária. O

comércio, em expansão, tem possibilitado a geração de emprego e renda, em um cenário de intervenção estatal municipal, a oferta de capacitação e qualificação profissional de empreendedores e gestores de pequenos negócios por meio do Programa Desenvolve Pilar (2017), da cessão de crédito e financiamento público.

Em Pilar, algumas obras finalizadas e outras em andamento denotam a ambição da administração pública municipal em elevar o patamar econômico, político e social do município. Atribui-se, em partes, o bom desempenho do município à gestão pública, o que confronta o mito neoliberal de desenvolvimento sem intervenção estatal. Em Pilar, a falácia do estado mínimo parece desmontar-se rapidamente; mesmo considerando os interesses particulares ou de classes hegemônicas no município.

1.2 Teoria e método

A pesquisa buscou aprofundar a discussão a partir da linha de pensamento do materialismo histórico e dialético, no âmbito da geografia econômica que considera as contribuições das ciências geográfica e histórica, sobretudo. Há, então, nesta pesquisa a predominância da análise de múltiplas determinações, considerando o ponto de vista geográfico, histórico, econômico, político e social, que fundamentam a existência de qualquer sociedade, em consonância com outros aspectos que surgem desse desdobramento, como a técnica, a produção, as instituições, organismos vivos da evolução de um povo e do respectivo ocupado. As teorias que sustentaram os argumentos utilizados no trabalho partiram do campo das ciências humanas, especificamente das combinações geográficas (Cholley), bem como os conceitos e fundamentos da formação socioespacial (Milton Santos), ciclos econômicos, formação social e os agentes históricos que participam da organização da sociedade, da economia e do espaço (Rangel e Mamigonian).

A teoria da formação econômica e social de Milton Santos tem uma importância singular para a explicação da evolução da sociedade pilarense, no contexto do Estado de Alagoas e da zona da mata canavieira do Nordeste do Brasil. O autor diz que (SANTOS, 1977, p. 84) “o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução [...]”, ou seja, a partir dos acontecimentos históricos referentes à

economia e à sociedade pilarense, é possível encontrar as causas, as características e os eventos que expliquem o processo de formação do município.

Santos prossegue: (1977, p. 84) “[...] as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo [...]”, em outras palavras, as formações econômicas e sociais não podem ser analisadas senão dentro de uma estrutura geral, que envolve outros aspectos constituintes de cada sociedade, uma vez que a interação entre os fatores econômicos, políticos, sociais, precisam estar conjugados para o entendimento da evolução de cada parte do espaço geográfico. No caso pilarense, para explicar o processo de desenvolvimento econômico e social, não se deve menosprezar ou minimizar a participação dos agentes políticos como atores principais, responsáveis pela definição das políticas públicas de Pilar.

Conforme Milton Santos (1977, p. 86) “modo de produção, formação inicial, espaço – essas três categorias são interdependentes [...]”, em Pilar, o espaço geográfico foi moldado pela produção canavieira, inicialmente desde os diversos engenhos instalados, depois desde a Usina Terra Nova, o primeiro núcleo urbano surgiu a partir de um engenho, o Velho. Para Santos (1977, p. 87) “as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares [...]”, no município de Pilar, a parte baixa da cidade foi marcada pela instalação dos engenhos de açúcar, também a pesca se concretizou como atividade básica, já na parte alta da cidade, a produção agropecuária, e mais recentemente, o comércio, caracterizam a ocupação do espaço (SANTOS, 1977, p. 87) “o modo de produção expressa-se pela luta e por uma ‘interação entre o novo, que domina, e o velho [...]”, também, Santos argumenta que (1977, p. 87) “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...]”, a produção canavieira dominou a economia da zona da mata alagoana, onde se localiza Pilar, e determinou a política do estado ao longo de séculos.

A teoria de Ignacio Rangel serve para explicar a organização da economia no Brasil, baseada em fatores externos e internos, ele afirma que (RANGEL, 1981, p.12) “em suma, a sociedade dual brasileira, respondendo, como qualquer outra formação, ao crescimento de suas próprias forças produtivas, muda de modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana [...]”, dual porque é resultado do processo de internacionalização econômica, onde os países estão interligados e são interdependentes, sendo que os mais desenvolvidos determinam as políticas em âmbito mundial. No caso brasileiro, sob os princípios do sistema capitalista, as forças externas moldaram os processos

internos, afinal para a inserção no comércio global foi necessário produzir as mercadorias demandadas pelos países centrais, em contrapartida as relações de trabalho no Brasil desenvolviam-se a partir das condições próprias da economia e da sociedade.

Mamigonian discute os ciclos característicos dos sistemas econômicos, neste caso do sistema capitalista de produção, ele afirma que (MAMIGONIAN, 1999, p. 25) “os ciclos longos desempenharam e continuam desempenhando papel fundamental no funcionamento do sistema capitalista [...]”, os ciclos longos, chamados Kondratieff, são importantes para compreender que a economia tende a ter momentos de recessão e de progressão, nas chamadas fases recessivas e fases expansivas, assim, em conformidade com as políticas que o Estado promove em cada momento, é possível estabelecer novas diretrizes para a economia. Vale destacar que nos momentos de recessão a economia brasileira, ao buscar alternativas, e com a participação efetiva do Estado, desenvolve ou fortalece a indústria nacional. Mamigonian aponta que (1999, p. 28) “I. Rangel foi o primeiro a relacionar a estrutura e evolução da formação social brasileira aos modos de produção dominantes no centro do sistema [...]”, percebe-se que as relações de trabalho e de poder também explicam a atuação dos agentes nos processos de configuração da economia no país.

A teoria de André Cholley correlaciona-se com as teorias já explicitadas, pois se baseia nas condições sociais, de trabalho, produção, históricas, políticas e naturais (físico e biológico). A teoria das combinações geográficas busca explicar como funcionam as estruturas de cada porção do espaço a partir das combinações ali estabelecidas, da forma como a sociedade se apropriou da natureza, a transformou, produziu, nas condições naturais, biológicas, climáticas. Cholley (1964, p. 143) aponta que “as combinações, portanto, nascem, evoluem, morrem [...] vemos as combinações se aperfeiçoarem, alcançarem pleno desenvolvimento, isto é, realizarem o máximo de povoamento compatível com sua eficácia [...]”, isso porque, a técnica, a tecnologia, se ajustam e contribuem para a formação de novas estruturas.

Cholley (1964, p. 267) afirma que “a própria estrutura das combinações geográficas nos impede de considerar isoladamente os fatores que as compõem, isto é, em si mesmos [...]”, ou seja, não se pode analisar uma combinação apenas por um ou alguns de seus fatores, porque a investigação estaria reduzida a alguns elementos, o que comprometeria uma análise fidedigna à realidade. Em Pilar, podemos explicar as principais atividades primárias analisadas a partir desta concepção: a produção de cana-de-açúcar no baixo planalto costeiro, embora com o solo pouco fértil em algumas áreas de tabuleiro pela deficiência de humus, através de técnicas de correção, adubação química e com a utilização de variedades de cana

mais resistentes foi possível contornar o problema (LIMA, 2001), altos índices de precipitação pluviométrica, também a disponibilidade de recursos hídricos (Região Hidrográfica Paraíba) e o clima tropical (classificação de Köppen) favoreciam à cultura canavieira, o que possibilitou uma produção média de 600 mil sacos de açúcar e 750 mil litros de álcool hidratado no período de atividade da Usina Terra Nova; a extração mineral nos depósitos de areia encontrados nos leitos e nas margens dos rios, um insumo utilizado como agregado para a produção de argamassa e concreto pela construção civil; a atividade pesqueira é realizada em vista de fatores como a existência da laguna Manguaba (fator físico), a disponibilidade de peixes e crustáceos (fator biológico), o trabalho da pesca (fator humano). Para Cholley (1964, p. 268) “[...] o método, que nos permite interpretar a estrutura de uma combinação a estabelecer a sua evolução, só pode ser analítico [...]”, uma análise dos fatores conjugados, dos mecanismos, recursos, especialmente do trabalho humano sobre a natureza.

O autor dispõe que (CHOLLEY, 1964, p. 270) “a distribuição das combinações e sua evolução, isto é, as tentativas de organização do planeta repousam, pois, sobre duas bases essenciais: uma base territorial e uma base humana [...]”, tendo em vista que toda e qualquer atividade é exercida no espaço geográfico pelo ser humano em determinadas áreas sob os desígnios de grupos humanos que estabelecem ali o seu território. Também afirma que (CHOLLEY, 1964, p. 270) “[...] a combinação se desenvolve, provocando os efeitos, mais ou menos esperados, no domínio da produção, da demografia e da estrutura social [...]”, porque ela tem consequências na maneira como a sociedade se estrutura, interfere no modo de vida, no processo de ocupação do espaço, nas determinações políticas, culturais. As combinações geográficas, além de contribuir para a análise de múltiplas determinações e temporo-espacial, tem ênfase na geografia econômica, ciência interligada entre a geografia regional e a geografia geral, abarcando a concepção de relações entre unidade e totalidade.

Segundo André Cholley (1964, p. 271) “[...] o que é essencial, é compreender a estrutura da combinação, sua evolução, seu rendimento, isto é, em última análise, o grupo humano e as formas de atividade assinalam a sua presença [...]”, nesse sentido, a compreensão de uma combinação geográfica perpassa, essencialmente, pelo fator humano, preponderante para as formações humanas e aglomerados sociais. Por fim, Cholley argumenta que (1964, p. 273) “[...] a Geografia Econômica para ser verdadeiramente geográfica deve ser, também, uma Geografia social”, devendo considerar que é através de um processo social que as outras atividades se desenvolvem, pois é o ser humano a partir das necessidades que surgem e da busca por soluções, que dinamiza o espaço geográfico, pela produção e relações humanas.

A teoria de Paul Singer contribui para explicar as questões referentes ao solo, seu uso, valor e importância no processo de urbanização, que envolve diversos agentes, ela é importante para compreender o recente crescimento urbano de Pilar. Conforme Singer (1980, p. 22) “[...] o valor da propriedade imobiliária, na economia capitalista, não passa da renda que ela proporciona [...]”, seja através de aluguéis, da venda, haja vista o solo é um capital e pode gerar lucro, sendo uma mercadoria é negociado, especulado. O valor do solo em Pilar, de um modo geral, é mais baixo do que em Maceió, por isso torna-se um atrativo populacional.

Nesse sentido, um importante instrumento utilizado para compreender as políticas urbanas é o Plano Diretor do município, que dispõe no Art. 9º, inc. V sobre a “proibição as possíveis distorções da utilização econômica da propriedade para prevenir o uso especulativo de imóveis urbanos e conseqüentemente sua subutilização ou não utilização, assegurando a função social da propriedade urbana”. Assim, é expressamente proibido promover a especulação imobiliária, além disso, há a previsão legal da atuação do (Art. 30, inc. IV) “poder público como regulador do mercado imobiliário e provedor do solo urbano e de moradia”, sendo o principal agente urbano, embora na prática o estado interfira na valorização do solo urbano e intensifique a especulação imobiliária.

Singer defende que (1980, p. 23) “o uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado [...]”, em áreas periféricas o valor é mais baixo, em áreas centrais o valor é mais alto, isso em virtude das possibilidades oferecidas por cada área, na periferia as condições estruturais são precárias, em contrapartida nas áreas centrais, que necessariamente não se localizam no centro, as estruturas são mais eficientes, fazendo com que a demanda pelo solo nessas áreas seja maior, como o mercado é estabelecido pela relação demanda e oferta, o preço de imóveis nessas localidades é maior, concentrando as pessoas de maior poder aquisitivo. Na mesma direção, ele diz que (SINGER, 1980, p. 23) “[...] os preços no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo que a demanda estiver disposta a pagar [...]”, o que torna a cidade como um espaço segregado, de ocupação desigual, tanto pelas pessoas e suas classes sociais, como pelos tipos de habitações, equipamentos públicos disponibilizados. Em relação à especulação imobiliária, Singer argumenta que:

[...] como a demanda por solo urbano muda frequentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo [...]. (1980, p. 23).

A especulação imobiliária acaba determinando a ocupação do espaço urbano, bem como a infraestrutura, a qualidade e a quantidade dos serviços públicos e privados e o próprio crescimento da cidade, que é orientado por novas construções, com o aumento da demanda há valorização e aumento do preço. A especulação imobiliária em Pilar é vista desde os novos condomínios residenciais e conjuntos habitacionais construídos em áreas mais distantes dos núcleos urbanos. Com a demanda dos novos moradores, o poder público é forçado a investir nessas áreas para a prestação de serviços, bem como há atração dos serviços privados, valorizando os imóveis e os terrenos ao redor. Assim, a especulação imobiliária age para modificar o espaço geográfico (SINGER, 1980, p. 29) “na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros que formam novos focos de valorização do espaço urbano [...]”, é o que acontece, especialmente, no bairro Chã⁵ do Pilar (na cidade alta).

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas. (SINGER, 1980, p. 27).

Por fim, buscou-se nos trabalhos de Cícero Péricles de Carvalho subsídios para a explicação da formação histórica de Alagoas desde a ocupação do território. O autor destaca que o Estado de Alagoas foi formado sob à produção canavieira, o latifúndio, à escravidão, o coronelismo, principalmente na zona da mata alagoana, também teve importância à criação de gado, em partes do agreste e do sertão do estado. Conforme Carvalho (2019, p. 16) “a formação da sociedade alagoana, em sua mais importante base econômica, a atividade agrícola, foi inicialmente determinada pela distribuição das sesmarias. [...]”, ainda à época das capitâncias hereditárias, quando Alagoas pertencia à capitania de Pernambuco, sua função inicial era servir para fins militares, econômicos e de povoamento.

Segundo Carvalho (2019, p. 26) “[...] a produção do açúcar organizou o espaço rural desse território, foi responsável pela introdução da escravidão de africanos e formou os

⁵ Conforme FERREIRA, A. B. de H. – O dicionário da língua portuguesa (8. ed. 2013) – Chã significa terreno plano; planície. Em Pilar, o termo chã é utilizado como sinônimo de “parte alta da cidade”, dado que a cidade surgiu às margens da laguna Manguaba, na área baixa da cidade. Compreende-se a chã do Pilar como uma unidade de relevo Baixo Planalto Costeiro.

grandes latifúndios associados à monocultura canavieira – a plantation. [...]”, o que ainda reflete na organização política estadual, onde grupos familiares detém o poder político e econômico em várias regiões, especialmente no interior do estado. É comum observar em Alagoas a transmissão geracional de cargos políticos, bem como as trocas no poder, a exemplo de municípios que alternam a gestão entre parentes. Os usineiros, mesmo após a decadência do setor e a falência de várias usinas, mantêm os pactos de poder.

A atividade canavieira monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata, fomentou a concentração de terras e riqueza, impedindo o desenvolvimento do mercado interno, criando uma forte subordinação à instabilidade dos mercados externos. [...] a estrutura da propriedade da terra, com o consequente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização, marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas. (CARVALHO, 2019, p. 49).

Seguindo o direcionamento da industrialização brasileira e a partir da diversificação produtiva exigida pelo mercado em meados do século XX, o Estado de Alagoas buscou alternativas para a produção canavieira, em uma tentativa de modernização, tendo destaque o governo de Muniz Falcão (1956-1961), que não obteve êxito, pois encontrou resistência interna. Conforme Carvalho (2019, p. 309) “[...] na segunda metade do século XX, acompanhando o processo de urbanização, alcançou-se a afirmação do setor de comércio e serviços e da construção civil, centralizados principalmente em Maceió e nas cidades maiores; e do segmento do turismo, expressivo no litoral”.

Em suma, a teoria do materialismo histórico e dialético forneceu subsídios para tratar dos aspectos relacionados à formação econômica e social, às combinações geográficas, ao uso do solo na economia capitalista, às dualidades brasileiras, aos ciclos longos da economia capitalista e à formação histórica de Alagoas. Isso gerou meios para a análise dos processos ocorridos em Pilar que indicaram as transformações recentes ocorridas no município. Desse modo, as bases teóricas, os conceitos e fundamentos servirão para analisar, relacionar, localizar, compreender e explicar à realidade pilarense, proposta neste trabalho.

Com base na teoria de Milton Santos, compreende-se que em Pilar, a partir dos elementos que compõe o sistema econômico local, em dimensão e nível de modernização, prevalece o circuito inferior da economia urbana, o comércio, representado em boa parte por feirantes e ambulantes, a oferta de bens e serviços, o tipo de produto e a tecnologia utilizada, o consumo, os preços, o trabalho e o emprego que caracterizam e organizam o espaço econômico pilarense revelam que as atividades tradicionais se destacam no município.

Na teoria das localidades centrais de Christaller, discutidas por Bonetti, é possível compreender a posição da cidade no contexto regional a partir das funções particulares exercidas, pelo alcance dos bens e serviços, pela dinâmica econômica, circulação, instituições e população. Em geral, Pilar possui características de uma cidade que fornece bens e serviços básicos localmente e depende de bens e serviços específicos de outros centros, como Maceió, por outro lado, com as políticas atuais de educação, saúde e turismo, estimula-se uma transformação da cidade através da alteração de suas funções, com a cidade abrangendo a sua atuação, de local para regional, pela ampliação da capacidade de ofertar bens e serviços que não são disponibilizados na área circundante.

1.3 Organização da pesquisa

A pesquisa se baseou em uma investigação socioespacial com o auxílio de bibliografia especializada, documentos públicos, coleta de dados, informações e imagens, observação *in loco* que possibilitou uma experiência realista, crítica e reflexiva, que permitiram orientar a discussão de maneira sistematizada e dialógica. Foi selecionada uma bibliografia com abordagens das questões inerentes à temática que abarcasse a relevância, a atualidade, a criticidade, a dialética e a adequação à história, a política e a sociedade pilarense. O levantamento fotográfico foi realizado em diversas visitas de campo, com ele foi possível caracterizar a realidade, descrevê-la, compará-la e analisá-la em vários momentos distintos, o que reforçou os argumentos utilizados no trabalho. Outro instrumento importante utilizado foi a entrevista, realizada com o objetivo de registrar opiniões, obter informações, buscar explicações. O mecanismo e os instrumentos utilizados na pesquisa serviram para subsidiar o trabalho dando consistência teórica, validade, profundidade e ampliação do debate proposto.

Entrevista/Visita	Data
Câmara Municipal de Vereadores de Pilar	09/03/2022; 15/03/2022
Casa da Cultura e Museu Professor Arthur Ramos	18/03/2022
Cine Pilarense	10/05/2021
Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto	11/05/ 2021; 18/03/2022

Conjunto Residencial Deputado Rubens Canuto	07/10/2020
Diretor do Cine Pilarense e ex-diretor de Cultura de Pilar	10/05/2021
Diretor Superintendente da Usina Terra Nova S/A	29/04/2022
Diretora de Finanças do Banco do Povo (Banco Pop)	18/04/2022
Espaço Cultural Mestra Bida	21/03/2022
Feira Livre (bairro Centro)	11/04/2021; 29/08/201
Feira Livre (bairro Chã do Pilar)	10/04/2021; 21/08/2021
Funcionário do laticínio Phillar	04/02/2021
Laticínio Pajuçara	13/02/2021
Local da construção do Hospital do Futuro Regional do Vale do Paraíba	19/02/2022
Local de extração de areia na foz do rio Paraíba do Meio (bairro Pernambuco Novo)	09/02/2019; 04/09/2020; 03/06/2021; 22/02/2022; 01/05/2022
Mercado Público (bairro Centro)	29/08/2021
Mercado Público (bairro Chã do Pilar)	21/08/2021
Orla Lagunar de Pilar	10/11/2020; 09/04/2021
Polo Multisetorial José Omena da Silva	09/06/2021
Residencial Morada do Alto	07/10/2020
Rodoviária (bairro Centro)	05/07/2021; 23/07/2021
Rodoviária (bairro Chã do Pilar)	05/07/2021; 23/07/2021
Rua Senhor do Bonfim (bairro Chã do Pilar)	06/07/2021; 03/03/2022
Secretário de Infraestrutura de Pilar	12/01/2022

Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Trabalhadoras Assalariadas Rurais de Pilar/AL	18/04/2022
Trabalhador informal na atividade extrativa de areia (tirador de areia)	04/09/2020; 01/05/2022
Vereador, empresário e ex-secretário de Infraestrutura de Pilar	18/03/2022

No primeiro capítulo são discutidas a geografia e a história de Pilar com o objetivo de situar o município espacialmente e temporalmente, além de tratar dos aspectos econômicos e políticos que contribuíram para a sua formação, destacando os bairros históricos a partir dos quais surgiram e se desenvolveram os primeiros núcleos urbanos. No segundo capítulo discute-se sobre a economia e a organização espacial, enfatizando a produção canavieira dos engenhos antigos à Usina Terra Nova; o setor de comércio e serviços; as feiras; a indústria extrativa, em particular da exploração de petróleo e gás natural pela UPGN; a indústria da construção civil e o turismo. No terceiro capítulo discorre-se sobre a cadeia produtiva da construção civil e a especulação imobiliária a partir da exploração de areia no rio Paraíba do Meio, no contexto do PMCMV, interferindo na dinâmica populacional na Chã do Pilar, além do Banco Pop e da aplicação da receita dos *royalties* na conjuntura econômica do município.

2 GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PILAR (SÍTIO E SITUAÇÃO)

2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMAÇÃO DOS BAIRROS HISTÓRICOS

Pilar faz parte da Região Geográfica Intermediária de Maceió e da Região Geográfica Imediata de Maceió (ver figura 1, destaque em cinza escuro), os municípios limítrofes são: Atalaia, Boca da Mata, São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro, Satuba e Rio Largo. Possui uma área total de 259.614 km², população residente estimada em 35.212 habitantes (IBGE, 2020) e densidade demográfica estimada em 7,4 hab./km² (2020). Sobre os dados socioeconômicos (IBGE Cidades), a taxa de pessoas ocupadas é de 11,9% (2019), sendo o salário médio mensal do trabalhador formal de 2,6 salários-mínimos⁶, o PIB *per capita* é R\$ 13.783,87 (2018), sendo 87,5% (2015) dos recursos do município oriundos de fontes externas.

Figura 1 – Regiões Geográficas Intermediárias de Alagoas.

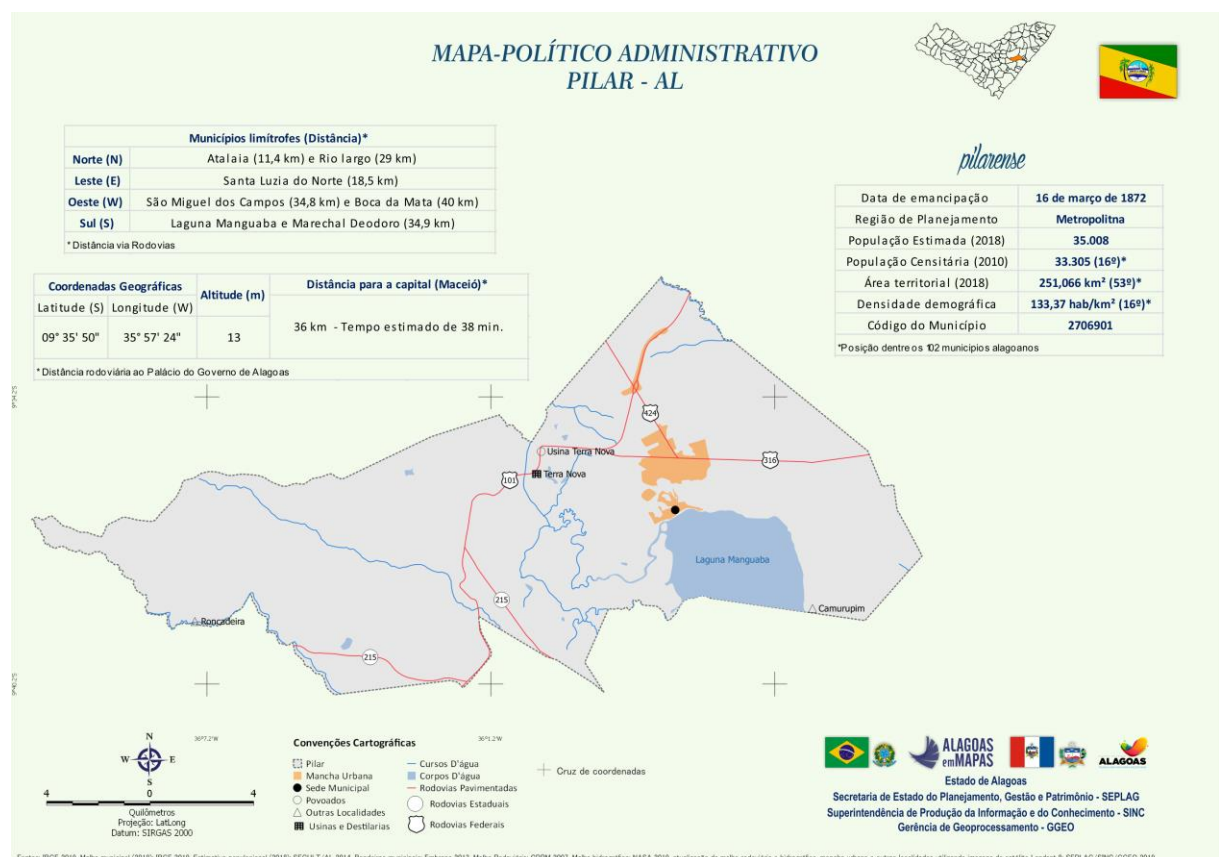


⁶ Estão incluídos aqui os salários dos funcionários da unidade de exploração de gás da Petrobras, o que eleva a média salarial do setor formal.

A cidade do Pilar tem uma localização privilegiada, faz parte de uma rede urbana que tem Maceió, a capital do Estado de Alagoas, como o polo principal, onde os fluxos são intensos, há uma dinâmica demográfica e econômica significativa. Na economia destaca-se o setor terciário, particularmente o turismo, os setores primário e secundário são menos expressivos, mas relevantes. Maceió sedia importantes instituições, órgãos e empresas, a exemplo do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares e da Universidade Federal de Alagoas, também oferece serviços educacionais e bancários, além do comércio.

A proximidade física permite acessar rapidamente e frequentemente o principal centro econômico, político e populacional do Estado de Alagoas, também tem a função de agregar os municípios da região metropolitana, que demandam serviços e produtos disponibilizados, muitas vezes exclusivamente, pela cidade polo. Pilar tem uma população bastante inferior à de Maceió e ainda é considerada uma cidade dormitório no processo contínuo de migração pendular que envolve os pilarenses em deslocamento diário para trabalhar ou estudar na capital. Atravessam Pilar as rodovias BR-101, BR-424 e BR-316 (ver figura 2), esta última constitui-se na principal via de acesso a Maceió.

Figura 2 – Mapa Político-Administrativo de Pilar/AL.



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag/AL, 2021.

O município de Pilar tem suas bases históricas na construção dos primeiros engenhos de açúcar que deram origem aos primeiros núcleos de povoação, a partir do engenho Velho foram surgindo pequenos núcleos de povoamento que se consolidavam com a presença da igreja católica, a Igreja do Rosário foi inaugurada em 1800 no lugar onde se situava a capela de São Matheus. Antes de conquistar a autonomia administrativa em 1872, quando se tornou um município, Pilar havia sido uma freguesia denominada Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (1854) e uma vila (1857), além disso em 1944 dada a importância da laguna Manguaba o nome do município foi mudado para Manguaba, mas em 1949 voltou a ser chamado Pilar.

Alguns fatos são importantes para situar Pilar historicamente, como a construção de um quilombo à época do protagonismo do Quilombo dos Palmares e a visita do Imperador Dom Pedro II, em 1860. Já em 28 de abril de 1876 ocorreu em Pilar a última pena de morte oficial do Brasil, quando um escravo chamado Francisco foi enforcado como punição pelo assassinato de um casal de comerciantes em 1874.

Em meados do século XIX existia um porto lagunar em Pilar, onde (TENÓRIO, 2019, p. 94) “[...] a navegação das lagoas do Norte e Manguaba também era feita por vapores apropriados, barcaças, canoas que estabeleciam ligação diária entre as cidades de Alagoas e Pilar [...] e diversos pontos intermediários com a capital. [...]”, por ele eram escoadas mercadorias provenientes de várias localidades da região, principalmente dos engenhos que produziam açúcar. Como aponta Sant’ana (2010, p. 36) “nos fins do século dezenove, a cidade do Pilar era um grande centro comercial”.

No mesmo sentido, (TENÓRIO, 2019, p. 95) “[...] havia ainda um distrito telegráfico conectado com Sergipe, ligado com o norte e o sul do país e com o exterior, e uma rede telefônica ligando bairros e subúrbios da capital e ainda as cidades de Alagoas, Pilar e Satuba [...]”, o que mostra a importância de Pilar para o estado e para a região no século XX. Entre o final do século XIX e início do século XX surgiram em Pilar as primeiras fábricas têxteis, a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos (1892) e a Fábrica de Rendas e Bordados (1909).

Já na segunda metade do século XX, conforme dados do censo de 1950, Pilar possuía uma única aglomeração urbana que era a própria sede municipal, com uma população de 6.826 habitantes nessa localidade, ou seja, na zona urbana. Já na zona rural, que compreendia alguns povoados como a Chã do Pilar e a Mangabeiras, a população era de 1.920 habitantes, assim a população absoluta de Pilar era de 8.746 habitantes. Nota-se o acelerado crescimento urbano em Pilar na segunda metade do século XX e início do século XXI.

Localizados na zona rural, existem outros núcleos de população: povoado de Chã do Pilar – com 327 prédios e cerca de 1000 habitantes; Mangabeiras – com 55 casas e cerca de 250 moradores; Camurupim – com 40 residências e cerca de 170 pessoas; e Usina Terra Nova – com 140 moradas e cerca de 500 habitantes. (IBGE, 1959, p. 134).

A história de Pilar é marcada pela importância econômica que o município teve para o Estado de Alagoas, especialmente no que concerne à produção canavieira com os antigos engenhos (entre o século XVII e início do século XX), à produção têxtil (final do século XIX e início do século XX), as usinas produtoras de açúcar e álcool (século XX), as fábricas de cerâmicas e a indústria de beneficiamento de coco (segunda metade do século XX) e mais recentemente à produção de petróleo e gás natural (início na década de 80). Além disso, a formação dos bairros históricos, Engenho Velho, Centro e Pernambuco Novo, esteve condicionada à produção açucareira, à pesca e às feiras que ocorriam em Pilar.

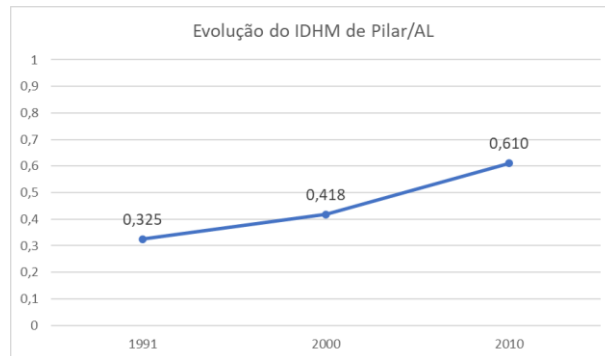
Nas últimas décadas, através das políticas econômicas, sociais e habitacionais em Pilar, que tem modificado o espaço geográfico pilarense, a cidade se tornou um local de atração populacional, com as circunstâncias estabelecidas por meio da oferta de emprego, serviços e moradia, como já foi relatado. Outro fator refere-se à redução dos custos com transporte e o tempo de deslocamento para Maceió, esse movimento pendular se intensificou, na proporção que a cidade incorporou habitantes de outros municípios atraídos pelo acesso à casa própria.

A análise de alguns indicadores socioeconômicos e demográficos contribui para caracterizar o município nas últimas décadas, o IDHM de Pilar (gráfico 1), por exemplo, em 2010 foi 0,610, considerado médio, um avanço em relação aos levantamentos anteriores (em 2000 foi 0,418, já em 1991 foi 0,325), quase 50% de melhoria, passando de muito baixo para médio. Essa evolução no IDHM representa um avanço importante para o município, caracterizado pela pobreza e pelo atraso econômico, resultado da concentração de renda, do desemprego e do analfabetismo que assolaram o município ao longo do século XX.

Ressalte-se que o IDHM de Pilar evoluiu seguindo o padrão do estado que nos anos mencionados obteve 0,370 (1991), 0,471 (2000) e 0,631 (2010) de IDHM, o que denota o atraso econômico crônico de ambos e a evolução gradual, com uma melhoria considerável do índice e conseqüentemente da qualidade de vida da população. Além disso, os avanços nos indicadores socioeconômicos simbolizam uma nova realidade, tanto para Alagoas como para Pilar, baseada em novos paradigmas de desenvolvimento econômico, político e social. A elevação do IDHM é resultado das políticas sociais do governo Lula (2003-2010), que

garantiu melhorias à população brasileira, e em especial no Nordeste elevou a renda e a expectativa de vida.

Gráfico 1 – Evolução do IDHM de Pilar/AL entre 1991 e 2010.

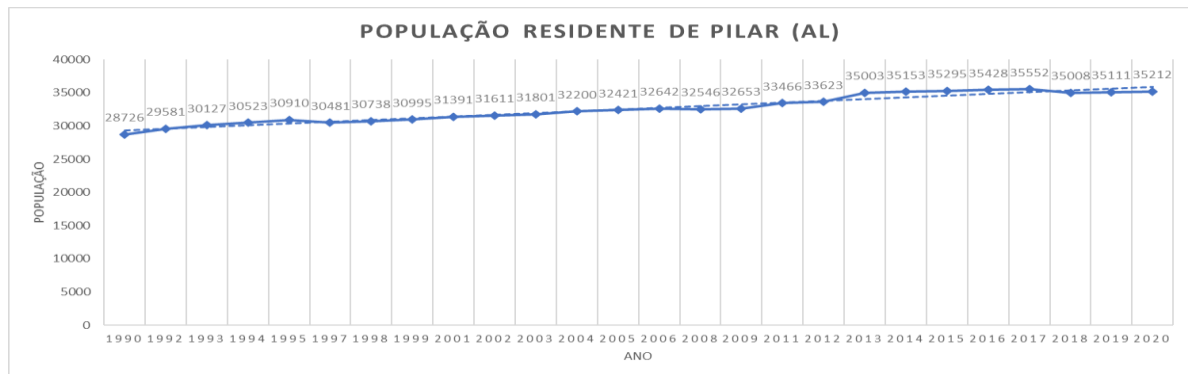


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/FJP/IPEA, 2021. Adaptado pelo autor.

Em relação ao Índice de Gini, o município possui um índice de 0,51 (2010), era de 0,53 (2000), assim, ocorreu uma discreta diminuição da concentração de renda, sobretudo devido às políticas sociais dos governos federais entre 2003-2015, com estímulo ao comércio popular (ou do circuito inferior da economia). Também houve redução no número de pobres, em 2000 81,94% da população era vulnerável à pobreza, esse quantitativo passou para 67,21% em 2010. Novamente algumas causas podem ser apontadas, como os programas sociais de transferência de renda, Bolsa Família do governo federal e Bolsa Viva Bem Pilar do governo municipal (instituído em 2017), além das mudanças positivas na conjuntura econômica do município que tem oportunizado a geração de emprego e renda.

Concernente a população, houve evolução da população residente de Pilar entre 1990 e 2020, onde observa-se um crescimento populacional, ainda que discreto de cerca de 22%. Isto estimula a hipótese da tendência de imigração para Pilar, devido à proximidade com a capital, a melhoria nos indicadores socioeconômicos, o baixo valor do solo e o baixo custo de vida. A oferta de serviços, de equipamentos urbanos, de trabalho, aumenta e requer mais recursos e maiores investimentos. Isto tem ocorrido a partir das últimas administrações municipais, e através dos *royalties*.

Gráfico 2 – Evolução da população residente de Pilar entre 1990 e 2020.



Fonte: Seplag/AL, 2021. Adaptado pelo autor.

2.1.1 SÍTIO E SITUAÇÃO: CIDADE BAIXA E CIDADE ALTA (CHÃ); PROXIMIDADE DE MACEIÓ E RIO LARGO

Inicialmente, faz-se necessário apresentar um dos principais instrumentos orientadores das políticas públicas de Pilar, desde o planejamento à execução de projetos relacionados aos aspectos urbanos, ambientais e econômicos que impactem diretamente na cidade e nos que dela usufruem, primordialmente os residentes em Pilar. O Plano Diretor Participativo do Município de Pilar – Lei nº 360/2006 – foi criado em 2006 e tem como função essencial orientar o município quanto às diretrizes de desenvolvimento municipal visando o bem-estar populacional, a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental.

O Plano Diretor Participativo do Município de Pilar é o instrumento básico de ordenamento do desenvolvimento do município e de orientação de todos os agentes públicos e privados, cuja abrangência contempla as dimensões do desenvolvimento político, social, econômico e espacial para garantir o bem-estar da população, assim como a distribuição equitativa dos bens e serviços urbanos, propiciando a ocupação de forma sustentável do território municipal. (Capítulo I, Art. 1º).

Os princípios que regem o Plano Diretor Participativo do Município de Pilar são (art. 5º): a função social da cidade, a função social da propriedade urbana, a sustentabilidade e a gestão democrática. Para esta discussão interessa sobretudo os dois primeiros princípios, que tratam da função social da cidade e da propriedade urbana, já que o trabalho está concentrado nas transformações de ordem econômica, política e social que ocorrem em Pilar e que implicam na urbanização e na demografia do município, embora os outros princípios sejam fundamentais e façam parte da construção argumentativa.

A função Social da cidade corresponde ao direito de todos os cidadãos ao acesso à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, transporte, saúde, educação, assistência social, lazer, trabalho e renda, bem como aos espaços públicos, equipamentos e serviços urbanos, ao patrimônio ambiental e cultural da cidade. (Capítulo I, Art. 5º).

A cidade do Pilar limita-se territorialmente com a cidade de Rio Largo, o acesso entre ambas ocorre pela BR-101, também pela Rodovia Capitão Pedro Teixeira, uma das vias de acesso à Usina Utinga Leão, localizada em Rio Largo. Este município corresponde ao terceiro mais populoso de Alagoas, com uma população estimada em 75.662 pessoas (IBGE, 2021), localiza-se na Região Geográfica Imediata de Maceió, as duas cidades estão conurbadas desde a BR-104. A ligação entre Rio Largo e Pilar se dá pela proximidade física e pelos fluxos que ocorrem continuamente. A agência do Banco do Nordeste em Rio Largo representa essa ligação, uma vez que o banco disponibiliza crédito para empreendedores pilarenses através do Crediamigo.

Em relação a cidade de Maceió, distante 36,2 km de Pilar, a dinâmica demográfica e urbana possui algumas particularidades, vale salientar que Maceió, capital do Estado de Alagoas, tem uma população absoluta maior que Pilar⁷, também os recursos financeiros disponíveis, os investimentos, as indústrias, o comércio, a prestação de serviços são quantitativamente superiores. Vale destacar o processo de migração pendular, que consiste no deslocamento diário de pilarenses em direção a Maceió, na maioria dos casos com a finalidade de trabalhar ou estudar, esse processo ocorre essencialmente pela oferta insuficiente de emprego e serviços educacionais específicos em Pilar, o que tem diminuído consideravelmente com o desenvolvimento econômico em curso no município, resultando na redução do fluxo populacional diário e na fixação da população em Pilar.

Além disso, o Plano Diretor Participativo do Município de Pilar discorre sobre o bairro, conceitua-o e apresenta as suas características e funções primordiais. Nos municípios interioranos os bairros assumem uma feição bastante particular, pois confundem-se com o modo de vida da população local a partir da cultura, das tradições e dos costumes, particularmente nos bairros mais antigos. Assim, além da importância urbana, o bairro também possui uma importância histórica e social, no caso pilarense os bairros Engenho Velho, Centro e Pernambuco Novo se enquadram nesse perfil. O Plano Diretor Participativo do Município de Pilar aponta que (Art. 11, inc. VII):

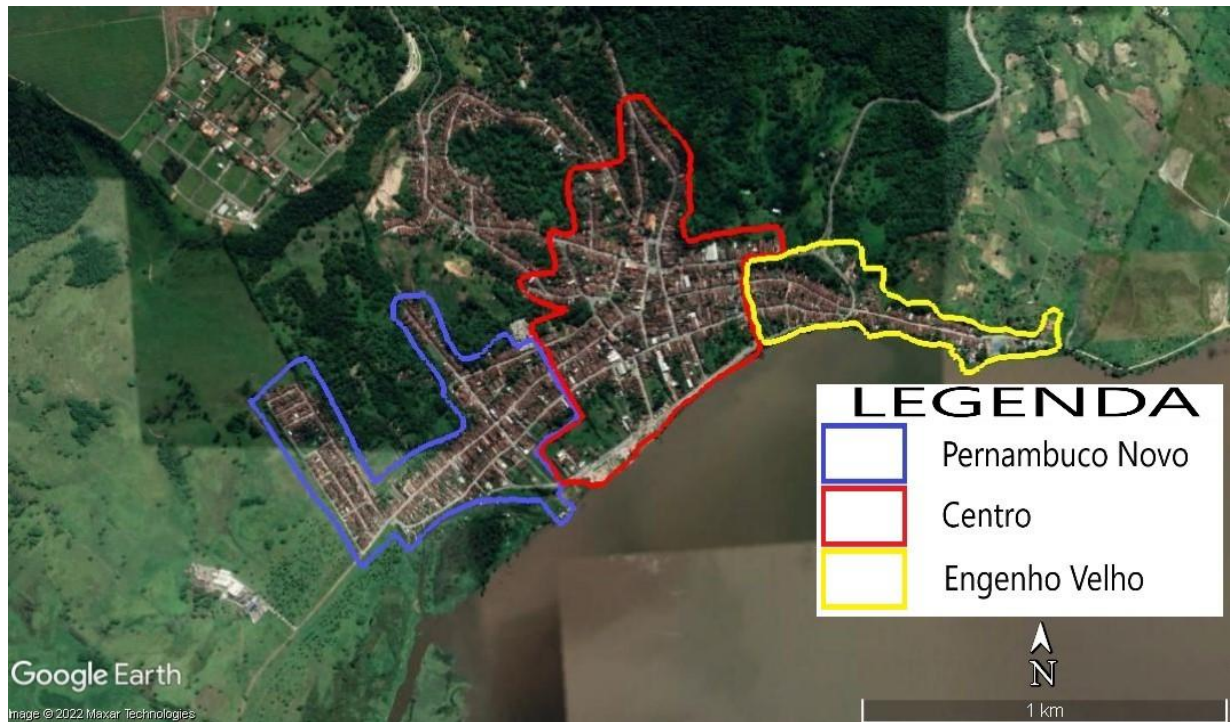
⁷ A população residente estimada em 2020 em Maceió é de 1.025.360 pessoas, enquanto a de Pilar é de 35.212 pessoas (SEPLAG-AL. Alagoas em Dados e Informações, disponível em <<https://dados.al.gov.br/>>).

Bairro: é o espaço urbano em que o morador se identifica, interligando-o a um centro físico de tamanho variável, em função dos limites territoriais, apresentando relativa autonomia estrutural e social, integrado por uma população em constante processo de articulação em outros centros, suficiente para assegurar certo grau de coerência, fisionomia coletiva e consciência participativa com objetivos comuns.

Souza argumenta que (2016, p. 151) “assim como a região, o bairro possui nítidos componentes, ao longo de sua evolução conceitual, que fazem convocar ideias como ‘espaço vivido’ e ‘identidade socioespacial’”, é o caso dos bairros pilarenses mais tradicionais, como o bairro Engenho Velho, o bairro Centro e o bairro Pernambuco Novo, onde as estruturas sociais instaladas foram responsáveis pela evolução da sociedade pilarense. Nesses locais desenvolveu-se um grau elevado de sentido de pertencimento e identidade, materializados pelas tradições carnavalescas, em que os blocos “Leão de Aço” (Engenho Velho), “Boiadeiros” (Centro) e “Os Caçadores” (Pernambuco Novo) rivalizavam e representavam os seus respectivos espaços.

Atualmente esses bairros não se limitam à extensão territorial, uma vez que irradiam suas influências por outros locais, como conjuntos habitacionais e outros bairros menores, no caso do bairro Engenho Velho há incidência sobre o conjunto Torrão, no caso do bairro Centro há incidência sobre parte do bairro Marrecas e sobre parte do bairro Padre Cícero, já no caso do bairro Pernambuco Novo há incidência sobre o Conjunto Jorge Barros e sobre parte do conjunto Alto da Rosa. A abrangência e a influência desses bairros sobre outros locais podem ser verificadas pela interdependência econômica e social, pelos fluxos populacionais e pelos arranjos espaciais.

Figura 3 – Área de abrangência e influência dos principais bairros da parte baixa de Pilar (AL).



Fonte: Google Earth Pro. Organização: Lucas E. Costa, 2022.

Na imagem acima é possível observar a abrangência desses bairros tradicionais da parte baixa da cidade, os recortes estão baseados nas suas respectivas áreas de influência, o critério utilizado para a divisão assentou-se nas características intrínsecas a cada localidade, formadas pelos aspectos sociais, econômicos e culturais, que envolvem as tradições, os costumes e à economia local. No processo de adensamento urbano esses bairros estão saturados, o crescimento tende a ser vertical, além disso a cidade tem crescido desde o tabuleiro onde se encontra o bairro Chã do Pilar e uma parte da zona rural do município, locais em expansão urbana na última década, onde foram construídos os principais condomínios residenciais, conjuntos habitacionais, prédios industriais, prédios públicos e outros empreendimentos de Pilar.

2.1.2 CENTRO

O centro de Pilar caracteriza-se pelo pequeno comércio popular, pela instalação do poder público municipal executivo e legislativo, além do judiciário, do poder religioso (Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar), das principais instituições bancárias localizadas no município (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), do Cine Pilarense, do mercado público

municipal da parte baixa da cidade, da Guarda Municipal. O que melhor representa o centro antigo de Pilar é a história que ele guarda, observada na organização espacial e nas construções que remontam à criação da cidade do Pilar. O Centro teve importância por ser palco desse movimento econômico, quando:

[...] por essa rede de caminhos e veredas, o porto lagunar da vila do Pilar recebia a produção dos engenhos e do algodão dos atuais municípios de Atalaia, Pindoba, Viçosa, Quebrangulo, Paulo Jacinto, Chã Preta, Mar Vermelho, Capela, Cajueiro e a enviara para Maceió; e, no caminho inverso, era a rota comercial entre a capital e essas localidades. (CARVALHO, 2019, p. 158 – 159).

Os movimentos que ocorrem no bairro Centro fazem parte das mudanças em curso na cidade do Pilar, a feira do Pilar, antiga e tradicional, está em decadência, já a feira da Chã do Pilar tem resistido, o mercado público municipal de Pilar, também antigo e tradicional, encontra-se letárgico, já o mercado público municipal da Chã do Pilar, mantém-se pulsante, a rodoviária de Pilar tem um fluxo de passageiros ínfimo, a rodoviária da Chã do Pilar, por sua vez, tem um fluxo de passageiros considerável. Percebe-se, dessa forma, que há uma dicotomia clara em Pilar entre o velho (bairro Centro) e o novo (bairro Chã do Pilar).

Apesar da sua importância histórica, o centro de Pilar passa por uma transformação importante, visto que as atividades mais dinâmicas começam a se desenvolver e se concentrar na Chã do Pilar, aos poucos o poder público vai se transferindo para essa região com o deslocamento de secretarias municipais e com os investimentos realizados, consequência do crescimento demográfico e urbano de Pilar. O centro antigo de Pilar está passando por um processo de reestruturação objetivando adquirir novas funcionalidades, as ações do poder público municipal, como reformas de prédios públicos e instalação de equipamentos urbanos, têm sido estratégicas para a revitalização desse bairro.

2.1.3 ENGENHO VELHO

O bairro Engenho Velho é o mais antigo da cidade, nele se instalou o primeiro engenho de açúcar, chamado “Velho”, a primeira igreja da religião católica, chamada capela de São Matheus, hoje denominada Igreja Nossa Senhora do Rosário. O povoamento de Pilar iniciou-se desde o bairro Engenho Velho, também a partir dele surgiram os primeiros núcleos urbanos, ademais a pesca se constituiu como uma importante atividade econômica para o município. Próximo ao bairro Engenho Velho localiza-se o conjunto Torrão, ambos se

assemelham pela história e pelas atividades econômicas, como a pesca e o comércio local, ainda pela dependência do serviço público.

No bairro Engenho Velho a paisagem representa o modo de vida simples da população local, ainda dependente da pesca realizada na laguna Manguaba, os indícios são percebidos pelas canoas dispostas na margem da laguna, pelos instrumentos de pesca, pelo peixe que seca sobre esteiras espalhadas pelas ruas. O Engenho velho é um bairro tradicional de Pilar, sua importância é histórica e social, a contribuição para a economia pilarense atual já não corresponde àquela evidenciada há séculos, nele ainda persistem o autossustento e a economia popular.

Figura 4 – Reforma da Praça Dr. Rubens Canuto em 2019.



Fonte: Lucas E. Costa, 2019.

A imagem acima refere-se à Praça Dr. Rubens Canuto, reformada em 2019 e revitalizada em 2021, nesse bairro o poder público tem agido como o principal agente urbano de transformação. No bairro Engenho Velho os equipamentos públicos para atividades de lazer são limitados, a praça tem a função de servir como espaço de socialização. O espaço urbano do bairro está inchado, por isso algumas submoradias são construídas sobre áreas aterradas da laguna, por outro lado alguns moradores buscam adquirir imóveis em outros bairros, pelo acesso ao crédito e financiamento imobiliário e pela oferta de emprego e serviços disponibilizados, especialmente, na parte alta da cidade.

2.1.4 PERNAMBUCO NOVO

O bairro Pernambuco Novo é um dos mais tradicionais de Pilar, situa-se entre a fazenda Flor do Paraíba (antigo engenho Flor do Paraíba) e o bairro Centro, próximo a ele localiza-se o conjunto Jorge Barros, que já foi marcado pela pobreza, violência e tráfico de drogas, mas que passou por uma transformação profunda, foi revitalizado, apesar das contradições ainda existentes nas últimas décadas houve avanços importantes, após esse conjunto localiza-se a Fazenda Pilarzinho, onde estão fixados o Laticínio Pajuçara e o laticínio Phillar.

No bairro Pernambuco Novo está localizado o Sítio Bonga, local onde ocorreu a última pena de morte oficial do Brasil, em 1876, também o estádio de futebol denominado Estádio Rubens Canuto, já na Rua Tavares Bastos, conhecida popularmente como Rua da Praia, ocorre a atividade extrativa de areia na foz do rio Paraíba do Meio. O bairro Pernambuco Novo destaca-se pelo pequeno comércio local, ainda que seja um bairro tradicional difere-se do bairro Engenho Velho quanto aos aspectos urbanos e paisagísticos.

2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

A história econômica de Pilar está baseada em algumas atividades produtivas intrínsecas ao desenvolvimento do município, haja vista elas foram capazes de construir, moldar e dinamizar o espaço geográfico pilarense no decorrer dos séculos, contribuindo para a formação política e social. Destacam-se, historicamente, a produção canavieira, o setor têxtil, a pesca, a fabricação de cerâmica, a indústria de beneficiamento do coco, a indústria extrativa na exploração de petróleo e gás, e mais recentemente a diversificação produtiva.

A importância econômica de Pilar para o Estado de Alagoas deve ser considerada desde a formação dos primeiros engenhos, perpassando pela indústria têxtil, até chegar à indústria de extração mineral, a história econômica de Alagoas está interligada com a história econômica pilarense. Também os desdobramentos políticos e sociais estão conectados, personagens e figuras importantes da política e sociedade pilarense assumiram cargos públicos de prestígio no estado, a exemplo de Costa Rêgo, governador do Estado de Alagoas entre 1924 e 1928.

Figura 5 – Bandeira do Município de Pilar/AL.



Fonte: Seplag/AL, 2021.

A bandeira de Pilar, criada em 1972, representa a vocação econômica do município, além da religiosidade e da cultura, representadas pela imagem do Santo Cruzeiro (construído pelos jesuítas em 1918) e pelas cores dos três principais blocos carnavalescos (dos quais dois ainda estão em atividade). A laguna Manguaba, fundamental para a economia local, foi destacada, também o bagre, símbolo de Pilar. Em relação à economia enfatiza-se a fábrica têxtil (fechada na primeira metade do século XX), além do coqueiro, que corresponde a indústria de beneficiamento do coco (fechada na década de 80), e da cana-de-açúcar, uma das principais atividades produtivas do município, desde os banguês até as usinas.

No princípio surgiram os engenhos na primeira metade do século XVII, depois a indústria têxtil (1892), ainda outras atividades desenvolveram-se em Pilar, inclusive às comerciais e àquelas que envolviam a imprensa, sociedades e clubes sociais, trapiches e o porto lagunar (TENÓRIO, 2019). Além disso, na primeira metade do século XX, a partir das mudanças no setor canavieiro alagoano, o município de Pilar já possuía uma usina de cana-de-açúcar, denominada Aurora, e posteriormente surgiu outra ainda mais importante, na segunda metade do século XX, a Usina Terra Nova.

Conforme dados do IBGE (1959, p. 134) “a comuna tem como riquezas naturais a argila do seu subsolo, que é largamente empregada na fabricação de telhas, tijolos e ladrilhos” além de “[...] pedreiras das quais são extraídas pedras para construção e paralelepípedos”, em 1956 existiam em Pilar 7 estabelecimentos voltados para a fabricação de telhas e tijolos. Já em 1965 a Cerâmica Flor do Paraíba, a Cerâmica Terra Nova e a Usina Terra Nova eram as principais indústrias do município, na quantidade de trabalhadores empregados e de valores movimentados.

Os dados da FIEA (2018, p. 82) indicam que “no município de Pilar, região do tabuleiro da Chã do Pilar, irmãos Couto & Wanderley era referência, fabricando produtos de metalurgia desde agosto de 1967, com firme gestão do empresário José de Lima, absorvendo 21 empregados”. A partir da década de 1980 destacavam-se em Alagoas outras atividades econômicas como “[...] fabricantes de alimentos derivados do coco [...]”, em Pilar funcionava a fábrica Coco Alimentar de Alagoas S/A (COCAL). Assim, algumas atividades, para além da produção de açúcar, desenvolveram-se em Pilar, de modo especial no decorrer do século XX, ainda que discretamente em muitos casos (FIEA, 2018).

Figura 6 – COCAL – Coco Alimentar de Alagoas S/A.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2021.

2.2.1 OS ENGENHOS ANTIGOS

Assim como boa parte dos municípios alagoanos localizados na zona litorânea, Pilar teve a sua história marcada pela produção canavieira. A partir dos engenhos antigos a cidade iniciou o seu processo de adensamento urbano, caracterizado pela importância econômica e pela forte presença dos intelectuais e políticos pilarenses no contexto alagoano ao longo do tempo. Como salienta Sant’ana (2011, p. 229) “o início do povoamento do território que compreende hoje o Estado de Alagoas deve-se, em grande parte, à indústria açucareira, já que

os primeiros povoados quase sempre surgiam e se desenvolviam em torno dos engenhos da fabricação de açúcar”.

Pilar surgiu de um engenho, o engenho Velho, situado na parte baixa da cidade próximo a laguna Manguaba, de onde se constituiu o primeiro núcleo urbano da cidade, outro engenho de grande importância foi o engenho Novo, Carvalho (2019, p. 17) afirma que “[...] a região das lagoas Manguaba e Mundaú pertencia a Diogo Soares da Cunha (1591), nessa sesmaria foram instalados os dois primeiros engenhos da parte central de Alagoas: o Velho e o engenho Novo [...]”. A localização desses engenhos nessa região foi motivada pela disponibilidade de água e pela possibilidade do transporte de mercadorias.

A fundação do engenho Velho é atribuída a Gabriel Soares da Cunha no início do século XVII, esse engenho recebeu a denominação São Gabriel e Nossa Senhora da Conceição antes de ser chamado Velho, até encerrar suas atividades em 1891. Após um breve período de dominação holandesa em meados do século XVII, (SANT’ANA, 2010, p. 19) “anos depois de 1750 aquela fábrica de açúcar passou a pertencer a Matheus Casado de Lima”, sendo por fim, comprado em 1831 por José de Mendonça Alarcão Ayala, colaborando para a ascensão do comércio local e para o aumento populacional, onde em 1854 foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, que posteriormente se transformaria em Vila, em 1857, chamada a vila do Pilar.

Matheus Casado de Lima também foi o proprietário do engenho Pilar, localizado nos arredores do engenho Velho, a capela deste engenho originou a antiga igreja matriz da época, que por sua vez serviu de referência para a construção da atual Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar. Outro engenho que se destacou foi o engenho Mija Velha, que em 1873 passou a ser chamado Flor do Paraíba, situado às margens do rio Paraíba do Meio (SANT’ANA, 2010). Em relação ao engenho Novo, que era denominado inicialmente Nossa Senhora do Rosário, localizado também nas margens do rio Paraíba do Meio, foi destruído em consequência da invasão holandesa que deixou um rastro de prejuízos financeiros, violência e mortes, como resultado o engenho ficou sem produzir por alguns anos.

Nota-se que em Pilar os engenhos desempenharam uma função muito importante para o desenvolvimento econômico e para o crescimento populacional. Conforme a tabela abaixo, em 1854 Pilar possuía 16 engenhos, tendo aumentado para 29 engenhos em 1930 (CARVALHO, 2019).

Tabela 1 - Mapa dos engenhos do Pilar em 1854.

MAPA DOS ENGENHOS DO PILAR EM 1854							
ENGENHOS	Escre- vos	Li- vres	Bois	Cava- los	Açúcar (Arro- bas)	Mel (Cana- das)	Fôrça Motriz
1. Lameirão	63	—	45	10	6.000	12.000	Água
2. N ô v o	59	2	50	40	5.000	10.000	Animal
3. Grujá de Baixo	55	1	98	8	6.000	20.000	Água
4. Grujá de Cima ..	50	2	60	5	4.000	10.000	"
5. Boacica	50	2	40	60	3.000	4.000	Animal
6. Terra Nova	30	—	30	35	4.000	8.000	"
7. Flor do Paraíba ..	20	4	26	38	5.000	6.000	"
8. Pilarzinho	20	8	30	24	3.500	5.000	"
9. Brejo	20	2	20	26	3.200	4.000	"
10. Camurupim	20	—	28	2	2.000	3.000	Água
11. Salgado	16	2	21	5	2.000	3.500	"
12. Pilar	16	2	12	2	1.500	3.000	"
13. Volta	10	2	6	6	1.500	2.000	"
14. Quebra Carro ...	10	4	6	6	1.500	2.000	"
15. Chã de Terra Nova	10	2	12	28	900	1.200	Animal
16. Subáuma Mirim ..	9	6	30	30	800	1.000	"
	458	39	494	315	49.900	94.700	

Fonte: SANT'ANA, M. M. de, 2011.

Vale ressaltar que (CARVALHO, 2016, p. 15) “o Nordeste, no século XIX, diminuiu paulatinamente sua participação relativa na economia nacional, sem, no entanto, deixar de ser uma importante área exportadora brasileira, principalmente de açúcar e algodão”. Mesmo diante de uma conjuntura econômica desfavorável, a produção açucareira no nordeste brasileiro, especialmente em Alagoas (que ainda é um importante produtor nacional), manteve-se como um setor crucial para a economia da região, o que justificou o aumento do número de engenhos.

Com o processo de industrialização e usinagem da cana-de-açúcar, os engenhos foram desaparecendo paulatinamente, as primeiras usinas surgiram em Alagoas na última década do século XIX, ocorreram diversas mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho, através da utilização de maquinários modernos foi possível aumentar a produtividade e a produção. Em 1944 Pilar (que nesse período se chamava Manguaba) possuía 36 estabelecimentos industriais registrados, dentre eles apenas uma usina denominada Aurora, no mesmo ano o Estado de Alagoas possuía 31 usinas, os engenhos foram perdendo espaço até serem completamente substituídos pelas usinas ainda no século XX.

Tabela 2 – Usinas de Alagoas em 1944.

MUNICIPIOS	N.º de usinas	N O M E S
Assembléia	1	Recanto
Atalaia	4	Brasileiro, Ouricuri, Uruba e Rio Branco, esta parada
Colônia-Leopoldina	1	Pôrto Rico
Conceição do Paraíba . . .	2	Capricho e João de Deus
Coruripe	1	Coruripe
Maceió	2	Cachoeira do Mirim e Tres Bocas
Manguaba	1	Aurora
Maragogí	1	Santa Felisberta (parada)
Murici	5	Alegria, Bititinga, Campo Verde, São Semeão e Mucuri, esta parada
Passo de Camaragibe . . .	5	Água Comprida, Bom Jesus, Camaragibe, Santa Amália e Unussú, esta parada
Pôrto Calvo	1	Santana
Rio Largo	1	Central Leão
São José da Laje	1	Serra Grande
São Luiz do Quitunde . . .	3	Conceição do Peixe, Pindoba e Santo Antônio
São Miguel dos Campos . .	1	Cansação de Sinimbú
União dos Palmares	1	Lajinha

Fonte: Departamento Estadual de Estatística, 1944.

2.2.2 A INDÚSTRIA TÊXTIL

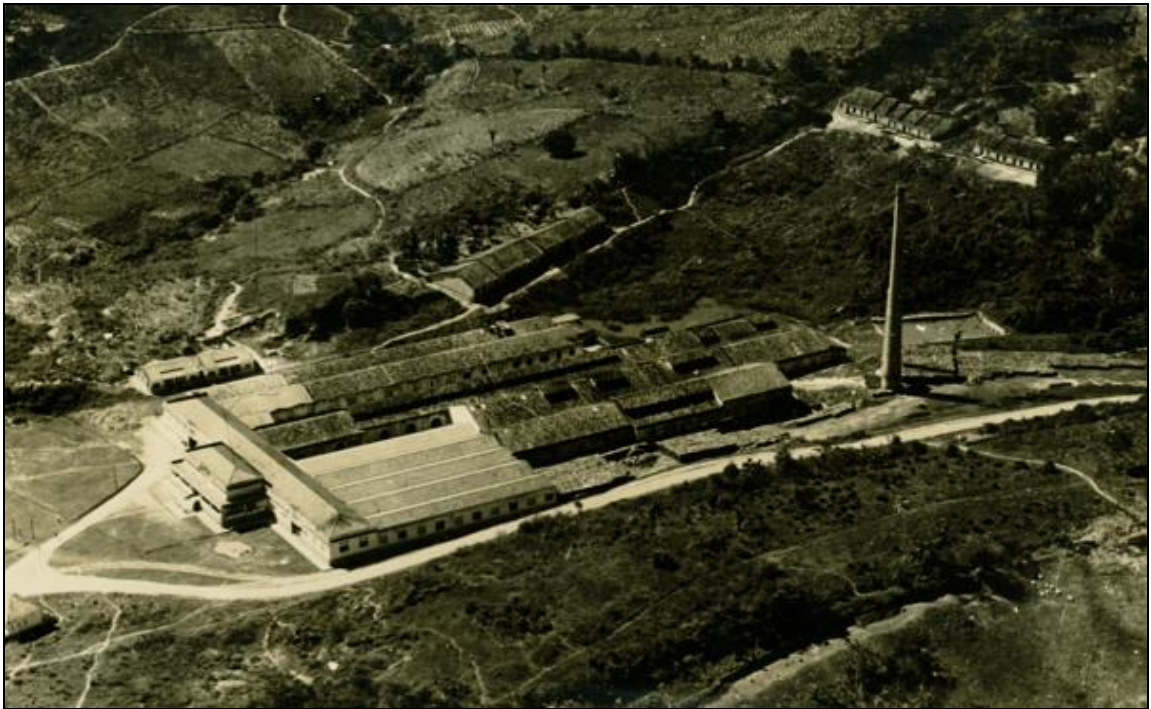
Mamigonian (1999, p. 41) afirma que “o primeiro grande segmento industrial brasileiro foi constituído pelas fábricas de tecidos de algodão [...]”, que impulsionaram a indústria no país. A indústria têxtil no Brasil foi uma das precursoras do processo de industrialização, em Alagoas a primeira fábrica surgiu em 1857⁸, chamada Companhia União Mercantil, localizada em Maceió. Nesse contexto, no início do século XX, o Estado de Alagoas destacava-se na produção têxtil, com 10 fábricas (1920) distribuídas em alguns municípios, entre eles, Maceió e Pilar, que simbolizavam uma época de relativa produção fabril.

A estas seguiram-se a Fábrica Pilarense, da Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos, cuja construção deu-se em 13 de março de 1892 e a inauguração dos trabalhos em outubro de 1893 [...] a fábrica de Rendas e Bordados, do Pilar, inaugurada em 10 de dezembro de 1909 [...]. (SANT’ANA, 2011, p. 66).

⁸ A fábrica Companhia União Mercantil produziu pela primeira vez em 1865, produziam-se “peças de tecidos de algodão grossos” (LIMA, 2006, p. 67).

Em Pilar as fábricas têxteis foram responsáveis por incluir o município no rol de áreas industriais de Alagoas e por atrair investimentos públicos e privados para o município, também pela geração de emprego e renda, como salienta Carvalho (2019, p 220) “[...] na Fábrica do Pilar, que tinha 180 operários, dos quais 96 eram mulheres e 35 crianças, trabalhando numa jornada de 10 horas diárias [...]”.

Figura 7 - Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2021.

Outrossim, as estruturas deixadas por essas fábricas após os encerramentos de suas atividades, serviram para a instalação de novas indústrias, como a Cocal (beneficiamento do coco) e posteriormente a Dias D’ávila (envasamento de água mineral), atualmente inativa. Apesar da sua importância, o setor têxtil entrou em decadência, cedendo espaço para novos empreendimentos. Os reflexos atingiram Pilar a partir da década de 30, conforme Carvalho (2019, p. 308) “neste período, a indústria alagoana ficou marcada pelo crescimento, auge e perda de importância relativa dos setores têxtil e sucroalcooleiro [...]”, referindo-se ao período entre 1930 e 2015.

2.2.3 A PESCA

A história do município, que tem como símbolo o bagre, tem relação estreita com a pesca, ainda hoje existe no bairro Centro uma fábrica para a produção de canoas, um ofício transmitido por gerações. A atividade pesqueira além da contribuição para a economia local, é fonte de sustento para várias famílias, especialmente dos bairros Engenho Velho (incluindo o conjunto Torrão e adjacências), Centro e Pernambuco Novo.

A pesca é praticada, sobretudo, na laguna Manguaba, de onde são retirados peixes e crustáceos para o autoconsumo e para o comércio que é realizado nos mercados públicos municipais, nas feiras ou em pontos distribuídos pelo centro da cidade, também em outros municípios, especialmente Maceió, Satuba e Atalaia. Segundo dados do IBGE a atividade pesqueira era realizada no município, onde Pilar situava-se como:

Um dos principais municípios pesqueiros do estado. Praticada na lagoa Manguaba, a pesca é uma atividade de certo vulto econômico, principalmente para a população pobre. Existe uma Colônia de Pescadores, cuja produção, em 1955, atingiu o volume de 52000 quilogramas, no valor de 485 mil cruzeiros. (1959, p. 135).

Vale salientar que no Pilar atual a pesca não possui a mesma representatividade de outrora, ainda assim é importante para a economia local e como alternativa ao desemprego, por isso os pescadores são respaldados por políticas públicas assistencialistas, como a que se refere à Lei nº 815/2021 onde foi implementado o programa de auxílio ao pescador artesanal no qual o município de Pilar faz doações de equipamentos e instrumentos utilizados pelos pescadores que possuam renda per capita não superior a dois salários mínimos, além disso foram definidos como pré-requisitos que o pescador resida no município e esteja cadastrado na Colônia de Pescadores do Município de Pilar ou na Associação de Pescadores do Município de Pilar.

Diariamente os pescadores lidam com problemas relacionados à precariedade dos locais onde as canoas atracam para efetuar o embarque e o desembarque dos pescadores, além da descarga do pescado, como o acúmulo de lixo e entulhos, além da presença de animais domésticos. A partir desses locais (figura 8), chamados “porto”, os pescadores iniciam os procedimentos para a pesca, também é nesses locais que os pescadores vendem o seu produto para os atravessadores ou para o consumidor final. Esse pequeno comércio do peixe é realizado na orla lagunar de Pilar, a maioria dos compradores reside na própria cidade, os produtos são comercializados em Pilar e em municípios vizinhos

Figura 8 - Acúmulo de lixo nas margens da laguna Manguaba.



Fonte: Lucas E. Costa, 2021.

Por outro lado, através do programa municipal Pescador Gari foram retiradas cerca de 30 mil toneladas de lixo da laguna Manguaba no ano de 2021, segundo dados da Prefeitura do Pilar, além disso existe um projeto de desassoreamento das lagoas Manguaba e Mundaú, a partir do qual espera-se que cerca de 250 mil pessoas da região sejam beneficiadas, esse projeto tem como parceiros o Estado de Alagoas, o Município de Pilar e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O bagre, um peixe típico da laguna Manguaba e símbolo do município (batizado como “Terra do Bagre”), tornou-se Patrimônio Imaterial do Estado de Alagoas, por meio da Lei nº 8.4440, sancionada em 2021, pelo governo estadual, corroborando com a importância deste pescado para a população, em particular nos aspectos econômico, turístico e cultural. Vale dizer que o Festival do Bagre, realizado anualmente desde 1989, movimenta o comércio local com apresentações artísticas, gastronomia e artesanato, além da exposição de peças decorativas e artigos religiosos produzidos a partir da cabeça do bagre.

2.2.4 O COMÉRCIO LOCAL

Figura 9 - Localização do comércio na Chã do Pilar.



Fonte: Google Earth Pro.

Organização: Lucas E. Costa, 2022.

O comércio em Pilar ocorre de forma descentralizada com o chamado “comércio de bairro”, distribuído espacialmente pela área urbana, em particular aquelas com maior concentração populacional, destaca-se a oferta de produtos para suprir as necessidades humanas básicas de alimentação, vestimenta e saúde. Assim, é comum a existência de mercadinhos, padarias, lanchonetes, lojas de roupas, lojas de variedades e farmácias, pelos principais bairros.

Por outro lado, no bairro Centro as atividades comerciais estão aglutinadas, no entanto há pouca diversificação e bastante informalidade com o comércio ambulante de produtos com baixo valor agregado que atende as necessidades primárias da população. Já no bairro Chã do Pilar, na Rua Senhor do Bonfim (extensão total 1,3 km), é possível visualizar um comércio mais denso (figura 9), com fluxo mais intenso de transeuntes e veículos, a presença de supermercados, lojas de móveis, casas de construção, lojas de roupas, salões de beleza, depósitos de bebidas, farmácias, assim, o comércio da Chã, aporta da formalidade e apresenta maior diversificação de bens e serviços.

Além disso, na Rua Senhor do Bonfim é possível encontrar um aparato público considerável, como a Central de Ambulâncias, a Biblioteca Pública do Sesi José Benjamin, a

Creche Mariinha, a Escola Municipal de Educação Básica Professor Arthur Ramos, o Cemitério Senhor do Bonfim, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Maria Adélia de Almeida Amorim Lima e uma unidade da Estratégia Saúde da Família 11 (ESF) vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Pilar, o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), o Mercado Público, o Ponto de Moto Táxi. Também os estabelecimentos privados, como igrejas e instituições financeiras são importantes para dinamizar o local, os condomínios residenciais, como o Residencial Morada Nova, por sua vez, contribuem pela disponibilização de boa parte do mercado consumidor.

Em visita de campo (03/03/2022) foram contabilizados 208 estabelecimentos comerciais, sendo os principais nos setores de vestuário (47), entre lojas de roupas e calçados; alimentação (41), entre restaurantes, padarias e lanchonetes; variedades (26), com destaque para as lojas de produtos importados; informática (11); supermercados (2), o Hipercenter Pilar e o Grão de Ouro, e mercadinhos (8); construção (8), sendo os principais Pilar Multcoisas, RV Construções e Bonfim Construções; móveis (7) com destaque para o Atacadão Santa Efigênia; farmácias (6); óticas (3).

Na mesma visita (03/03/2022) foi observado que em relação à prestação de serviços, destacam-se os de beleza (19), dentre os quais a maior parte é composta por barbearias; religioso (10), a maior parte refere-se a igrejas evangélicas; saúde (5), onde se sobressai o serviço odontológico; advocacia (4); educacionais (2); bancários (2); serviços diversos (18), como as oficinas para o conserto de motocicletas e conserto de eletrodomésticos. Em alguns estabelecimentos há, simultaneamente, prestação de serviço e comércio, também foi possível notar que alguns estabelecimentos funcionam em residências.

Saliente-se que algumas áreas adjacentes à Rua Senhor do Bonfim estão interligadas a ela e são interdependentes, a exemplo da Praça Nossa Senhora das Graças e da Avenida Otacílio Cavalcante, onde existe um comércio local significativo e é possível encontrar estabelecimentos de diversos ramos, como o alimentício, destacando-se o Supermercado Ponto Certo, de variedades, entre eles a Lojas Americanas, e bancários, como a Loteria Pinheiro da Sorte e o correspondente bancário Caixa Aqui, além de instituições e órgãos públicos municipais.

2.3 ASPECTOS POLÍTICOS

Assim como em boa parte dos municípios alagoanos, a política em Pilar é caracterizada pela forte presença de oligarquias, especialmente aquelas oriundas do universo canavieiro, com os chamados usineiros, proprietários de usinas de cana de açúcar, também os fazendeiros, empresários do setor agropecuário. Como argumenta Tenório (2019, p. 127) “o poder econômico e social dos proprietários de terra, traduzido em efetivo poder político oligárquico, imporá sua ampla teia de submissão e dependência que envolverá o eleitor, o coronel, o partido e o Estado [...]”, constituindo um ciclo de poder. Afirma Carvalho:

O coronelismo pode ser traduzido como o poder exercido por chefes políticos, como fazendeiros ou senhores de engenhos, sobre uma parcela do eleitorado. O coronel traça os rumos das relações sociais e políticas da localidade ao concentrar em suas mãos o domínio econômico, o poder de justiça ao nomear juiz e delegado, e até mesmo religioso, dada sua influência sobre o padre local [...]. (2019, p. 153).

O Estado de Alagoas assentou a sua formação histórica e econômica em bases agrárias, ligadas à monocultura da cana-de-açúcar praticada em latifúndios, essa estrutura foi essencial para promover os proprietários de terras em coronéis, com o exercício do poder sobre diversas áreas sob o seu domínio. Essa característica, marcante entre os séculos XIX e XX, ainda persiste em muitas regiões com a inclusão dos oligarcas no meio político e empresarial, através dos descendentes ou parentes com o peso do sobrenome. Tenório afirma que:

Por via de consequência, o fenômeno oligárquico é mais complexo; não se restringe apenas a indivíduos ou a famílias que governam indefinidamente o Estado. É preciso também sentir as transformações por que passa uma sociedade que sai aos poucos do casulo agrário-isolacionista para uma tímida urbano-industrialização. (2019 p. 173).

Em Pilar, o coronelismo parece ter desaparecido com a decadência da usina, a política e a sociedade atual já não compactuam com o modelo de gestão intransigente, caracterizado pelo mando, onde as relações de poder estabelecidas se baseiam unicamente na dependência financeira. O antigo coronel precisou se adaptar à nova realidade, inclusive porque não há mais justificativa plausível para as determinações políticas à base da força e contrárias à democracia e à liberdade.

2.3.1 PRINCIPAIS PERSONAGENS DA POLÍTICA LOCAL

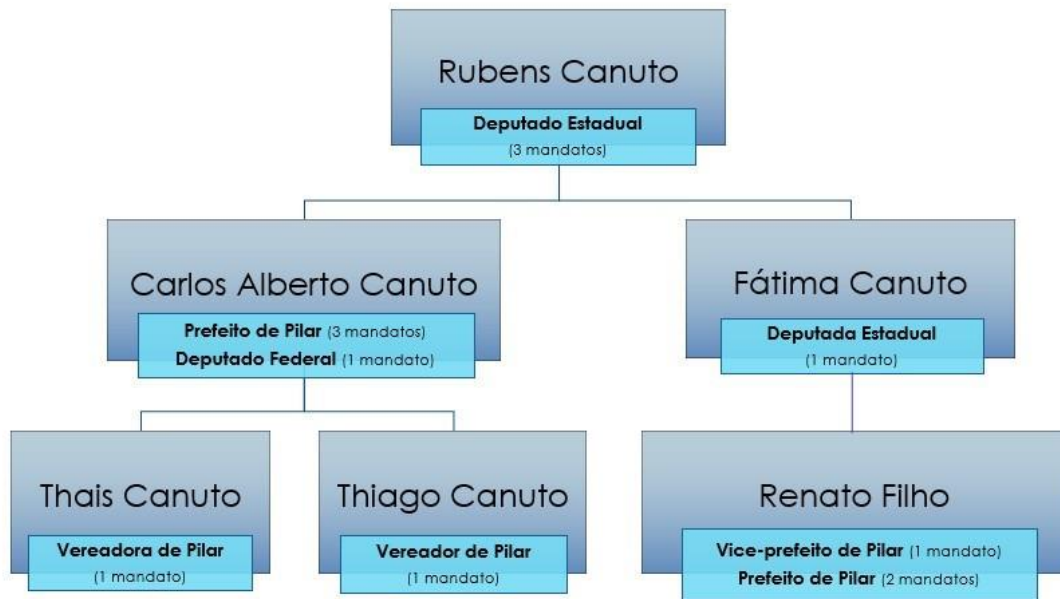
O cenário político do município de Pilar possui algumas peculiaridades, como o período conturbado vivenciado em 2007, quando um crime de homicídio vitimou o então vice-prefeito e empresário do município, Beto Campanha, também quando o então prefeito Marçal Prado, filiado ao PSDB, teve o seu mandato cassado pela Câmara de Vereadores sob a acusação de improbidade administrativa, tendo o presidente da câmara de vereadores à época, Oziel Barros, do PTdoB, assumido à gestão do município por meio de eleição indireta. Já em 2009 ocorreu um escândalo, também relacionado à improbidade administrativa, envolvendo quatro vereadores, fato revelado por meio da Operação Pesca Bagre, comandada pelo Grupo de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc) do Ministério Público Estadual.

Em 2008, Oziel Barros, filiado ao PTdoB, e seu vice Renato Rezende (que já utilizou as variações nominais Renato Canuto e Renato Filho) filiado ao PR, foram eleitos pelo voto direto, derrotando o candidato Carlos Alberto Canuto, do PMDB. No início de 2012, o prefeito Oziel Barros renunciou ao seu mandato, cedendo lugar para o vice-prefeito, Renato Rezende, que por sua vez concorreu às eleições de 2012 contra Carlos Alberto Canuto, este logrou êxito e foi eleito prefeito, em 2014 o ex-prefeito Oziel Barros foi condenado por improbidade administrativa

Em 2016, Renato Filho, do PSDB, derrotou Carlos Alberto Canuto, do PMDB, já o filho de Oziel Barros, o ex-vereador Douglas Barros, do PR, ficou em terceiro colocado na disputa pelo cargo de prefeito. Em 2020, Renato Filho, filiado ao PSC, foi reeleito, Biu Barros, do AVANTE, filho de Oziel Barros, foi eleito vereador, também Thaís Canuto, do MDB, filha de Carlos Alberto Canuto, foi eleita vereadora, já o seu irmão, Thiago Canuto, do PSC, ficou com a vaga de suplente, assumindo o mandato no início de 2021 após a renúncia do vereador Clewinho Cavalcante, atual secretário municipal de educação.

Nessa perspectiva, Carlos Alberto Canuto havia sido prefeito de Pilar em 1996, sendo reeleito em 2000, e eleito pela terceira vez em 2012, já em 2006 foi eleito deputado federal, já Fátima Canuto, do PRTB, foi eleita deputada estadual em 2018, por sua vez a esposa de Renato Filho, Cecília Rocha, do PSC, foi eleita em 2020 para a prefeitura do município de Atalaia, cidade limítrofe de Pilar. Mesmo diante dessa disposição e distribuição política entre membros da família Canuto, é impróprio relacionar a política realizada atualmente com a política caracterizada pelo coronelismo de outrora, porém a estrutura política indica a organização e os arranjos constituídos pelos mesmos grupos familiares que ainda detêm o poder político em várias regiões.

Quadro 1 - Presença no poder da família Canuto (proprietários da Usina Terra Nova).



Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

A presença da família Canuto⁹ em Pilar é percebida através da economia, da política e da sociedade, ela é evidenciada em várias referências pela cidade, como uma forma de estabelecer uma relação permanente com o município e a sua população. São exemplos dessa estratégia política nominar edificações, instituições e espaços públicos para homenagear membros da família Canuto, como a Avenida Dr. Rubens Canuto, o Conjunto Residencial Deputado Rubens Canuto, o Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Mendonça Canuto, a Praça Dr. Rubens Canuto, o Estádio Municipal Rubens Canuto, a Casa Dr. Rubens Canuto (poder legislativo), a Banda Fanfarra Dr. Rubens Canuto, a Comenda Rubens Canuto (instituída pela Lei nº 706/2019 de 12 de março de 2019), o Histórico Dilma Canuto e o Histórico Rubens de Mendonça Canuto (situados na Casa da Cultura e Museu Professor Arthur Ramos).

⁹ A professora e médica Ângela Canuto – filha de Rubens Canuto e Dilma Canuto foi candidata a deputada estadual pelo Partido Verde (PV) em 2010 e mesmo sendo ativa na política estadual não tem uma participação considerável na política pilarense.

2.3.2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PILARENSE

Em Pilar, a política tem ligação direta com o setor canavieiro marcado pelo latifúndio e pelo poder centralizador do coronel, característica da política realizada na zona litorânea do Estado de Alagoas. Para Almeida (2018, p. 47) “[...] grosso modo, poder local, então, é relacionado às áreas específicas de produção onde os pactos são desenvolvidos [...]”, assim as relações de trabalho são definidas a partir dos pactos de poder estabelecidos, mais do que isso institui-se um poder local baseado na figura paternalista do fazendeiro, que é provedor e benfeitor, ele se utiliza da força econômica para ditar, persuadir e mandar, utiliza-se da dependência econômica dos subalternos e do autoritarismo para manter o *status quo*.

Na maior parte de Alagoas, a política nasceu e evoluiu a partir das atividades econômicas estabelecidas, no litoral se baseou no tripé cana-de-açúcar, latifúndio e escravidão, ademais em alguns casos o poder militar era concedido, no início da colonização quando ocorreu a repartição do território em capitanias hereditárias, por exemplo, uma das funções do donatário era proteger a terra de invasores estrangeiros, surge então a figura do coronel, com poder econômico, político e militar.

[...] outras, como São Miguel, Pilar, Coruripe, Atalaia, Anadia, nem tanto, pois, apesar de seus vaidosos da Guarda Nacional, constituída em grande parte de ricos fazendeiros e políticos vitalícios e de suas influentes famílias cheias de brasonada arrogância e de vida social ativíssima [...]. (TENÓRIO, 2019, p. 50 – 51).

Desse modo, a política pilarense seguiu o mesmo padrão da formação política de Alagoas, carregando as características da produção canavieira – monocultura, latifúndio e escravidão – e pelo poder exercido pelos coronéis. Contudo, a política pilarense evoluiu e nos últimos anos passou por mudanças importantes, particularmente com a atuação de novos atores políticos e novos modelos de gestão, que foram determinantes para as transformações atravessadas pelo município, ainda que alguns personagens sejam os mesmos o *modus operandi* mudou bastante e os resultados são notórios para a população pilarense.

3 A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE PILAR

3.1 CANA-DE-AÇÚCAR

O setor canavieiro em Alagoas foi responsável pela formação do território, da economia, da política e da sociedade alagoana, também pode ser considerado como o principal entrave para o desenvolvimento do estado, tendo em vista que dificultou a diversificação econômica e ratificou por séculos a concentração de renda nas mãos de uma elite formada por coronéis, fazendeiros e usineiros, muitos deles ocupavam cargos políticos e militares, através dos quais exerciam grande influência nas suas respectivas regiões.

Alagoas é um estado com forte tradição na produção de cana-de-açúcar, desde a sua formação a até mesmo após sua independência de Pernambuco, constituindo, assim, na sua formação econômica até os dias atuais. Mesmo após diversas crises que afetaram o setor sucroalcooleiro no estado, a cana-de-açúcar continua sendo o termômetro que baliza a economia agrícola de Alagoas, em especial, a sua produção para exportação. (SEPLAG, 2017, p. 6).

Do mesmo modo (TENÓRIO, 2011, p. 8) “[...] não se pode deixar de reconhecer que a cana deixou também uma alta conta social a pagar por falta de diversificação econômica e baixíssimo grau dos indicadores de desenvolvimento humano [...]” resultado da concentração fundiária, da concentração de renda, das políticas que beneficiavam sobremaneira o setor canavieiro em detrimento de outros setores, da inércia do poder público, constituído pelos latifundiários, em expandir o rol de atividades produtivas, esses fatores contribuíram para os níveis alarmantes de desemprego, analfabetismo e pobreza.

Por outro lado, é possível caracterizar a economia alagoana desde a criação do estado em duas vertentes, uma delas corresponde as atividades realizadas nas regiões agreste e sertão e se refere, essencialmente, à pecuária, a outra diz respeito à região leste, que inclui a zona da mata e o litoral, nela prevalecia a produção canavieira, essa divisão pouco mudou desde o final do século XIX. O mapa a seguir (figura 10) apresenta essa regionalização, atualmente existem outras atividades produtivas importantes, como o turismo, mas o setor sucroalcooleiro ainda tem presença marcante na região leste de Alagoas.

Figura 10 – Área canvieira do Estado de Alagoas.



Fonte: Sindaúcar-AL, 2020.

Em Pilar, a cana-de-açúcar se constituiu como o principal elemento da paisagem rural, nas principais vias que atravessam a cidade ainda hoje é possível observar canaviais extensos ao longo de vários trechos, no entanto esse fenômeno tem mudado paulatinamente com a ocupação do espaço por conjuntos habitacionais e estabelecimentos comerciais. A cana-de-açúcar marcou profundamente o espaço rural pilarense, notadamente no tabuleiro onde se encontra o bairro Chã do Pilar e alguns povoados, como o povoado Mangabeiras, mas também em áreas próximas a laguna Manguaba e ao rio Paraíba do Meio.

A atividade canvieira monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata, fomentou a concentração de terras e riqueza, impedindo o desenvolvimento do mercado interno, criando uma forte subordinação à instabilidade dos mercados externos. [...] a estrutura da propriedade da terra, com o consequente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização, marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas. (CARVALHO, 2019, p. 49).

A atividade canvieira foi importante por conduzir a economia pilarense, sobretudo nos séculos XIX e XX, em um contexto no qual Alagoas se destacava entre os maiores produtores do Brasil. Apesar dos períodos de retração, após as crises do petróleo, em 1973 e 1979, e a criação do Proálcool, em 1975, o setor foi reestruturado. Mas após a redução do

preço do barril de petróleo na década de 90 e a consequente diminuição do preço da gasolina, o preço do etanol já não era tão atraente, as usinas que haviam contraído empréstimos para a produção de etanol ficaram no prejuízo, muitas acumularam dívidas praticamente impagáveis.

Assim, a crise foi um resultado inevitável e muitas usinas faliram, o banco estatal alagoano Produban, que havia concedido vultosos empréstimos aos usineiros não suportou à crise e faliu, a dívida ficou para o Estado de Alagoas. Esta última crise foi crucial para os desdobramentos seguintes, como o fechamento de usinas e o aumento da dívida pública do estado, que incidiram na economia acentuando o atraso econômico, em contrapartida, com a necessidade de encontrar vias de desenvolvimento para superar à crise do setor sucroalcooleiro, alguns municípios inovaram e buscaram alternativas, no caso pilarense à diversificação econômica se iniciou desde a indústria extrativa, o comércio e a construção civil.

3.1.1 A USINA TERRA NOVA

Segundo Carvalho (2019, p. 56) “[...] a usina é resultado do avanço capitalista no campo, mantendo a figura do industrial rural, um caso do proprietário de terras que industrializa sua própria matéria-prima. [...]”, neste caso, a usina representou uma mudança no modo de produção e nos equipamentos utilizados, o resultado foi o aumento da produtividade, mas o proprietário continuou basicamente o mesmo, pois migrou dos antigos engenhos para a usina. A transição do engenho para usina representou mudanças no processo produtivo, no maquinário, na utilização da força de trabalho, mas manteve uma característica importante, segundo Carvalho (2019, p. 61) “[...] os usineiros, apesar do seu aspecto industrial, continuaram sendo proprietários de terras. [...]”, mantendo o *status* adquirido anteriormente.

Em 1854, existia na região de Pilar, nas proximidades do rio Paraíba do Meio, um engenho de nome “Terra Nova”, é provável que este engenho tenha dado origem à Usina Terra Nova, localizada atualmente na zona rural de Pilar às margens do mesmo rio, o Paraíba do Meio. A Usina Terra Nova e a Cerâmica Terra Nova faziam parte do mesmo grupo, além disso na região estabeleceu-se uma estrutura social formada a partir de um povoado, que contava inclusive com uma escola onde alguns dos filhos dos proprietários da usina estudaram.

Conforme dados do IBGE (1959, p. 135) “[...] ainda como indústria importante existe uma usina de açúcar – Usina Terra Nova [...]”, em 1959 a Usina Terra Nova e a Cerâmica Terra Nova configuravam-se como as indústrias mais importantes de Pilar, tanto pela capacidade produtiva e renda gerada, como pela quantidade de trabalhadores empregados, além dessas duas indústrias, havia a Cerâmica Flor do Paraíba, de igual importância. A usina foi importante pela contribuição econômica, política e social para a formação histórica do município de Pilar, por outro lado, as décadas de atuação impactaram decisivamente na organização do espaço geográfico pilarense, foram significativas a degradação ambiental das áreas de mata atlântica e a alteração da paisagem natural.

Com o advento da crise no setor sucroalcooleiro em meados da década de 90, algumas usinas faliram, outras fizeram acordos para o parcelamento das dívidas. A partir da leitura da tabela abaixo (tabela 3) é possível perceber que a Usina Terra Nova não produziu nas safras 2000 e 2016, evidenciando a inatividade da usina quanto a produção de açúcar nas safras citadas, contudo a usina continuou funcionando administrativamente na gestão de empreendimentos próprios, além disso, algumas usinas em situação similar arrendaram lotes para o cultivo da cana ou negociaram a produção com outras usinas.

Tabela 3 – Usinas de cana-de-açúcar produzindo em Alagoas nas safras 2000 e 2016.

Usinas	Localização	Safra 2000	Safra 2016
Cachoeira	Ipioca	Ativa	Ativa
Caeté	São Miguel dos Campos	Ativa	Ativa
Camaragibe	Matriz de Camaragibe	Ativa	Ativa
Capricho	Cajueiro	Ativa	Desativada
Coruripe	Coruripe	Ativa	Ativa
Leão	Rio Largo	Ativa	Ativa
João de Deus	Capela	Ativa	Desativada
Marituba	Igreja Nova	Ativa	Ativa
Porto Rico	Campos Alegre	Ativa	Ativa
Roçadinho	São Miguel dos Campos	Ativa	Desativada
Santa Clotilde	Rio Largo	Ativa	Ativa
Santa Maria	Porto Calvo	Ativa	Desativada
Santo Antônio	São Luiz do Quitunde	Ativa	Ativa
Seresta	Teotônio Vilela	Ativa	Ativa
Serra grande	São José da Laje	Ativa	Ativa
Sinimbu	Jequiá da Praia	Ativa	Desativada
Sumaúma	Marechal Deodoro	Ativa	Ativa
Triunfo	Boca da Mata	Ativa	Desativada
Guaxuma	Coruripe	Ativa	Desativada
Pindorama	Coruripe	Ativa	Ativa
Taquara	Colônia de Leopoldina	Ativa	Ativa
Uruba	Atalaia	Ativa	Ativa
Paisa (Penedo)	Penedo	Ativa	Ativa
Total	23 Usinas		

Fonte: Seplag/AL, 2017.

Nesse sentido é importante citar um documento da Agência Nacional de Águas (ANA) que através da Resolução nº 640 de 27 de junho de 2016 “aprova o ato relacionado com outorga de direito de uso de recursos hídricos da união” pela Usina Terra Nova “com a finalidade de irrigação do corpo hídrico riacho brejão pelo período legal de 10 anos”, ou seja, a Usina Terra Nova funcionou até 2020 com a atividade de plantio de cana-de-açúcar, contudo não operou no processamento e na transformação da cana em produtos derivados, a partir de 2021 os lotes foram arrendados para outras usinas.

Figura 11 - Instalações da Usina Terra Nova.



Fonte: Google Earth Pro, 2022.

Além do mais, uma parceria entre a Prefeitura de Pilar e o Governo do Estado de Alagoas, previa a reabertura da Usina Terra Nova no final de 2019, seriam gerados empregos diretos e indiretos, mas em virtude da pandemia de Covid-19 a parceria ainda não foi concretizada. Em contrapartida (BANCO DO NORDESTE, 2015, p. 35) “vale ressaltar que atualmente o setor sucroalcooleiro nordestino passa por uma grave crise financeira, associada a problemas de mercado e elevação dos custos da produção. [...]”, apesar disso as áreas plantadas de cana-de-açúcar ainda são bastante expressivas em Alagoas, inclusive em Pilar.

3.2 COMÉRCIO E SERVIÇOS

É essencial apontar que as características socioespaciais do município de Pilar determinam a abrangência do comércio e a oferta de serviços, entre as principais estão o poder de compra da população, a quantidade de bens demandados e a necessidade por serviços específicos. Assim, o comércio é local com a oferta de produtos básicos que suprem as necessidades primárias da população, já os serviços são ofertados pela administração pública e pelo setor privado, destacam-se os serviços de educação e saúde, pelo setor público, e os serviços bancários e de provedores de internet, pelo setor privado.

Por outro lado, é primordial destacar um tipo de serviço executado pela administração pública municipal de Pilar, que é incomum, mas inovador, é o caso do serviço bancário ofertado através do Banco Pop, um banco público municipal gerido com recursos próprios do município. O Banco Pop concede empréstimos a empreendedores pilarenses que preencham os requisitos exigidos, além disso promove parcerias para o treinamento e a capacitação de pequenos comerciantes, microempreendedores individuais, com ações que possibilitam o crescimento da economia pilarense.

Outro serviço disponibilizado pela administração pública municipal de Pilar ocorreu durante a pandemia de Covid-19 quando foi fornecida internet para os estudantes da rede pública municipal, através de parcerias e da contratação do serviço de internet fornecido por empresas pilarenses, neste caso terceirizando-o. Essa política, em conjunto com outras adotadas, tem sido fundamental para o desenvolvimento de Pilar, pois possibilita uma maior democratização no acesso à educação.

3.2.1 O SERVIÇO PÚBLICO

A administração pública é uma das principais empregadoras no município de Pilar, nas últimas quatro décadas foram realizados quatro concursos públicos, o primeiro em 1997, sob a gestão do prefeito Carlos Alberto Canuto, e o último em 2019, durante a gestão do prefeito Renato Filho. Como argumenta Gaspar (2009, p. 48) “a recomposição do papel do setor público, em todas as escalas geográficas, representa enorme desafio, pois envolve uma complexa engenharia política eivada de tensões, mas é absolutamente prioritária [...]”.

Os serviços educacionais, de saúde, de assistência social e culturais, estão entre os principais serviços prestados pela administração pública municipal, todavia cabe destacar o

serviço de saneamento básico, realizado tardiamente, mas que tem sido uma marca importante no desenvolvimento de Pilar e tem minimizado alguns problemas em locais específicos, relacionados a alagamentos e a deslizamentos de encostas em períodos chuvosos e à infiltração em vias urbanas que causam a destruição das pistas de rolamento.

O crescimento urbano, em particular no bairro Chã do Pilar, não contemplou em absoluto uma infraestrutura urbana adequada, em alguns casos acentuou problemas já existentes, em outros casos criou problemas. É o caso do adensamento urbano no Loteamento Manguaba, onde não foram realizadas obras de infraestrutura que atendessem às demandas de crescimento, como na Rua Dr. Antônio Serafim Costa (figura 12) prejudicada pelos inúmeros alagamentos, que por sua vez causam transtornos imensos para os moradores da área e para os usuários da via.

Figura 12- Obra de saneamento na Rua Dr. Antônio Serafim Costa, na Chã do Pilar.



Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

A Rua Dr. Antônio Serafim Costa está situada em uma área que foi loteada recentemente, anteriormente o espaço era destinado à produção agrícola por meio da agricultura familiar, além disso existiam alguns lotes desocupados e campos de futebol de várzea. O serviço de saneamento básico no Loteamento Manguaba contemplou a Rua Dr. Antônio Serafim Costa, este serviço está sendo executado pela Secretaria de Infraestrutura de

Pilar e beneficiará a população do loteamento com a construção de reservatórios pluviais e o serviço de drenagem desde as galerias subterrâneas.

Uma das vias de desenvolvimento de Pilar está sustentada pelos programas, projetos e eventos oficiais do município, que são criados e executados desde as secretarias municipais com o aval e o apoio da administração pública municipal. Destacam-se os programas provenientes da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria de Ação Social, esses programas (quadro 2) são indispensáveis para a evolução rápida dos níveis de crescimento almejados pelo município, uma vez que são pontuais e estratégicos.

Quadro 2 – Principais programas executados pela gestão pública municipal no período 2020/2021.

NOME	DESCRIÇÃO
Programa Alfabetiza Já	Programa destinado à alfabetização de jovens e adultos.
Programa Avança Mais Pilar	Programa voltado para o desenvolvimento econômico e social através de investimentos em obras e geração de emprego e renda para a população pilarense.
Programa CNH do Futuro	Programa destinado aos munícipes de baixa renda que desejam adquirir a primeira Carteira Nacional de Habilitação.
Programa Craques do Futuro	Programa de incentivo ao esporte por meio do qual crianças e adolescentes do município participam de atividades em escolas de futebol.
Programa Documento na Mão	Programa que auxilia a população de baixa renda na regularização de documentação e aquisição de escrituras junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
Programa Educação Emocional	Programa voltado para o desenvolvimento de competências socioemocionais que auxiliem os estudantes a melhorarem as relações interpessoais, com a promoção de uma aprendizagem que reduza os conflitos e a violência no âmbito escolar e no convívio social.
Programa Mamãe Coruja	Programa destinado às gestantes do município, objetiva à distribuição de vestuário e acessórios e a realização de ensaios fotográficos.
Programa Mesa Viva	Programa a partir do qual são disponibilizadas refeições no período da Semana Santa – tradição religiosa cristã católica - para famílias de baixa renda do município.
Programa Meu Bairro Melhor	Programa voltado para ações pontuais em bairros do município, como limpeza, reparos e pintura.
Programa Bolsa Viva Bem Pilar	Programa de transferência de renda para residentes do município que estejam em situação de vulnerabilidade social.
Programa Patrola Pilar	Programa destinado à remoção de entulhos e ações de terraplanagem em locais impactados negativamente pelo excesso de precipitação pluviométrica.
Programa Pilar Doce Lar	Programa que tem como objetivo reformar ou reparar unidades habitacionais que estejam com a estrutura deteriorada e/ou em condições insalubres.
Programa Plantando o Futuro	Programa de apoio à agricultura familiar, com ações como a doação de lotes, de insumos e assistência técnica especializada.
Programa Prato Cheio	Programa de distribuição de refeições direcionado para famílias pilarense em situação de vulnerabilidade social.

Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

A gestão pública municipal de Pilar é uma gestão baseada em programas, projetos e eventos, alguns exemplos dessa política pública são os seguintes programas, projetos e eventos em andamento no município: “Programa Empreenda Mais”, “Programa Minha Cidade Linda”, “Programa Pescador Gari”, “Projeto Mãos que Transformam”, “Projeto Natal da Feliz Cidade”, “Projeto Orla Viva”, “Projeto de Energia Solar”, “Projeto Nosso Peixe”, “Projeto Unidos em Defesa da Vida”, “Projeto Cultura em Casa”, “Projeto Apito no Interior”, “Projeto A Magia dos 15”, “Projeto Ceia da Felicidade”, “Casamento Comunitário” (Evento), “A Ceia Natalina” (Evento), “A Romaria ao Juazeiro do Norte” (Evento), além dos programas citados no quadro 2 e dos programas federais e estaduais efetivados no município.

3.2.2 O SERVIÇO PRIVADO

Destacam-se em Pilar os serviços bancários, com três agências bancárias, sendo duas na parte baixa (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e uma na parte alta (Banco Bradesco), ademais do Banco Pop localizado também na parte alta, além de duas lotéricas, sendo uma na parte baixa e outra na parte alta e alguns correspondentes bancários, como o Caixa Aqui. A existência dessas agências bancárias em Pilar é um fator preponderante para a execução das políticas habitacionais, pois atuam na concessão de crédito e no financiamento de imóveis. Vale salientar que em Pilar, em 1959, não havia agências bancárias, para realizar os serviços inerentes a essa atividade era necessário deslocar-se para os estabelecimentos localizados em Maceió (IBGE, 1959).

Outro serviço privado que chama a atenção é o de fornecimento de internet, esse mercado no município é bastante disputado, são ao menos cinco empresas do ramo atuando diretamente em Pilar, sendo a principal delas a Pinheiro Net, que possui sede no município, também presta serviços em outros locais, como o município de Atalaia. O serviço de transporte também é significativo, apesar das características urbanas e demográficas de Pilar, onde predomina o transporte rodoviário, por outro lado com a construção do teleférico a população terá mais uma opção de transporte intraurbano.

O setor de serviço privado em Pilar tem contribuído para o desenvolvimento do município, bem como tem usufruído da conjuntura econômica favorável, das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico e social, dos programas e projetos municipais, das parcerias entre o público e o privado, com a economia aquecida o poder de consumo da população é maior e a oferta de serviços acompanha a

demanda. Do mesmo modo, como aponta Gaspar (2009, p. 48) “os empresários são conscientes da importância do suporte público para garantir a infraestrutura e a logística indispensável aos investimentos privados [...]”.

3.2.3 O COMÉRCIO DE BENS NÃO DURÁVEIS

Em Pilar, o comércio de bens não duráveis é o que ocorre com maior intensidade, apesar de se caracterizar como um comércio local tem oportunizado a geração de emprego e renda para a população pilarense. Boa parte dos produtos comercializados é de baixo valor agregado, esses produtos são oriundos, principalmente, do Estado de Pernambuco, adquiridos nas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, locais produtores de têxteis, também no Estado de São Paulo, especialmente na região do Brás e na Rua 25 de Março.

Os estabelecimentos que comercializam vestuário, por exemplo, têm como público-alvo a população de menor poder aquisitivo, uma vez que os produtos possuem um preço relativamente baixo, com um custo-benefício que atrai cada vez mais compradores, estes por sua vez, tem buscado esse tipo de produto em Pilar, em detrimento do centro de Maceió, contribuindo para a diminuição do fluxo demográfico diário em direção à capital, além de promover a retenção da renda no município de Pilar.

Os chamados “depósitos” são estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas e não alcoólicas, alguns também comercializam outros produtos, como alimentos, cigarros e guloseimas. Esses estabelecimentos se multiplicaram em Pilar, as razões repousam na informalidade (ainda que alguns tenham se formalizado), no baixo investimento e custo de manutenção, e na baixa quantidade de funcionários, geralmente existem dois que são o vendedor e o entregador, mas em muitos casos o proprietário acumula as duas funções. A quantidade de depósitos resulta em mais emprego e renda para a população local, todavia promove uma ideia falsa de comércio amplo e economia aquecida.

No bairro Chã do Pilar e na zona rural do município encontram-se os postos de combustíveis da cidade, às margens da BR-316 e da BR-101, sendo os principais Posto Petrobras, Posto Total Giro, Auto Posto Trevo (Texaco) e Posto Petrol’s Terra Nova. A disposição e distribuição geográfica desses estabelecimentos comerciais em áreas longínquas do centro urbano denota, por um lado, a importância estratégica da cidade para a região, por outro lado, a falta de planejamento urbano.

3.2.4 AS FEIRAS

Em Pilar, duas feiras merecem destaque, uma localizada na parte baixa da cidade, na porção central, a outra localizada no bairro Chã do Pilar, na parte alta, a primeira acontece aos domingos pela manhã, a segunda se inicia às sextas-feiras à tarde e se prolonga pelos sábados até ao final da tarde. A feira que ocorre no centro da cidade é a mais antiga, contudo, está em decadência, evidenciada pela quantidade ínfima de feirantes e de barracas e pela movimentação discreta de consumidores.

Por outro lado, nem sempre foi assim, a feira do Pilar (figura 13) teve um papel fundamental para a formação econômica e social do município, além dos aspectos demográficos e culturais. Se hoje a feira do Pilar representa um símbolo das mudanças que ocorrem no espaço geográfico de Pilar, situando-se como elemento antigo sendo substituído pelo elemento novo - que não necessariamente é a feira da Chã do Pilar, apesar da resistência em ocupar o espaço geográfico - antes, a feira do Pilar demarcou uma época, como protagonista do comércio local e como parte do processo de formação e transformação do espaço geográfico pilarense.

Figura 13 - Feira do Pilar e Mercado da farinha na segunda metade do século XIX.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2021.

Já a feira na Chã do Pilar, instituída pela Lei nº 23/1980, assumiu o protagonismo e hoje é a principal feira da cidade, em tamanho e importância, são comercializados diversos produtos e mercadorias, como roupas, produtos do lar e utensílios, mas o principal item refere-se à alimentação, entre frutas, verduras, legumes, tubérculos, carnes, aves e peixes. Boa parte dos feirantes reside em Pilar, mas é possível encontrar comerciantes de outros municípios, inclusive de regiões do agreste alagoano.

Analisar e comparar as duas feiras é imprescindível para compreender o fenômeno que está ocorrendo em Pilar, uma dicotomia entre o velho e o novo, a feira antiga, em estado decadente, e a feira nova, resistente. O crescimento do município, em vários aspectos, é visto sob a ótica das metamorfoses na Chã do Pilar, exemplificada pela feira livre, visto que ela retrata uma dinâmica do processo de formação de novas estruturas. As feiras do Pilar e da Chã do Pilar simbolizam, também, o antagonismo do núcleo urbano antigo (parte baixa) e do núcleo urbano novo (parte alta).

3.3 SETOR DE ALIMENTOS

O setor de alimentos em Pilar envolve a pequena produção baseada na agricultura familiar praticada, maiormente, na zona rural do município, que atende essencialmente ao mercado local nos estabelecimentos formais e no comércio informal (vendedores ambulantes e feiras livres), e em partes destina-se à subsistência. O Programa Plantando o Futuro, voltado para a agricultura familiar, respondeu pelo atendimento de cerca de 280 famílias pilarenses com a geração de mil empregos diretos, segundo dados da Prefeitura de Pilar (2020).

Do mesmo modo, a indústria de produtos lácteos tem sido importante para o município, os principais estabelecimentos estão localizados na zona rural de Pilar, o Laticínio Pajuçara e o laticínio Phillar, que contribuem, fundamentalmente, para a geração de emprego e renda e através do pagamento de tributos à administração pública. Eles são fundamentais para o abastecimento do mercado local e regional, o Laticínio Pajuçara, que tem sede administrativa em Maceió, atua no mercado interno, especialmente na região metropolitana, já o laticínio Phillar é filial de um grupo sediado em Minas Gerais, sua atuação abrange a região Nordeste.

3.3.1 A INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

Nessa perspectiva de crescimento econômico do município de Pilar, é imprescindível mencionar a indústria de laticínios, em particular o laticínio Phillar, que funciona como produtor e distribuidor, apesar do objetivo inicial da implantação da filial ter sido a de operar como um centro de distribuição regional para o nordeste brasileiro, contudo a produção cresceu ao longo dos anos e o laticínio assumiu à condição de centro de produção e distribuição para a região Nordeste, antes o laticínio recebia os produtos da matriz, os estocava e depois os distribuía, atualmente ele é autossuficiente, ou seja, produz, estoca e distribui.

O principal produto fabricado pelo laticínio Phillar é a cobertura cremosa sabor requeijão, o faturamento médio mensal da empresa é de cerca de R\$ 8 milhões (2020), o laticínio tem como principal cliente o mercado atacadista, a exemplo do estabelecimento Atacadão, que utiliza uma marca própria, bem como do Assaí Atacadista e do Makro Atacadista, também atua no varejo, com destaque para uma rede de supermercados instalados nas cidades de Pilar, Cajueiro e Atalaia, chamado Grão de Ouro, em Pilar este supermercado possui duas unidades, uma na parte baixa (centro), outra na parte alta (Chã do Pilar).

Vale mencionar o Laticínio Pajuçara, que está localizado na fazenda Pilarzinho, de propriedade privada, onde produzem-se queijos, manteigas, cremes e coberturas vegetais, que abastecem o mercado local e, em grande medida o mercado instalado na capital do estado, Maceió, local onde se encontra a sede administrativa da empresa. Como argumenta Carvalho (2019, p. 76) “[...] positiva também foi a expansão das indústrias de laticínios nas últimas duas décadas, apesar das dificuldades no setor pecuário”, além disso, vale enfatizar que o universo canavieiro demarcou espaço ao longo dos últimos séculos na região Leste de Alagoas, o que limitou a expansão de vários setores, dentre eles o da indústria e o da pecuária, que agora, lentamente, preenchem esses espaços deixados após à crise no setor sucroalcooleiro iniciada em meados da década de 90.

3.3.2 A PRODUÇÃO DE MASSAS

Em Pilar a produção de massas ficará a cargo da empresa Macarrão Pajuçara, localizada em Maceió e que se mudará para Pilar, a empresa foi atraída pela política fiscal do estado e pela cessão de um terreno às margens da BR-316 pela Prefeitura de Pilar, em 2019.

Percebe-se, mais uma vez, que a política de atração de empresas promovida pela administração pública municipal tem funcionado, seja através da doação ou cessão de terrenos, da redução de impostos ou da oferta de subsídios.

Com sede em Maceió há mais de 45 anos, a tradicional indústria alimentícia de massas e biscoitos Macarrão Pajuçara aumenta suas operações e anuncia a implantação de uma nova unidade, como também a transferência das operações para o município de Pilar. Para o novo negócio, a empresa irá investir R\$ 25 milhões com geração de 250 empregos diretos. (TRIBUNA HOJE, 21/02/2020).

Contudo, em virtude da pandemia de covid-19 a empresa adiou a mudança e ainda não se instalou em Pilar até o primeiro trimestre de 2022, ainda assim, a abertura de uma nova indústria possibilitará ao município uma maior arrecadação, geração de emprego e renda para a população pilarense, além de dar maior visibilidade para o município, que poderá angariar novos investimentos públicos e privados. Outrossim, com a instalação da estrutura física dessa empresa em uma área ocupada, densamente, por canaviais, o processo de ocupação do solo e de modificação do espaço geográfico se acentuará.

3.3.3 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

As características da atividade agropecuária em Pilar, sobretudo, apresentam um formato baseado na pequena produção, na agricultura familiar, na criação de gado para o corte e para a produção leiteira, apesar de inexpressiva, ela é importante para prover o mercado consumidor local e para a subsistência dos produtores. No município de Pilar a agropecuária ainda é realizada de modo rudimentar, uma característica inerente às regiões em desenvolvimento que carecem de inovação e tecnologia no processo produtivo.

Ademais, boa parte do território pilarense esteve ocupada por canaviais para a produção de açúcar e álcool, o que limitou uma maior diversificação produtiva no campo, pois não havia interesse dos fazendeiros e usineiros, por outro lado havia dependência econômica e política do setor canavieiro, formou-se então uma estrutura assentada na concentração de terras, riquezas e poder, baseada no sistema *plantation*, prevalecendo à monocultura da cana-de-açúcar.

O mundo rural alagoano é marcado pela estrutura fundiária problemática, refletindo a concentração das melhores terras em poucos e grandes estabelecimentos, e por um modelo agrícola que revela a centralização da produção em poucas atividades, como

a pecuária e a cana-de-açúcar, ocupando menos de um quinto da área com as atividades de todas as demais lavouras. (CARVALHO, 2019, p. 22).

A atividade agropecuária pilarense insere-se no contexto que demarca as atividades econômicas de Alagoas nos últimos três séculos, distribuídas espacialmente pelo território, com a produção canavieira no leste alagoano e a produção pecuária no sertão alagoano, que foram determinantes para a evolução da economia nessas regiões. Os latifúndios no Litoral e na Zona da Mata serviram para a produção, exclusivamente, de cana-de-açúcar, por isso, outras atividades se desenvolveram timidamente em áreas menores, e muitas vezes isoladas, como é o caso da pecuária.

3.4 A EXPLORAÇÃO DE GÁS PELA PETROBRAS

O Campo Pilar é um dos principais campos de exploração de gás natural em Alagoas, integra a Bacia Sergipe-Alagoas (figura 14), teve suas atividades iniciadas a partir da década de 80 pela Petrobras, que mantinha o monopólio até meados de 2021, quando ocorreu a concessão da atividade para a empresa denominada Origem Energia, instalada em Pilar no início de 2022. Ressalte-se que a política atual de privatizações do Governo Federal está ocorrendo em larga escala e em vários setores, em muitos casos não há justificativa plausível para a adoção de tal medida, que é efetivada sumariamente e sem a anuência de parte considerável dos brasileiros.

O setor de petróleo é bastante ilustrativo daquilo a que estamos nos referindo, pois o que é estratégico nos países desenvolvidos não passa de mera commodity nas mentes dos colonizadores. Enquanto se defende a privatização nesta parte do mundo, os países desenvolvidos utilizam argumentos como o “interesse nacional” para evitar a desnacionalização de suas empresas. [...]. (MENDONÇA et al., 2012, p. 405 – 406).

Não obstante, a gestão pública municipal tratou de acolher a empresa Origem Energia com uma propaganda contundente nas redes sociais e por meio de *outdoors* espalhados pela cidade, em muitas ocasiões o próprio prefeito do município, Renato Rezende Rocha Filho, se manifestou favorável à chegada da empresa, fato explicado pela probabilidade de geração de emprego para os pilarenses, pelas possíveis parcerias entre a prefeitura e a empresa e pela expectativa de futuros investimentos no município.

Figura 14 – Mapa da Bacia Sergipe-Alagoas.

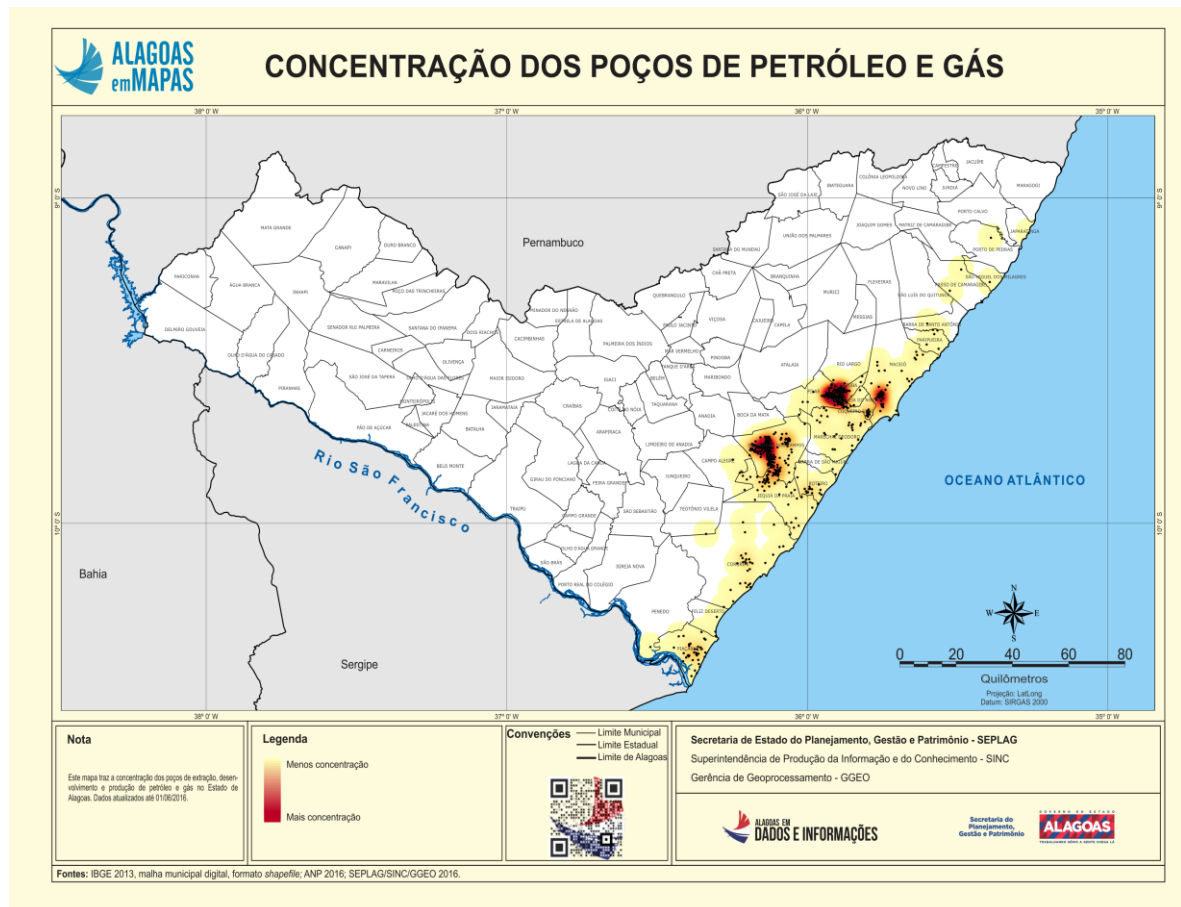


Fonte: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2003.

A Bacia Sergipe-Alagoas tem uma extensão de 35.000 km², sendo que a maior parte se encontra na porção marítima e a menor parte na porção continental, o Campo Pilar situa-se na porção continental, às margens da laguna Manguaba, e fica distante cerca de 20 km de Maceió. Vale dizer que o Campo Pilar compreende outros municípios alagoanos que fazem parte da Região Metropolitana de Maceió, o campo foi descoberto em 1981, mas começou a operar em 1982.

A partir da leitura do mapa “concentração dos poços de petróleo e gás em Alagoas” (figura 15) percebe-se que a distribuição desses recursos minerais se confunde com a área destinada à plantação de cana-de-açúcar, historicamente situada no leste alagoano, note-se que as manchas que indicam “mais concentração” situam-se na região litorânea. Apesar desse potencial mineral e energético, as políticas desenvolvidas no estado, pelos políticos representantes da elite agrária, favoreceram a permanência da produção canavieira, causa mais notável do atraso econômico de Alagoas.

Figura 15 – Concentração dos poços de petróleo e gás em Alagoas.



Fonte: Seplag/AL, 2021.

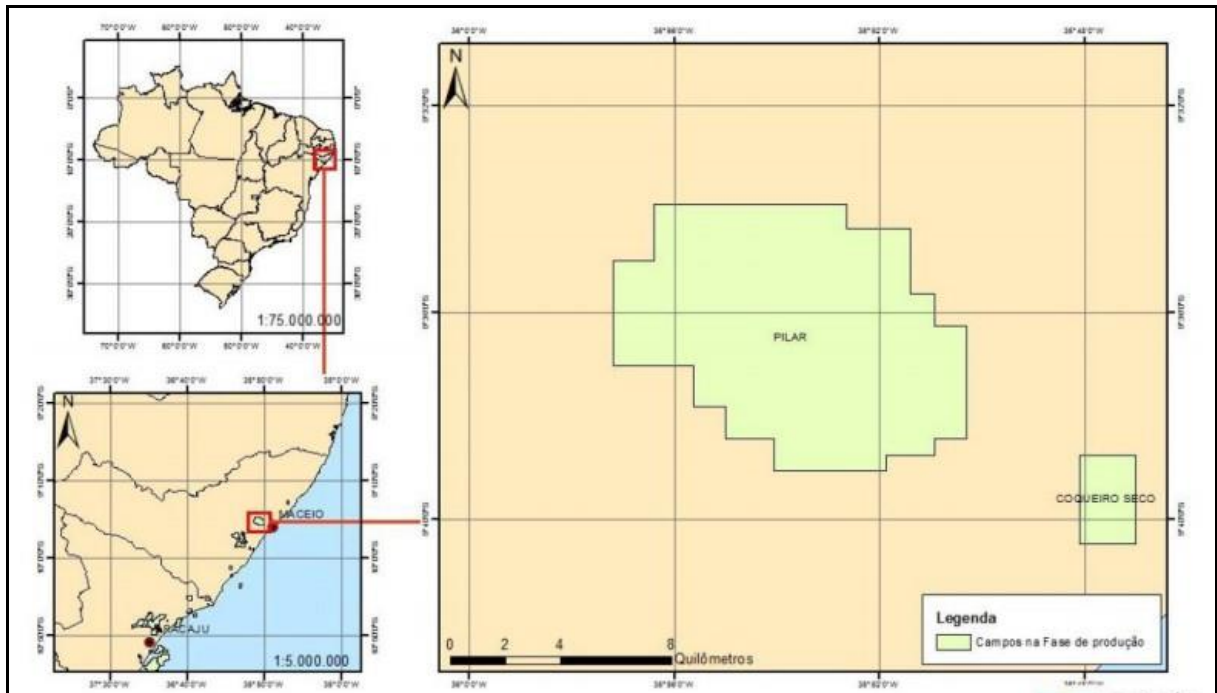
3.4.1 HISTÓRICO

A Unidade de Processamento de Gás Natural da Petrobras (UPGN), Campo Pilar, iniciou a produção em 31/01/1982, e até meados de 2021 era explorado exclusivamente pela Petróleo Brasileiro S.A., fato que mudou com a concessão do direito de exploração para a Petromais Global Exploração, em julho de 2021, em conjunto com outras estações do Campo Alagoas, por US\$ 300 milhões. Frise-se que foi noticiado o interesse da Prefeitura de Pilar no negócio, principal afetada pela transação, já que o município tem nos *royalties* provenientes da exploração de petróleo e gás uma importante fonte de renda (JORNAL DE ALAGOAS, 07/07/2020) “a prefeitura de Pilar estaria criando uma empresa para participar do processo de venda da UPGN – Pilar”.

Conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP, 2016), o Campo Pilar tem uma área de 89,4 km², abrangendo os municípios de Marechal Deodoro, Rio Largo e Satuba, além do próprio município de Pilar, que responde pela produção de óleo e gás, o primeiro

recebe o tratamento adequado e posteriormente é transportado para o terminal de Maceió, o segundo é processado para a produção de gás natural para depois ser disponibilizado no mercado. Segundo a ANP (2016) existem 57 poços produtores em operação no Campo Pilar, com uma produção de 1.600 m³/d de gás natural.

Figura 16 - Localização do Campo Pilar.



Fonte: Agência Nacional do petróleo - ANP, 2016.

Como aponta Carvalho (2019, p. 311) “[...] o petróleo, desde o final do século XIX, surgiu como o elemento que poderia trazer ‘a opulência’ para Alagoas. [...]”, no entanto, a insistência pela produção canavieira, respaldada pelos latifundiários alagoanos, maiores interessados pela permanência e crescimento do setor no estado, determinou a continuidade de um cenário perverso para a população, caracterizado pela pobreza e pelo atraso econômico. Em Pilar, os benefícios advindos da exploração de petróleo e gás natural em conjunto com a crise do setor sucroalcooleiro foram oportunos para o início de uma reviravolta econômica, política e social, ainda em andamento.

3.4.2 CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgados no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural (2020), no mês de agosto o município de Pilar foi o quinto maior produtor de gás natural em campo terrestre do Brasil, com uma produção total acumulada de 65 (MMboe). A capacidade produtiva do Campo Pilar é importante por situar o município no contexto nacional de exploração de gás natural, dada a sua relevância, também porque reflete positivamente na arrecadação de *royalties* pela administração pública municipal.

Além disso, o Campo Pilar é um importante centro de geração de empregos, assumidos em parte pela população pilarense, especialmente nas empresas terceirizadas, além da rede que se institui para a execução dos serviços, como o fornecimento de alimentação, hospedagem e transporte, por exemplo. Conforme dados do Banco do Nordeste (2015, p. 67), em relação ao Estado de Alagoas, “na atividade de extração de petróleo e gás natural, o município de Pilar (285 empregos) figura como o mais importante na disponibilização de empregos formais nessa atividade”.

3.4.3 OS ROYALTIES

Os *royalties* provenientes da exploração de petróleo e gás natural representam valores que são repassados para estados e municípios em decorrência da concessão para as atividades de exploração e produção desses recursos minerais não renováveis, eles compõem parte considerável da renda de muitos municípios brasileiros, no caso pilarense constitui-se em uma receita indispensável para a execução das políticas públicas atuais. De acordo com o art. 47, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 “os *royalties* serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural”, como aponta Carvalho:

[...] mensalmente, todos os municípios e o Estado de Alagoas recebem, a título de royalties, pela exploração de petróleo ou gás no seu subsolo, uma expressiva quantia em dinheiro que pode ser utilizada livremente pelas prefeituras e pelo Governo do Estado. [...]. (2019, p. 99).

É inegável que boa parte dos municípios alagoanos são dependentes das transferências constitucionais e dos repasses governamentais, essa problemática tem bases históricas e estão relacionadas com a falta de diversificação econômica do estado, que priorizou a produção canavieira na região Leste, por exemplo, esse fato resultou na inércia em estabelecer políticas de fomento ao desenvolvimento industrial, assim, pelo próprio ciclo de estagnação e pobreza, muitos municípios ainda não superaram o atraso econômico, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas.

Quadro 3 – Repasses estaduais para a Prefeitura Municipal de Pilar em 2021.

REPASSE	VALOR (R\$)
ICMS	84.021.301,81
ICMS – FUNDEB	21.005.324,66
IPI	39.061,74
IPVA	1.079.923,56
IPVA – FUNDEB	269.982,52
ROYALTIES	457.171,16

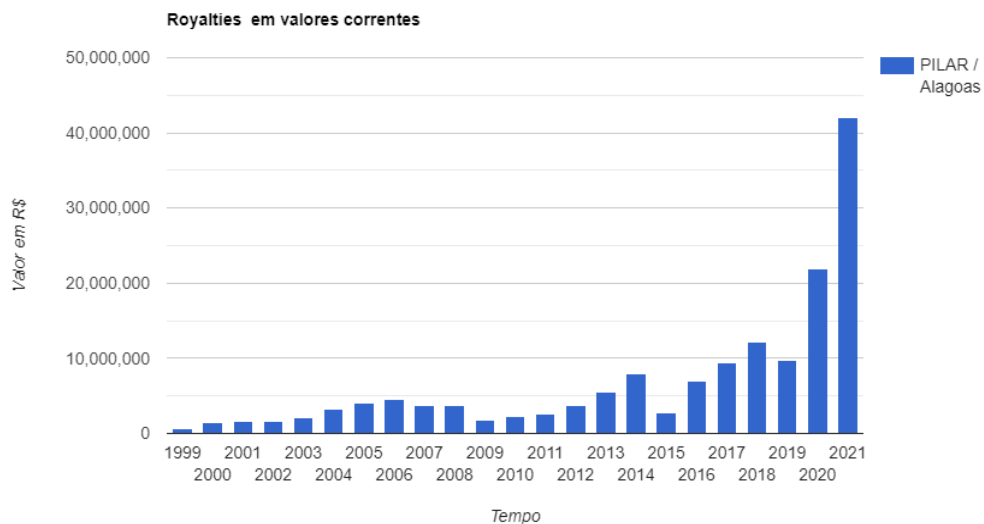
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas - SEFAZ/AL, 2022.

Em Pilar, os repasses estaduais (quadro 3) e as transferências constitucionais representam a maior parte da fonte de renda obtida pelo município, sem esse tipo de receita dificilmente o município teria alcançado o patamar de desenvolvimento atual, considerado relevante para o seu porte, por outro lado, o que determinou as transformações recentes foram as políticas públicas adotadas e os investimentos realizados, sob uma forte atuação estatal. O plano diretor de Pilar dispõe em seu art. 47 sobre os “objetivos do Equilíbrio Ambiental do município”, tratando inclusive da receita proveniente dos *royalties*:

Redistribuir as receitas financeiras obtidas direta ou indiretamente pelo uso dos recursos naturais no território de Pilar, oriundas de transferências, taxas, multas, bonificações, royalties e outras receitas vinculadas ao uso dos recursos naturais, através de programas de melhoria da qualidade de vida de populações com baixos índices de desenvolvimento humano, visando à saúde da população e o equilíbrio ambiental. (2006, p. 11).

A conjuntura econômica, política e social pilarense não esteve dissociada da realidade histórica alagoana, a consequência disso é que o município ainda é dependente dos repasses estaduais, além das transferências constitucionais, especialmente dos *royalties* da exploração de petróleo e gás natural e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Contudo, com as mudanças em curso, essa dependência tem diminuído, ainda que discretamente, e o município começa a apoiar-se também nos rendimentos oriundos de outras fontes, por isso a expansão industrial e comercial no município tem sido tão importante, pois além de aquecer a economia também provoca o aumento da arrecadação municipal.

Gráfico 3 - Royalties recebidos pelo município de Pilar entre 1999 e 2021.



Fonte: Info Royalties com base na Agência Nacional de Petróleo, 2022.

Conforme as informações do gráfico acima (gráfico 3) os valores recebidos pelo município de Pilar em 2021, transferidos pela União, foram superiores a 40 milhões de reais, o maior desde 1999, além disso em 2020 os valores também foram consideráveis, superando os 20 milhões de reais, o segundo maior valor em um pouco mais de duas décadas. Infere-se que os valores recebidos nos anos citados coincidem com a pujança da economia pilarense no mesmo período, evidenciada pela quantidade de investimentos e pelas obras realizadas na cidade pela gestão pública municipal, mesmo enfrentando à adversidade causada pela pandemia de covid-19.

3.5 A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Em Pilar, a indústria da construção civil tem contribuído decisivamente para as mudanças econômicas e sociais, particularmente desde o advento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, quando iniciou-se um crescimento considerável do setor imobiliário na cidade. O PMCMV estava inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 e voltado para o crescimento econômico do país, baseado essencialmente nas obras de infraestrutura, o PAC fomentou a indústria da construção, inclusive a partir da necessidade de minimizar o déficit habitacional do país com o PMCMV.

Nesse sentido, seguindo o panorama nacional e com o aporte das obras estaduais e municipais, incluídas também em programas habitacionais e de infraestrutura, a indústria da construção civil colaborou para as transformações econômicas e sociais em Pilar, também conseguiu atrair investidores locais que rapidamente se transformaram em empresários do ramo da construção, com a abertura de construtoras e a prestação de serviços imobiliários. Os subsídios fornecidos por esses programas a partir de instituições financeiras, sobretudo a Caixa Econômica Federal (CEF), possibilitaram o desenvolvimento do setor da construção civil e de toda a cadeia produtiva que o constitui. Como argumenta carvalho:

A construção civil, apoiada nas iniciativas federais, como as obras de infraestrutura vinculadas ao PAC, e os programas de habitação, principalmente o programa “Minha Casa, Minha Vida”, responsável pela construção de mais de 100 mil novas habitações em sete anos, cresceu e passou a ser o setor industrial urbano mais dinâmico. (2019, p. 77).

Em 2020, o PMCMV foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela, considerado como um sucessor do PMCMV, apesar de algumas diferenças práticas, como a extinção da faixa 1 do programa que beneficiava a população mais pobre, que possuía renda de até R\$ 1,8 mil e que era isenta de juros. As alterações efetivadas pelo novo programa evidenciam uma política habitacional que privilegia a população de maior poder aquisitivo, além do mais se apresenta como um instrumento eleitoral, embora seja improvável a superação dos resultados positivos trazidos pelo PMCMV, o maior programa habitacional da história do país.

3.5.1 AS CONSTRUTORAS LOCAIS

No município de Pilar, desde a criação do PMCMV, tem ocorrido um fortalecimento da cadeia produtiva da construção civil, nessa perspectiva surgiram várias empresas no setor de construção, seja no âmbito das casas de material de construção, dos corretores imobiliários ou das construtoras. É importante ressaltar que tais construtoras comportam, relativamente, uma considerável mão de obra formada pela população local, inclusive em muitas ocasiões falta mão de obra qualificada, assim as vagas ficam ociosas, esse é um gargalo que precisa ser superado, aliás é uma demanda dos empresários locais, investir em educação técnica e profissional, em qualificação e capacitação pode ser uma saída eficaz.

Algumas dessas empresas atuam nos trabalhos de demolição, terraplanagem, alvenaria, pintura e paisagismo, isoladamente ou concomitantemente. Em boa parte dos casos, as construtoras fazem parte de um aglomerado de empresas que atuam em grande parcela da cadeia produtiva da construção civil, ou seja, o grupo societário ou empresário individual, é o dono da casa de construção, da construtora e da imobiliária, facilitando o processo de compra e venda, além de concentrar e aumentar os lucros obtidos.

Além disso, é comum observar canteiros de obras com trabalhadores que parecem agir na informalidade, pois não dispõem de uniformes e equipamentos de proteção individual, mas certamente a construtora está formalizada, possui capital e razão social, que é um pré-requisito para o funcionamento e para a captação de financiamento público. Em muitos casos não há vínculo formal entre a empresa e o trabalhador, que recebe uma quantia predeterminada para a execução do serviço, algumas empreiteiras, chamadas “gatinha”, agem dessa forma.

No mesmo sentido, é marcante o fato de empresários construtores serem ativos na política local, alguns ocupam cargos públicos no poder legislativo ou compõem a equipe formada pela administração pública municipal. Essa participação efetiva do empresariado do setor da construção civil é benéfica para a classe representada, uma vez que as políticas públicas e os investimentos podem ser direcionados para o setor, além das articulações e da vigilância constante para a defesa dos interesses desse grupo.

De qualquer forma, a cadeia produtiva da construção civil não se restringe ao empresário, muitos trabalhadores dependem da renda proveniente dessa cadeia, são os tiradores de areia, os transportadores, os vendedores, os pedreiros, os pintores, etc. Além disso os benefícios são estendidos para a população, a partir da redução do déficit habitacional, da renda gerada pela indústria da construção civil que circula no comércio local,

da melhoria na infraestrutura urbana e do aumento na prestação de serviços públicos e privados, ganham a população local, o trabalhador, o empresário e a administração pública municipal.

3.5.2 EMPREGO E RENDA

Com o crescimento do setor da indústria da construção civil, os benefícios para a população foram significativos, além da redução do déficit habitacional, a geração de emprego e renda foram consideráveis, sendo a cadeia produtiva dinamizada, houve maior oferta de emprego e possibilidades de incremento na renda familiar do pilarense. A mão de obra para a construção civil, essencialmente a braçal, é formada em grande medida pela população local. Mesmo nos casos em que as construtoras não possuam sede em Pilar, há interferência da gestão pública municipal para a contratação de mão de obra pilarense.

Figura 17 – Construção do Hospital do Futuro Regional do Vale do Paraíba às margens da BR-316.



Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

A construção do Hospital do Futuro Regional do Vale do Paraíba (figura 17), que é uma das principais obras do município nos últimos anos, representa essa dinâmica, as empresas contratadas tem capital financeiro externo ao município, a exemplo da empresa Plataforma Engenharia LTDA, mas parte da mão de obra é composta por trabalhadores pilarenses, apesar da falta de qualificação e até de disponibilidade de trabalhadores, quando isso ocorre é inevitável a contratação de profissionais de outros municípios, por isso os investimentos em educação profissional no município são urgentes e estratégicos.

3.6 O TURISMO

O Plano Diretor Participativo do Município de Pilar é enfático quanto a proposta de priorizar a atividade turística no município por meio de políticas públicas que beneficiem o turismo local, especialmente o cultural com base no artesanato, dispõe que é preciso (Art. 25, inc. III) “promover as atividades complementares ao turismo, visando criar um diferencial, principalmente nas atividades de artesanato, cabeça de bagre, desenho, cestaria e pequenos negócios”, por outro lado, o município tem um potencial turístico que abrange outros setores além do cultural, como o religioso e o ecológico.

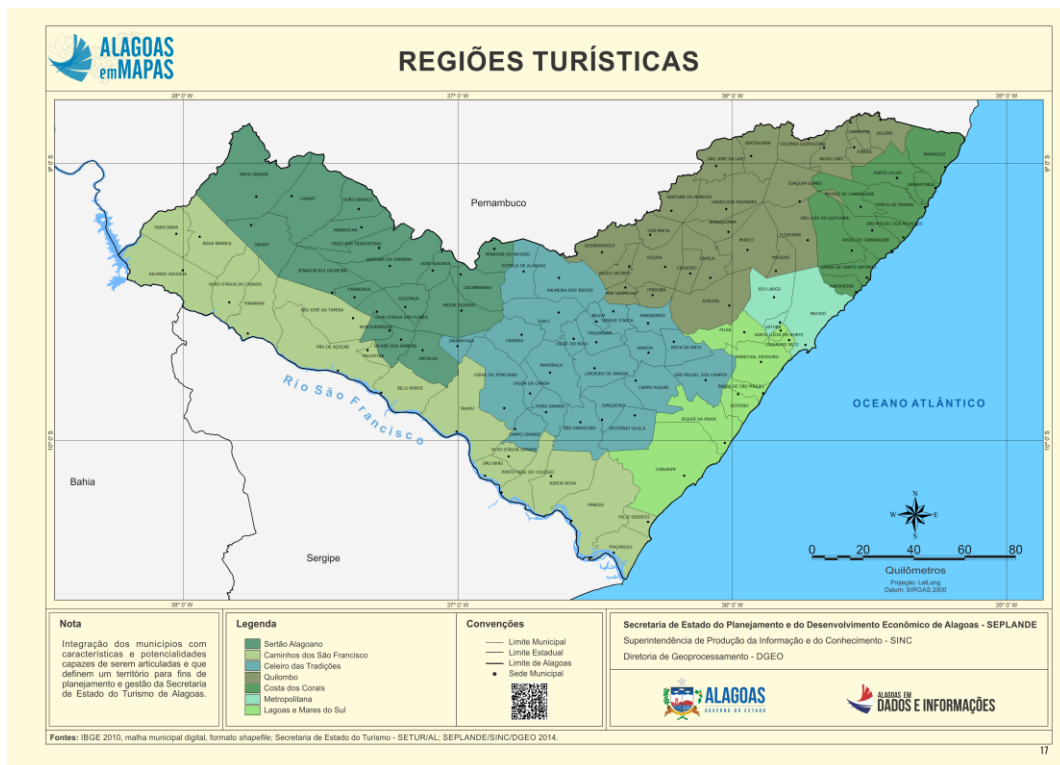
O turismo é uma atividade de grande importância para Alagoas, a arrecadação de municípios como Maceió, capital do estado, é composta em boa medida por esse setor, no caso pilarenses, o turismo ainda tem um potencial a ser explorado e poderá se tornar uma importante fonte de renda e arrecadação, por isso, a gestão municipal tem investido no setor. O turismo pode movimentar uma cadeia ampla, que envolve o comércio e a prestação de serviços, além disso a população pode usufruir dos investimentos realizados na cidade para receber o turista.

Verifica-se, assim, que o turismo é um fenômeno dos mais complexos, envolvendo a maioria dos setores econômicos de um país. Por essa razão, o Estado começou a intervir na indústria do turismo, de modo a integrá-lo ao processo de desenvolvimento econômico e social, bem como à adequação às necessidades da demanda. (MARTINS, 1991, p. 20).

Conforme o mapa “Regiões turísticas de Alagoas” (figura 18), Pilar faz parte da região turística “Lagoas e Mares do Sul”, que compreende outros municípios importantes para a economia de Alagoas, como Marechal Deodoro e Coruripe, que possuem relevantes atrativos naturais, como as praias do Francês e Pontal do Coruripe, respectivamente, além de rios e lagoas. Pilar está incluída nessa regionalização por abarcar a laguna Manguaba, que faz parte

do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), apesar do potencial turístico em outras áreas, essa regionalização considera, sobremaneira, os aspectos naturais, embora não seja o principal tipo de turismo realizado no município.

Figura 18 – Regiões turísticas de Alagoas.



Fonte: Seplag/AL, 2021.

A gestão pública municipal de Pilar tem investido no turismo cultural e no turismo religioso com a construção, revitalização ou reforma de equipamentos e espaços públicos, como a reforma do Cine Pilarense, utilizado como um centro de convenções, a reforma da Casa da Cultura e Museu Professor Arthur Ramos, a construção do Espaço Cultural Mestre Bida, a reforma do Santo Cruzeiro e a construção do Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto, além do fomento à cooperativas locais de artesãos e de eventos programados pela prefeitura.

Por isso, compreendendo a dimensão e o poder arrecadador da atividade turística, a gestão municipal tem investido no setor com ações e projetos que colocam Pilar no circuito oficial do turismo em Alagoas. A Secretaria de Turismo e Eventos de Pilar, em conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura de Pilar, desenvolveu um projeto chamado “informantes culturais” na tentativa de preparar a população para o acolhimento ao turista, também tem

recebido a visita de técnicos e de pessoal especializado que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística no município.

3.6.1 TURISMO CULTURAL

O potencial de turismo cultural em Pilar é significativo, é possível explorar a arquitetura barroca, por exemplo, que remete à memória de um período marcado pela intelectualidade, literatura, efusão da imprensa local, pela importância política e econômica do município para o Estado. As construções antigas são atrativos para o turista que deseja conhecer a história de Pilar (figura 19), os acontecimentos históricos e os pilarenses ilustres, como Artrur Ramos, Costa Rêgo e Nilo Ramos. A Lei nº 765/2020 instituiu o Sistema Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Políticas Culturais e o Fundo Municipal de Cultura.

Figura 19 - Câmara Municipal de Pilar (AL).



Fonte: Lucas E. Costa, 2021.

Em Pilar, ocorreu a última pena de morte oficial do Brasil, em 28 de abril de 1876, com o enforcamento do escravo Francisco, acusado de assassinar um casal de comerciantes pilarenses, fato este que é encenado anualmente em 28 de abril, feriado municipal, pelas ruas

da cidade, onde grupos artísticos desfilam em direção ao Sítio Bonga, local da execução, a população segue o percurso, o mesmo realizado pelo escravo e seus algozes, em anos anteriores alguns artistas nacionais de expressão atuaram na teatralização desse acontecimento fatídico, porém de extrema relevância histórica e cultural.

Outro atrativo é a Casa da Cultura e Museu Professor Arthur Ramos, em homenagem ao médico e escritor pilarense Arthur Ramos, reconhecido mundialmente por suas obras e importância científica, este equipamento cultural está localizado no centro de Pilar, em um prédio que serviu de moradia para Arthur Ramos, nele é possível ter acesso a diversos livros, materiais e objetos que remontam à época vivida por esse pilarense notável. Saliente-se que, segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag), em 2020 Pilar possuía 1 museu, em um cenário onde apenas 27 dos 102 municípios alagoanos possuíam ao menos 1 museu, já em relação às bibliotecas públicas, no mesmo ano Pilar contava com 1 estabelecimento.

Recentemente foi inaugurado o Espaço Cultural Mestra Bida, localizado no bairro Chã do Pilar, em homenagem a uma pilarense que representou os folguedos da cidade, especialmente através do Guerreiro Pilarense e do Pastoril. Também na Chã do Pilar, foi inaugurado em 2020, o Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto, ao lado do Santo Cruzeiro, reformado e revitalizado, nesse complexo é possível encontrar uma representação da Via Sacra, as obras são produzidas com barro e são de autoria do artesão alagoano João das Alagoas. Já na orla lagunar de Pilar, também foi inaugurado recentemente um ateliê de artes plásticas, do artista pilarense Alex Costa.

3.6.2 TURISMO RELIGIOSO

O turismo religioso é um dos mais importantes para o município, que conforme os dados do IBGE para o censo 2010, tem uma população extremamente religiosa, com 23.231 católicos, 4.496 evangélicos, 163 espíritas, em um universo de 33.305 habitantes (2010), o que explica o relativo sucesso dos eventos religiosos, com festas por praticamente todos os meses do ano nos bairros, a exemplo das festas de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Nossa Senhora das Graças, Santa Terezinha, Santa Bárbara, Rainha da Paz, e a principal, a Festa de Nossa Senhora do Pilar, esta atrai milhares de fiéis todos os anos, destaca-se a procissão de encerramento, um evento que tem como marca o show pirotécnico ao longo do percurso, promovido pela prefeitura, empresários e pescadores pilarenses.

Em 2020 foi inaugurado o Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto (figura 20), além da reforma geral do Santo Cruzeiro, local que recebe a via sacra, encenada desde a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, no centro de Pilar, até ao conjunto Cruzeiro, na Chã do Pilar. Essas obras foram custeadas pelo governo estadual através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) e pela Prefeitura de Pilar. Também a Igreja de Nossa Senhora das Graças na parte central da Chã do Pilar foi reformada e disponibilizada para a população.

A Lei nº 8.449, de 22 de junho de 2021, de autoria da deputada estadual Maria de Fátima Moreira Canuto Rocha, sancionada pelo governador do estado, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, incluiu a Festa de Nossa Senhora do Pilar, padroeira do município, no calendário turístico de eventos oficiais de Alagoas. A festividade de cunho católico é realizada entre os meses de janeiro e fevereiro, a procissão ocorre no dia 02 de fevereiro, ela é importante por atrair turistas de várias regiões do estado e por movimentar a economia local nesse período.

Figura 20 – Via Sacra (à esquerda) e Imagem de Nossa Senhora do Pilar (à direita) no Complexo Cultural e Religioso Dilma Moreira Canuto.



Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

3.6.3 TURISMO ECOLÓGICO

No que se refere ao turismo ecológico, Pilar possui um potencial considerável, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda São Pedro (RPPN), criada em 08/02/1995, de uso sustentável, localizada às margens da BR-101, tem uma área aproximada de 83.829 (ha) constitui-se como um resquício do bioma Mata Atlântica, com uma fauna e flora bastante preservadas, é possível que o turista tenha contato com a natureza genuína. O ecoturismo realizado na Fazenda São Pedro e na Reserva Ecológica Marabá colocam o município na rota do turismo ecológico alagoano.

Também a laguna Manguaba, apesar de imprópria para o banho, representa um atrativo para os turistas, pela beleza da paisagem, vista a partir do mirante na principal via de acesso ao município, pelo Santo Cruzeiro ou pela ladeira de pedra, histórica por ter sido construída para a passagem do imperador Dom Pedro II, em 1860. A orla lagunar passou por algumas reformas nos últimos anos, a mais recente ocorreu para reparar os estragos causados pela enchente de 2017. Aqui, cabe ressaltar os desafios para a revitalização da laguna, uma tarefa complexa e que requer investimentos significativos, mas que poderá trazer resultados positivos para a população local e para os turistas.

Figura 21 - Construção irregular sobre a laguna Manguaba.



Fonte: Lucas E. Costa, 2021.

As construções irregulares (figura 21), o despejo de esgoto sem o tratamento adequado, a criação de animais nas margens, o acúmulo de lixo e de entulhos, são apenas alguns dos problemas observados na laguna Manguaba, que requerem medidas urgentes, tendo em vista a importância econômica desse recurso natural para a população pilarense, essencialmente àquela que sobrevive da pesca. Assim, para a exploração turística da laguna é necessário investir em recuperação das áreas degradadas, em reordenação urbana e em uma política ambiental fiscalizadora. Foi anunciado pela gestão pública municipal de Pilar (2022) a construção de um cais para o atracamento de embarcações de pequeno porte para o embarque e o desembarque de passageiros, além da compra de um catamarã para a exploração do turismo na região.

4 CADEIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

4.1 A EXPLORAÇÃO DE AREIA

A atividade extrativa de areia ocorre na foz do rio Paraíba do Meio, no bairro Pernambuco Novo, em Pilar, além de outros locais como a laguna Manguaba (figura 22) e riachos localizados na zona urbana e na zona rural, constitui-se como uma importante fonte de renda para alguns moradores da região, apesar de se caracterizar como um subemprego, no qual os trabalhadores acabam sendo explorados por atravessadores e por empresários locais. O trabalho é realizado manualmente com a utilização de instrumentos tradicionais, como a canoa, a pá, baldes metálicos e tonéis utilizados para alcançar o leito do rio nas áreas mais profundas.

A dinâmica da extração de areia ocorre a partir do deslocamento do tirador de areia (também chamado areeiro) em canoas motorizadas para as áreas onde a extração será realizada, principalmente no trecho que compreende a foz do rio Paraíba do Meio. O local de extração é definido após o tirador verificar a disponibilidade de areia, para isso ele utiliza varetas de madeira de cerca de dois metros de comprimento que serão pressionadas contra o leito, haja vista alguns locais são inacessíveis devido à profundidade e à espessura das camadas de lama que impedem a retirada da areia.

Depois de encontrar o local adequado para a extração, o tirador de areia mergulha com um balde metálico pressionando-o contra o leito para retirar a camada de lama, em seguida preenche o balde com areia, que por sua vez é depositada na canoa, este movimento é realizado exaustivamente até o preenchimento da embarcação, que consegue transportar cerca de 1 m³ de areia, as embarcações maiores possuem 3 metros de comprimento e conseguem transportar cerca de 1,5 m³ de areia do local de extração até a margem do rio. Após retornar para a margem o tirador de areia remove a areia da canoa, depositando-a, em seguida outros trabalhadores organizam os volumes por m³, depois estes mesmos trabalhadores abastecem os veículos que farão o transporte do mineral que se transformará em insumo principalmente para a indústria da construção civil em Pilar, Maceió e Marechal Deodoro.

Quando iniciam os trabalhos, os tiradores de areia se deslocam em média seis vezes por dia para os locais de extração no rio e na laguna, com uma média diária de 10 horas de

trabalho, com início pela madrugada, já que o banzeiro¹⁰ interrompe a extração ainda pela manhã quando as condições adversas se intensificam, é comum ouvir relatos de acidentes com embarcações pela inobservância ou descuido em relação às mudanças no tempo.

Figura 22 – Extração de areia do leito da laguna Manguaba.



Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

A maior parte dos tiradores de areia reside no bairro Pernambuco Novo, alguns inclusive no Conjunto Jorge Barros, um local símbolo das transformações sociais em curso no município de Pilar, tendo em vista o histórico de pobreza, marginalidade social e violência que fizeram parte do cotidiano dos moradores por muitas décadas. Percebe-se que a atividade extrativa de areia em Pilar é bastante contraditória, por um lado movimenta a cadeia produtiva da construção civil, por outro lado acentua a degradação ambiental e revela a obscuridade de uma problemática social.

¹⁰ Conforme FERREIRA, A. B. de H. – O dicionário da língua portuguesa (8. ed. 2013) – Banzeiro “diz-se do mar que se agita vagaroso e quase sem ondas”.

A partir da exploração econômica do rio Paraíba do Meio muitas famílias conseguem o seu sustento, seja através da pesca ou da extração de areia nas proximidades da sua foz, além disso, em alguns trechos o rio pode servir como via fluvial. Em decorrência da ação humana degradante, sobretudo através da atividade canavieira, da pecuária e do matadouro público (hoje inativo), o rio tem perdido o seu potencial, inclusive com a existência de problemas ambientais que podem se tornar irreversíveis.

Figura 23 – Trabalhadores na remoção de areia retirada do leito do rio Paraíba do Meio.



Fonte: Lucas E. Costa, 2022.

No que diz respeito ao rio Paraíba do Meio, é um rio interestadual de grande relevância para a população de diversos municípios de Alagoas e Pernambuco, conforme Santos (2018, p. 47): “o rio Paraíba do Meio nasce na Serra do Gigante em Bom Conselho – PE” cuja “bacia abrange os territórios estaduais de Pernambuco (região agreste) e Alagoas (região agreste e zona da mata), sendo assim constituída uma bacia de cunho federal.”, a foz do rio localiza-se em Pilar onde se encontra com a laguna Manguaba.

Nas margens situadas na foz do rio Paraíba do Meio, as submoradias e os estábulos se multiplicam, eles são construídos com materiais como madeira, plástico e papelão, a presença marcante dessas construções na paisagem indica a ausência do poder público e a marginalização da população mais pobre. Os tiradores de areia (figura 23) atuam em um

cenário caótico, entre a pobreza, a degradação ambiental e a negligência do poder público, vale ressaltar que quando ocorrem as cheias periódicas, como as de 2010 e 2017, esses locais são totalmente inundados, nesse caso se o desastre é previsível pode ser evitado.

Além disso, a regulamentação da atividade extrativa de areia se dá através de (SANTOS, 2015, p. 8) “autorização prévia para exploração mineral ao órgão competente [...]”, até 2017 tal autorização era concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), este foi substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que por sua vez é vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Entretanto, a atividade realizada em Pilar carece de regulamentação, os tiradores de areia agem na ilegalidade e na informalidade, sem garantias ou respaldo jurídico.

Conforme Santos (2015, p. 7) “por conta da localização dos locais de extração e da ineficiência da fiscalização, os pontos de extração crescem e com eles os impactos se estendem podendo influenciar na vida da população que reside próximo aos locais de extração”, em Pilar, por exemplo, existem 5 pontos de extração na área urbana, sendo o mais importante o que se encontra na foz do rio Paraíba do Meio, os outros são pouco representativos, localizados em riachos.

É preciso considerar essa atividade também nas dimensões social e ambiental, a partir de observações realizadas *in loco* foi possível visualizar crianças e adolescentes trabalhando na remoção de areia e o consumo desenfreado de bebidas alcoólicas nos bares improvisados. Em relação à questão ambiental foi possível notar o assoreamento do rio, o acúmulo de lixo nas margens e o despejo de esgoto residencial no curso d’água. É importante frisar que a deterioração ambiental atinge, também, a laguna Manguaba, onde o rio Paraíba do Meio deságua. Segundo Carvalho:

No litoral central está o Complexo Lagunar Estuarino Manguaba Mundaú [...] esse complexo vem sofrendo com o assoreamento e a poluição de suas lagunas, decorrentes do desmatamento dos vales dos rios Mundaú e Paraíba, que as alimenta; e pela ausência de saneamento e tratamento de resíduos industriais nas cidades ribeirinhas, fenômeno que já extinguiu parte de sua fauna e flora, diminuindo a capacidade de produzir alimentos. (2019, p 30).

4.1.1 HISTÓRICO

A atividade extrativa de areia na foz do rio Paraíba do Meio em Pilar não é recente, tendo em vista que essa é uma matéria-prima para a construção civil, com destaque para a autoconstrução, a demanda por esse agregado mineral aumentou substancialmente com o

advento dos programas habitacionais das últimas décadas, em particular o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, que dinamizou o setor da construção e possibilitou o aumento da necessidade de matérias-primas e insumos.

O Plano Diretor Participativo do Município de Pilar aponta no art. 127, inc. VII a “restrição da lavra de areia dos cursos hídricos, principalmente do Rio Paraíba do Meio”, além disso no art. 129, inc. IV apresenta a necessidade de “restringir as atividades de extração mineral, visando à redução da erosão e do assoreamento, respectivamente nas margens e leitos dos cursos hídricos, principalmente do Paraíba do Meio”. Esse instrumento foi sancionado em 2006, o que demonstra a preocupação do poder público em normatizar a extração de areia no município já naquela época.

Na cidade do Pilar, o rio Paraíba do Meio tem sido importante desde o surgimento dos primeiros engenhos de açúcar, tendo muitos deles se instalado nas margens desse importante curso d’água, especialmente o engenho Flor do Paraíba, além da Cerâmica Flor do Paraíba e de um povoado denominado Flor do Paraíba, também para a pecuária leiteira e de corte, além da pesca e da navegação fluvial em alguns trechos, saliente-se que o antigo matadouro público se situava próximo à foz do rio, o que acelerou a sua deterioração, atualmente existem dois laticínios instalados em uma das diversas fazendas que existem na localidade.

4.1.2 PANORAMA ATUAL

É preciso considerar a atividade extrativa de areia no rio Paraíba do Meio em Pilar por três aspectos principais: a importância para a cadeia produtiva da construção civil no município, os impactos ambientais decorrentes da extração e as causas e consequências sociais desta atividade. Isso denota a complexidade de análise deste fenômeno, que apesar de concentrar-se espacialmente, tem produzido efeitos dispersos pela cidade do Pilar, afinal não é possível concebê-lo isoladamente sem considerar as circunstâncias da sua formação e sem levar em conta as interferências no espaço geográfico.

Em relação aos impactos sociais, deve-se considerar especialmente àqueles relacionados ao trabalho humano, inerentes à presença cada vez maior de crianças e adolescentes participando diretamente ou indiretamente da atividade de extração, a exploração do trabalhador pelas empresas do setor da construção civil e à ausência do poder público, essencialmente em relação à fiscalização que tem contribuído para o crescimento do

número de trabalhadores, estes por sua vez, geralmente não estão inseridos no mercado de trabalho formal e possuem baixa escolaridade.

Além disso, (NOGUEIRA, 2016, p. 15) “considerada produto básico na indústria da construção civil, a areia é um recurso natural abundante e de baixo valor unitário”, acarretando em um retorno financeiro muito pequeno para os trabalhadores, intensificado pela desorganização, pois sem registro, regulamentação, acompanhamento, os trabalhadores se tornam reféns das empresas da construção civil, que negociam diretamente com o trabalhador e compram a areia a um custo baixíssimo para ser revendida posteriormente ao consumidor final.

4.2 COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Com o setor da construção aquecido pelas políticas públicas de habitação, a cadeia produtiva da construção civil foi dinamizada, a demanda por materiais e produtos aumentou expressivamente, os estabelecimentos comerciais do ramo eram insuficientes para suprir a necessidade do setor. Assim, surgiram diversos estabelecimentos que tinham como finalidade suprir tal demanda, as chamadas “casas de construção” se multiplicaram pela cidade e se tornaram essenciais para a o desenvolvimento econômico do município.

Algumas características são marcantes nesses empreendimentos, onde em muitos casos os empresários do ramo da construção dominam boa parte da cadeia produtiva, ou seja, são proprietários dos lotes, da construtora, da casa de construção e oferecem os serviços imobiliários. Também chama a atenção o fato de alguns deles serem políticos reconhecidos ou com mandato em curso, o que demonstra a mudança política no município, com empresários assumindo cargos públicos estratégicos, especialmente no poder legislativo.

A gestão pública municipal também participa ativamente desse comércio como uma compradora assídua de materiais de construção destinados para a execução de obras públicas de infraestrutura, construção de imóveis e reformas através da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Os programas habitacionais geridos pelo município, como o Programa Pilar Doce Lar, são importantes fontes consumidoras de materiais de construção, bem como as reformas de prédios públicos, praças e espaços de lazer.

4.3 O BANCO DO POVO

O Banco do Povo (Banco Pop), também chamado “Banco da População Pilarense”, é um banco de fomento municipal que foi criado em 2017 pela administração pública de Pilar, com o objetivo de estimular o desenvolvimento local através da concessão de empréstimos para empreendedores locais. Segundo dados da prefeitura de Pilar (2020) já foram investidos mais de R\$ 1 milhão, tendo alcançado 705 microempresas, o banco tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico do município.

O plano diretor de Pilar sustenta que é preciso (art. 14, inc. III) “apoiar micro e pequenos empreendimentos e estimular o associativismo voltado para o turismo, artesanato e comércio”, entre as políticas públicas destinadas para o cumprimento dessa demanda está a criação do Banco Pop, uma iniciativa pioneira em Alagoas. Esse banco público municipal é gerido com recursos do próprio município, entre os atrativos estão os juros baixos e a burocracia reduzida, também não há consulta aos órgãos de proteção ao crédito, além disso os clientes devem ter estabelecimentos fixos em Pilar e estarem formalizados, isso tem impulsionado à formalização no município.

O Banco Pop faz parte de um pacote elaborado pela gestão pública de Pilar para fomentar o desenvolvimento econômico local, a partir de investimentos em pequenos negócios, concessão de crédito a empreendedores individuais e microempreendedores, como uma maneira de gerar renda e aquecer a economia do município. Nesse pacote de estímulo à economia, outras ações foram realizadas, como a criação da Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, a criação de um fundo público, parcerias entre a administração pública e o setor privado, atenção à qualificação e ao treinamento da população. A Lei nº 652/2017, de 11 de outubro de 2017, cria o Banco do Povo, chamado Banco da População Pilarense (Banco Pop):

Fica criada a Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda e o cargo de Superintendente Municipal, com vencimentos equiparados ao de secretário municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, que ficará responsável pelo Programa Desenvolve Pilar e gerenciamento operacional do Banco de fomento municipal denominado Banco do Povo, bem como do desenvolvimento econômico, da geração de trabalho e renda do município do Pilar.

Conforme Carvalho (2019, p. 42) “todo e qualquer processo de desenvolvimento requer fontes de financiamento. [...]”, elas já existiam em Pilar antes da criação do banco municipal, a partir das instituições financeiras tradicionais, mas o Banco Pop é um banco de

fomento, voltado para o estímulo ao desenvolvimento econômico local, essa especificidade corrobora com o texto contido no plano diretor de Pilar (art. 20), onde salienta-se que o acesso ao crédito serve para “garantir a inserção do micro e pequeno empreendedor local no processo de desenvolvimento econômico como diretrizes do desenvolvimento socioeconômico do município”.

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e realocização dos empreendimentos produtivos. [...]. (BANCO DO NORDESTE, 2015, p. 142).

A política efetuada pela gestão pública de Pilar exprime a importância do Estado para o crescimento econômico, enquanto força que planeja, regula e atua, ela desmascara a falácia promovida por grupos interessados em minimizar a participação estatal na economia, os defensores da política do estado mínimo. O Estado não deve ser visto como parasitário e burocrático, uma vez que é através dele que o desenvolvimento econômico e social ocorre, Mazzucato afirma que (2014, p, 22) “[...] quando não assume um papel de liderança, o Estado se torna uma pobre contrafação do comportamento do setor privado [...]”.

O Estado deve ser inovador, essa estrutura unilateral que coloca o setor privado como independente não pode ser vista como benéfica, uma vez que ambos têm grande importância, além disso o Estado jamais pode se apequenar, deixar que as empresas tomem o controle, o ideal é que haja uma ajuda mútua. O papel do Estado precisa ser bem delimitado, porém não deve ser restritivo, é importante que se considere as possibilidades amplas de ação estatal na economia, na produção de conhecimento, na ciência, porquanto deve-se perceber que as estratégias devem se voltar para o que realmente interessa em termos comerciais.

4.3.1 O CARTÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O município de Pilar aderiu ao Cardbr, uma cartão de crédito gerido pelo portal de consignações Consigbr em uma plataforma virtual de cartões, esse cartão é destinado aos servidores públicos de Pilar, que podem utilizá-lo na rede credenciada, ou seja, naqueles estabelecimentos cadastrados na prefeitura que solicitaram o credenciamento junto ao portal, assim após a efetivação da compra o valor é descontado na folha de pagamento do servidor, posteriormente é repassado ao estabelecimento comercial.

Figura 24 - Cartão dos servidores públicos municipais de Pilar (AL).



Fonte: Prefeitura de Pilar, 2020. Adaptado pelo autor.

Apenas os servidores públicos municipais de Pilar podem utilizar o Cardbr, além disso, os estabelecimentos que podem se credenciar devem se localizar, impreterivelmente, em Pilar. Percebe-se, desse modo, que há uma política protecionista realizada pela administração pública municipal de Pilar favorável ao comércio e aos comerciantes pilarenses, na tentativa de manter a renda no município e movimentar a economia. Isso porque a proximidade com Maceió e o seu baixo custo de transporte expõem o comércio de Pilar à concorrência com o comércio da capital.

4.4 POLÍTICAS DE GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Os programas federais foram relevantes em Pilar: o Programa Minha Casa Minha Vida (2009 - 2020) e o Programa Bolsa Família (2004 – 2021), o primeiro refere-se a um programa habitacional, o segundo a um programa de transferência de renda. Em Alagoas, os dois programas são fundamentais para compreender os avanços sociais e econômicos, o bolsa família, por exemplo, constituiu-se como a principal fonte de renda de inúmeras famílias alagoanas, especialmente as localizadas no interior do Estado. Conforme Carvalho (2019, p. 79) “[...] bem mais da metade da população alagoana depende dos recursos federais para sobreviver e, sem esses programas estatais, os municípios não teriam movimento comercial [...]”, em Pilar o benefício proveniente do Programa Bolsa Viva Bem Pilar já foi disponibilizado para mais de 4.200 pilarenses.

A gestão pública municipal de Pilar em conjunto com a Câmara Municipal de Vereadores, criou mecanismos para otimizar a efetivação desses programas, em relação ao PMCMV foram criadas a Lei nº 699/2019 que “concede redução do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN nos empreendimentos habitacionais de interesse social incluídos no PMCMV para a faixa 1 do programa, redução para 2%” e a Lei nº 654/2017 – que versa sobre a “isenção do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, vinculados ao PMCMV, para famílias com até 3 salários mínimos”.

Outra política importante implantada em Pilar foi aquela voltada para o fomento ao empreendedorismo, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento, do Banco do Povo e do cartão dos servidores públicos municipais, além da oferta de treinamento e capacitação profissional em parceria com o SEBRAE/AL. Cabe ressaltar que durante a pandemia de covid-19 foi aprovada uma lei para a criação de um auxílio emergencial para os comerciantes locais, concedidos pelo banco municipal. A Lei nº 648/2017 “regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)”, com incentivos fiscais, à formalização, à simplificação de procedimentos, o parcelamento de débitos relativos ao ISSQN e à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

A Lei nº 777/2020 “cria o Programa Pilar Doce Lar, para a concessão de serviços de reforma e melhoria de unidades habitacionais de pessoas de baixa renda, através da contratação por licitação de empresas do ramo da construção civil”, esse programa corresponde a uma política pública destinada à população mais pobre do município, oferecendo serviços que possibilitem uma melhor qualidade de vida para os moradores, também é capaz de movimentar a indústria da construção civil a partir da contratação de empresas do setor.

4.4.1 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: CONDOMÍNIOS E ATRAÇÃO POPULACIONAL PARA PILAR

O principal programa habitacional da história do Brasil foi o PMCMV, que surgiu em 2009 e se estendeu até 2020, através dele pretendia-se reduzir o déficit habitacional do país com a construção de moradias para os brasileiros que estivessem enquadrados em uma das faixas de valores propostas pelo programa. Nesse sentido, com a possibilidade de

financiamento do imóvel, a partir da oferta de crédito e dos subsídios governamentais, inúmeras famílias brasileiras tiveram acesso à casa própria.

Na faixa 1 do programa era possível atender as famílias cuja renda bruta mensal não ultrapassasse R\$ 1,8 mil e onde a população absoluta do município não fosse superior ao limite de 50 mil habitantes. Nessa modalidade, o financiamento do imóvel poderia ocorrer em até 120 meses e os valores mensais repassados pelo beneficiário para o governo federal teria como valores mínimo R\$ 80,00 e máximo R\$ 270,00, desse modo o programa beneficiava, sobremaneira, as famílias de baixa renda.

O crédito imobiliário (CI) tem uma dupla função: além de contribuir para uma cadeia produtiva capaz de gerar empregos, investimento e riqueza, também ajuda a diminuir o déficit habitacional do país o que promove a inclusão social e tem impactos importantes sobre a produtividade do trabalho [...]. (IPEA, 2018, p. 20).

Por conseguinte, em Pilar a faixa 1 do programa foi utilizada largamente, o Conjunto Habitacional Benedito Cavalcante de Barros e os residenciais Deputado Rubens Canuto, Morada do Alto e Cachoeira do Imburí, são exemplos de condomínios destinados à população que estava compreendida nessa faixa. Isso denota duas questões primordiais, a primeira diz respeito à demografia de Pilar, que tem uma população absoluta discreta, apesar de ser a 16ª entre os 102 municípios alagoanos, a segunda diz respeito a quantidade de pilarenses que se encontravam em situação de pobreza.

Em todo o país e em Alagoas, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implantação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. [...]. (BANCO DO NORDESTE, 2015, p. 72 – 73).

O estado atuou para amenizar o problema do déficit habitacional no país através do PMCMV, com a abertura de linhas de crédito, financiamentos e disponibilização de subsídios, assim houve um aumento considerável da quantidade de moradias, ao mesmo tempo em que ocorreu uma proliferação de empresas do setor imobiliário, entre construtoras, lojas de material de construção e profissionais corretores de imóveis, as consequências práticas foram o aquecimento do setor da indústria da construção civil e a aceleração do processo de urbanização.

4.5 NOVA DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL NA CHÃ DE PILAR

O município de Pilar faz parte da Região Metropolitana de Maceió, essa proximidade física, em conjunto com o tempo médio de deslocamento, que varia entre 30 minutos e 1 hora e 30 minutos, além da oferta de serviços, de empregos e do comércio que dispõem a capital Maceió, explicam por que (IPEA, 2018, p. 13) “nas áreas metropolitanas, a cidade-núcleo geralmente serve como centralizadora para os moradores das cidades, comunidades e áreas adjacentes que vêm trabalhar e usar os serviços públicos que não estão disponíveis onde moram [...]”.

O plano diretor de Pilar argumenta que é necessário haver uma integração entre o município de Pilar e os municípios vizinhos, através de uma articulação entre os recursos naturais e a infraestrutura física, além disso a integração territorial deve considerar os aspectos intramunicipais e intermunicipais, em vista do desenvolvimento municipal. É inegável que a cidade do Pilar possui uma localização privilegiada, isso é suficiente para justificar os fluxos e os movimentos diários em direção a Maceió.

A Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller, serve para explicar a disposição espacial das cidades na região metropolitana de Maceió, principal núcleo urbano e que agrega as funcionalidades econômicas. Situada no centro de um sistema em rede, interligado e interdependente, no qual a sua importância é medida pelo seu tamanho demográfico, urbanização, oferta de serviços e produtos, fluxos financeiros, rede de transportes, local de tomada de decisões políticas, tem ao seu redor outras cidades menores que possuem funções específicas, como é o caso de Pilar.

A indissolubilidade dos processos de industrialização e de urbanização exige maior articulação das diversas instâncias administrativas, pois, se os processos de urbanização e o atendimento à população estão afetos à instância municipal, a organização dos processos produtivos escapa hoje aos limites locais e até mesmo aos nacionais. (PIQUET, 2007, p. 115).

No que se refere a Maceió, (IPEA, 2018, p. 14) “em face de um crescimento contínuo e para permanecerem competitivas, as áreas urbanas enfrentam uma demanda cada vez maior por serviços e pressões sobre a infraestrutura existente e resultantes da migração [...]”, é o que ocorre historicamente com os municípios que circundam a capital alagoana, demandantes e dependentes dos serviços de Maceió, no caso pilarense, com a melhoria na qualidade de vida e com o cenário propício para o crescimento econômico, as migrações tendem a diminuir

gradativamente, uma vez que as circunstâncias favorecem a permanência da população no local de moradia.

Quadro 4 - Transporte público em Pilar - julho de 2021.

MEIO DE TRANSPORTE	PREÇO	TEMPO	ROTA
Transporte individual (mototáxi)	R\$ 3,00 – R\$ 10,00	10 min. – 30 min.	Interna; em Pilar
Transporte complementar intermunicipal (micro-ônibus)	R\$ 5,50	30 min. – 1 h e 10 min.	Satuba OU AL-101
Transporte intermunicipal (táxi)	R\$ 10,00	30 min. – 1 hora	Satuba OU AL-101
Transporte coletivo intermunicipal (ônibus)	R\$ 5,50	30 min. – 1 h e 30 min.	Satuba OU AL-101
Transporte coletivo municipal (micro-ônibus)	R\$ 3,00	20 min. – 40 min.	Interna; em Pilar

Fonte: Lucas E. Costa. Organizado a partir de entrevistas realizadas pelo autor em 2021.

Um fator que permite uma diminuição no movimento pendular dos residentes de Pilar em direção a Maceió é o custo e o tempo de deslocamento (quadro 4), que aumentam quando se refere à viagem desde a cidade de Pilar até a cidade de Maceió, e são menores quando se trata da locomoção interna. Também o preço do solo urbano, mais barato em Pilar do que em Maceió, é determinante para a fixação da população pilarense na cidade do Pilar e serve como atrativo para a população de municípios circunvizinhos, inclusive de Maceió.

4.6 APLICAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NO MUNICÍPIO E POLÍTICA

Os royalties provenientes da exploração de petróleo e gás natural correspondem a uma receita importante para o município de Pilar que desde a atualização legal de repartição e destinação dos royalties, em 1997, tem usufruído dos benefícios dessa transferência realizada mensalmente. Vale enfatizar que os valores referentes aos royalties ficaram bloqueados por alguns anos graças a uma disputa judicial entre os municípios de Pilar e Marechal Deodoro, referente à localização de alguns poços do campo Pilar. Após acordo judicial foi

disponibilizada uma quantia milionária para o município de Pilar, cujo pagamento está sendo realizado de forma parcelada.

A legislação determina que a aplicação dos *royalties* seja feita de forma consciente, planejada e organizada, uma vez que tanto o petróleo como o gás são recursos naturais não renováveis, passíveis de escassez. Havendo a possibilidade de exaustão dos poços é necessário usufruir desses recursos naturais de maneira responsável e sustentável, em vista do equilíbrio ambiental e dos benefícios sociais. Desse modo, os valores repassados como *royalties* também são finitos, e devem ser utilizados para promover o bem-estar social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser constatado, o município de Pilar passa por uma fase de prosperidade, evidenciada pelo bom desempenho nos indicadores socioeconômicos, resultado das políticas implantadas pela gestão pública municipal nos últimos anos, a partir da aplicação efetiva dos *royalties* provenientes da exploração de petróleo e gás natural e da utilização consciente das transferências constitucionais e dos repasses estaduais, nesse contexto considera-se o Estado, representado pela administração pública municipal, como o principal agente responsável por essas mudanças.

A política atual difere-se da política coronelista de outrora, os espaços políticos estão sendo ocupados por pessoas da classe trabalhadora, por empresários e por indivíduos que mesmo tendo ligação com grupos tradicionais, praticam uma política mais democrática e menos centralizadora. Embora o grau de parentesco defina a repartição de cargos e funções no secretariado municipal, uma vez que o sobrenome ainda é determinante para as indicações políticas, há maior abertura para indivíduos de fora desses grupos.

A evolução nos indicadores socioeconômicos, como o IDHM e o índice de Gini, demonstra que as políticas públicas têm causado um efeito positivo para a população pilarense, na superação de graves problemas sociais e na melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Viva Bem Pilar, têm sido cruciais para repartir as riquezas geradas pelo município.

As políticas da gestão pública municipal em vários setores, especialmente na educação, saúde, assistência social, infraestrutura e turismo constituem-se em estratégias importantes, indicam um processo reverso, diferente da realidade de muitos municípios alagoanos. A criação do banco de fomento municipal, o Banco Pop, gerido com recursos do próprio município, e do cartão dos servidores públicos municipais, o CardBr, reforça a ideia de uma política voltada para os interesses da população pilarense.

As construções, reformas e revitalizações destacam o município regionalmente, como o complexo religioso, o complexo esportivo, o Hospital do Futuro, o teleférico (em fase de construção) e o Cristo Redentor (em fase licitatória), simbolizam o advento de um novo paradigma de gestão no município, como é o caso do Cine Pilarense (fechado há três décadas) e da Escola Oséas Cardoso (uma instituição centenária), reformados e reabertos em 2020 e 2022, respectivamente, da Casa da Cultura e Museu Professor Arthur Ramos, que estava em ruínas e também foi reformada (2022).

A política fiscal implementada tem atraído diversas empresas e investidores, como é o caso do kartódromo, das indústrias que tem se instalado no polo multissetorial, a empresa Origem Energia que já está atuando no município, em substituição à Petrobras, a CTR Metropolitana que atende a vários municípios da região e é a primeira usina de alagoas a produzir energia através do gás metano.

No espaço geográfico as modificações são visíveis especialmente no processo de urbanização e na demografia, no primeiro caso o tecido urbano tem se expandido por áreas antes ocupadas por canaviais através da construção de condomínios residenciais, percebe-se que há uma conurbação em andamento. No segundo caso há tendência a fixação da população em Pilar em virtude da oferta de serviços, da qualidade de vida e do preço do solo urbano, o que tem diminuído a frequência do movimento pendular em direção a Maceió.

Apesar dos desafios e dos problemas crônicos, particularmente em relação às questões ambientais, espera-se que o município continue avançando nos indicadores socioeconômicos, porquanto é necessário tirar proveito dessa fase econômica favorável e utilizar de modo racional, com planejamento e estratégias bem definidas, as receitas originárias dos *royalties* e de outras fontes, em um futuro próximo será possível saber se essas transformações que ora ocorrem no município de Pilar são transitórias ou permanentes.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei n. 8.449, de 22 de junho de 2021. Dispõe sobre a inclusão da Festa de Nossa Senhora do Pilar, padroeira da cidade do Pilar, no Calendário Turístico de Eventos Oficiais do Estado de Alagoas. Disponível em:
<https://sapl.al.al.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/2041/lei_no_8.449_de_22.06.2021_-_festa_n.s._do_pilar.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2022.

_____. CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Portal da Transparência Graciliano Ramos**. Repasses aos municípios. Disponível em:
<<http://transparencia.al.gov.br/repass/repasses-aos-municipios>>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

ALMEIDA, L. S. de. **A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: Edufal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ALVES, A. R.; ANTUNES, E. M. **Geografia Industrial**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Usina Terra Nova S.A.** Processo nº 02501.000617/2004-41. Disponível em:
<<https://arquivos.ana.gov.br/atas/2016/ata-617-ordin>>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Superintendência de Desenvolvimento e Produção – SDP, nº 120. Agosto de 2020. 46 p.

_____. Plano de desenvolvimento aprovado. Reunião de Diretoria nº 855 de 08/09/2016. Resolução nº 703/2016. Disponível em:
<http://www.anp.gov.br/images/planos_desenvolvimento/Pilar.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2021.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Pilar/AL. Disponível em:
<<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/270690>>. Acesso em: 21 de mar. 2022.

BANCO DO NORDESTE. **Banco do Nordeste financia primeira usina alagoana de energia elétrica por biogás oriundo do metano do lixo**. Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/-/asset_publisher/rpRfjO0wpalV/content/banco-do-nordeste-financia-primeira-usina-alagoana-de-energia-eletrica-por-biogas-oriundo-do-metano-do-lixo>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

BASTOS, E. K. X. et al. **Economia brasileira no período 1987 – 2013: relatos e interpretações da análise da conjuntura no Ipea**. Brasília: IPEA, 2015. 450 p.

BERNI, M. D.; MANDUCA, P. C.; SOARES, P. M. **A indústria do petróleo no Brasil: avaliação histórica da concepção da empresa Petrobras**, Guarulhos, v. 1, n. 2, p. 124-143, jul. – dez. 2012

BEZERRA, F. J. A. et al. **Perfil socioeconômico de Alagoas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

BIANCARELI, A. M. et al. **Desafios do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2011. 180 p.

BIZZI, L. A. et al (Orgs). **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**: texto, mapas & SIG. Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2003. 692 p.

BONETTI, E. A teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Lösch. In: BONETTI, E. et al. **Centralidade e regionalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 1-17 (textos teóricos 1).

BRASIL. Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm#art45>. Acesso em 10 de jan. 2021.

_____. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

CARVALHO, C. P. de. **Economia Popular**: uma via de modernização para Alagoas. 8. ed. Maceió: Edufal, 2019.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 5.ed. Maceió: Edufal, 2019.

_____. **Manuel Correia de Andrade e a economia política do Nordeste**. Revista Contexto Geográfico. V. 1, n. 1. 2016. Maceió/Al. p. 13 – 27. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/6073>>. Acesso em: 21 de mar. 2022.

_____. **Os impactos da pandemia na economia alagoana**. Notas sobre a conjuntura econômica – janeiro a maio de 2021. UFAL, FEAC, 2021.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 356 p.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL. **Informativo CBIC**. Economia nacional e construção civil. Desempenho recente e perspectivas. Banco de dados. Set./2020. Disponível em: <<https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Econ%C3%B4mica-Ieda-Vasconcelos-1.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

CHOLLEY, A. Observação sobre alguns pontos de vista geográficos. 1ª Parte, nº 179, **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, mar./abr. 1964a.

_____. Observação sobre alguns pontos de vista geográficos. 2ª Parte, nº 180, **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, mai./jun. 1964b.

CNI. **Perfil da indústria nos Estados**. Disponível em:

<<https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>>. Acesso em: 13/06/2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização do espaço**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2000.
COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S.; FAVARÃO, C. B. (orgs.). **Discutindo a política urbana no Brasil** – registros do seminário internacional sobre política urbana: 15 anos do estatuto d cidade e o Brasil na nova agenda urbana (Habitat III). Rio de Janeiro, IPEA: INCT, 2018. 110 p.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Alagoas e seus municípios**. Imprensa Oficial: Maceió, 1944. 72 p.

ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS. 3 ed. Instituto Arnon de Mello. Maceió, 2012. 540 p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Matriz insumo produto**. Maceió: FIEA, 2014.

_____. **Zoneamento industrial em Alagoas**. Maceió: FIEA, 2014.

_____. **Trajatória da indústria em Alagoas: 1850/2017**. Instituto Euvaldo Lodi. 1. ed. Maceió: FIEA, 2018. 171 p.

FILHO, M. C. F.; FILHO, E. J. M A. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FUNDAÇÃO IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. **Cadastro industrial 1965**. Alagoas, Sergipe, Bahia. V. 3, 1968. 936 p.

GASPAR, R. C. **A cidade na geografia econômica global: um panorama crítico da urbanização contemporânea**. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

GUIMARÃES, R. B. et al. **Geografia**. Coleção temas de formação. Vol. 2. São Paulo: Unesp, 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acervo dos municípios brasileiros. Biblioteca. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de set. 2021.

_____. **Conheça cidades e Estados do Brasil**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/panorama>>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. 19, Rio de Janeiro, 1959. 493 p.

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 187 p.

INFO ROYALTIES. Universidade Candido Mendes. Disponível em:
<<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

INFOSANBAS. Cooperativa EITA. Disponível em:

<<https://infosanbas.org.br/municipio/pilar-al/>>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

JAYME JÚNIOR, F. G.; CROCCO, M. (orgs.). **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. 360 p.

JORNAL DE ALAGOAS. Prefeitura de Pilar entra na disputa pela Petrobras em AL.

Disponível em: <<https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2020/07/07/13326-prefeitura-de-pilar-entra-na-disputa-pela-petrobras-em-al>>. Acesso em: 09 de ago. 2021.

LIMA, A. A. de. **A agroindústria canavieira alagoana: da criação de IAA à desregulamentação na década de 1990**. Orientador: Pedro Ramos. Dissertação (mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

_____. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Orientador: Pedro Ramos. Tese (doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

_____. **Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX**. Maceió: Edufal, 2014.

LOPES, G. C. L. de A. **Estrutura Econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v. 14, p. 152 - 157, jul./dez. 1999.

_____. Tendências atuais da Geografia. **Geosul**, v. 14, n. 28, p. 171 – 178, jul./dez. Florianópolis, 1999.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira e latinoamericana. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (Orgs). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002.

MARX, K. **O Capital**. Edição J. Borchardt, Rio de Janeiro: LTC, 1980.

MARTINS, A. A. **Turismo nas Alagoas: uma alternativa econômica**. Maceió: Sergasa, 1991.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado**. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

MENDOÇA, M. G. de; PIRES, M. C. (orgs.). **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

MORAES, M. A. de; FRANCO, P. S. S. **Geografia econômica: Brasil de colônia a colônia**. 2.ed. Campinas: Editora Átomo, 2010.

NEGRI, J. A. de; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (orgs.). **Financiamento do desenvolvimento no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018. 316 p.

NOGUEIRA, G. R. F. **A extração de areia e cursos d'água e seus impactos: proposição de uma matriz de interação**. Juiz de Fora: UFJF, 2016.

PATERSON, J. H. **Terra, trabalho e recursos: uma introdução à geografia econômica**. Rio de Janeiro: Zahár, 1975.

PILAR, Lei n. 360, de 05 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Pilar e adota outras providências.

_____. Lei n. 626, de 15 de março de 2017. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Auxílio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade do município de Pilar denominado programa “Bolsa viva bem Pilar” e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2017.php>>. Acesso em: 14 de jun. 2021.

_____. Lei n. 648, de 04 de outubro de 2017. Dispõe sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), para atender e dar efetividade aos arts. 146, 170 e 179 da Constituição Federal e às Leis Complementares Federais nº 123/06, 128/08, 139/11 e 147/19. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2017.php>>. Acesso em: 17 de jun. 2021.

_____. Lei n. 652, de 11 de outubro de 2017. Cria o Programa Desenvolve Pilar, os fundos de apoio aos pequenos negócios e a Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2017.php>>. Acesso em: 18 de jun. 2021.

_____. Lei n. 654, de 11 de outubro de 2017. Institui isenção do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Intervivos – ITBI – para operações vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida, nas condições específicas, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2017.php>>. Acesso em: 22 de jun. 2021.

_____. Lei n. 699, de 23 de janeiro de 2019. Concede redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – nos empreendimentos habitacionais de interesse social incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2019.php>>. Acesso em: 29 de jun. 2021.

_____. Lei n. 706, de 12 de março de 2019. Institui a Comenda Municipal de Mérito Rubens Canuto e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.pilar.al.leg.br/leis/legislacao-municipal/2019/lei-706-2019-merito-rubens-canuto.pdf/view>>. Acesso em: 21 de mar. 2022.

_____. Lei n. 765, de 02 de setembro de 2020. Institui o Sistema Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Políticas Culturais, o Fundo Municipal de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2020.php>>. Acesso em: 02 de jul. 2021.

_____. Lei n. 777, de 18 de dezembro de 2020. Altera o Programa Pilar Doce Lar, revogando a Lei nº 643/2017, de 11 de agosto de 2017, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pilar.al.gov.br/views/leis2020.php>>. Acesso em: 10 de jul. 2021.

_____. Lei n. 815, de 25 de novembro de 2021. Autoriza o município de Pilar a implantar o programa de auxílio ao pescador artesanal, através da doação de motores de barco e rede de pesca e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.pilar.al.gov.br/views/leis2021.php>>. Acesso em: 01 de mai. 2022.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PORTAL AL1. Usina Terra Nova voltará a moer, gerando mais de 2 mil empregos diretos. Disponível em: <<https://al1.com.br/colunistas/wadson-regis/34627/usina-terra-nova-voltara-a-moer-gerando-mais-de-2-mil-empregos-diretos>>. Acesso em: 24 de out. 2021.

RANGEL, I. **História da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política. Vol. 1, nº 4, out dez, 1981.

_____. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

RAMOS, R. P. da S. et al. **Caracterização fisiográfica da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Meio**. I Congresso Nacional de Geografia Física. Instituto de Geociências Unicamp. Campinas, São Paulo, 2017.

ROCHA, K. K. B. **Uma análise da aplicação dos royalties petrolíferos na contribuição efetiva ao desenvolvimento sustentável nos municípios alagoanos**. Orientador: Francisco de S. Ramos. 2011. 62 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANT'ANA, M. M. de. **Construção à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Cepal, 2011.

_____. **Pilarenses Ilustres: precedido de um estudo histórico sobre Pilar**. Maceió: Cepal, 2010.

SANTOS, E. de O.; MEDEIROS, P. R. P.; SANTOS, C. J. S. **Implicações socioambientais do processo de apropriação e uso do Rio Paraíba do Meio em Viçosa (AL)**. REVISTA GEONORTE, [S.l.], v. 9, n. 32, p. 45-66, jun. 2018.

SANTOS, A. dos. **Extração mineral de areias e seus impactos na territorialidade socioambiental: o caso de Feira de Santana – BA**. VII Seminário Internacional Dinâmica Territorial e desenvolvimento Socioambiental. Universidade Católica do Salvador, 2015. Disponível em: <<http://noosfero.ucsal.br/articles/0009/2488/extra-o-mineral-de-areias-e-seus-impactos-na-territorialidade-socioambiental>>. Acesso em: 14 de set. 2019.

SANTOS, M. **Economia espacial: crítica e alternativas**. 2. ed. São Paulo, 2003. 101 p.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SEPLAG – Secretaria de estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Alagoas em dados e informações. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/>>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

_____. **Diversificação Produtiva como Alternativa para a área canavieira de Alagoas.** Maceió: SEPLAG, 2017. 29 p.

_____. **Indicadores básicos de Alagoas.** Ano 3, v. 3, n. 3. Maceió, 2017. 92 p.

_____. **Perfil Municipal 2018.** Ano 4, n. 4. Maceió, 2018. 32 p.

_____. **Resenha Estatística do Estado de Alagoas 2013-2017.** Ano 19, v. 19, n. 19. Maceió: SEPLAG, 2018. 118 p.

SHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril, 1982, cap. 2, p. 69-99.

SINDAÇUCAR-AL. **Área canavieira do Estado de Alagoas.** Disponível em: <<https://www.sindacucar-al.com.br/area-canavieira/>>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

TENÓRIO, D. A. **Metamorfose das oligarquias.** 4. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Fapeal, 2019.

_____. **Os caminhos do açúcar em Alagoas: do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria.** Revista Inelências, p. 5 – 27, 2011. 23 p.

TRIBUNA HOJE. Indústria incentivada pelo Estado vai gerar mais de 250 empregos em AL. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/economia/2020/02/21/46170-industria-incentivada-pelo-estado-vai-gerar-mais-de-250-empregos-em-al>>. Acesso em: 28 de mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Ufal e Pilar se unem em macroprojeto de cooperação e aperfeiçoamento da gestão pública. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/noticias/2021/6/ufal-e-pilar-se-unem-em-macroprojeto-de-cooperacao-e-aperfeicoamento-da-gestao-publica>>. Acesso em: 18 de dez. 2021.

VELOSO, J. F. A. et al. **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras.** Brasília: IPEA, 2011. 3030 p.

VIEIRA FILHO, J. E. R; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade.** Brasília: IPEA, 2017.

WOOD, E. M. **As origens agrárias do capitalismo.** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.